NOVO
WHATS (84) 99113-3526
@NovoJornalRN
novonoticias.com
BAIXE O NOSSO APP

# NOVO

EXEMPLAR DE ASSINANTE

R$ 2,00
Ano 7
#2323
Natal-RN
Quinta-Feira
20 / Abril / 2017

## O jogo da baleia azul, um perigo real

Tudo que você precisa saber sobre o assunto que assombra o Brasil, se precaver e descobrir um desafio da baleia que é positivo. #12

**SÓ NO PORTAL**

(novonoticias.com)

Acompanhe tudo sobre a final do segundo turno do campeonato estadual entre ABC e Potiguar de Mossoró e assista inclusive os melhores momentos do jogo.

# TCE manda prefeito devolver dinheiro sacado do NatalPrev

**Tribunal de Contas do Estado** determina que prefeito de Natal Carlos Eduardo Alves devolva os R$ 15,9 milhões sacados do fundo de previdência municipal para pagar salários. Caso descumpra, gestor pagará R$ 10 mil diários de multa **Política #3**

FÁBIO CORTEZ / ARQUIVO NOVO

// Atuando na Polícia Civil potiguar desde 2000, delegada é especialista no combate ao crime organizado e ganhou notoriedade por resolver casos de grande repercussão no estado

## Linha dura: delegada Sheila Freitas assume Secretaria de Segurança Pública do RN **Cidades #10**

### Petições sob sigilo citam Lula, Cunha e Henrique

Petições feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que ainda estão em segredo por decisão do ministro Edson Fachin, do STF, incluem mais suspeitas de crimes envolvendo nomes de destaque do PT e do PMDB. #2

REPRODUÇÃO

### IR: 52% dos potiguares não fizeram declaração

Faltando menos de uma semana do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda 2017, apenas 48% dos potiguares enviaram o relatório de seus rendimentos à Receita Federal. Saiba quem precisa declarar. #13

**Roda Viva**
**[ Cassiano Arruda ]**

Desafio da secretária é resgatar ambiente de segurança. #4

**Cena Urbana**
**[ Vicente Serejo ]**

Foi bom que o Papa Francisco I não aceitou o convite de Temer. #5

### Garrafões de água no RN ganham selo de qualidade

A partir de 1º de maio o consumidor potiguar terá uma maneira prática de verificar se a água mineral comprada em vasilhames está de acordo com as normas sanitárias e se a distribuidora mantém sua situação fiscal regularizada junto ao Estado. #8

OSWALDO CORNETI / FOTOS PÚBLICAS

### No cinema, 'Vida' coloca astronautas em apuros

Longa do diretor sueco Daniel Espinosa, que estreia hoje nos cinemas, conta história de uma equipe composta por seis astronautas da Estação Espacial Internacional que recebe a importante missão de descobrir se há vida em Marte. #20

# POLÍTICA

**Editor:** Everton Dantas **E-mail:** evertondantas@novonoticias.com

# Parte sigilosa de lista de Fachin inclui Lula, Cunha e Henrique

**Além do ex-presidente e do ex-deputados** estão na lista o ex-ministro Antonio Palocci, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), entre outros. Nove campanhas eleitorais estão sob suspeita

**Breno Pires**
Da Agência Estado

As 25 petições feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) que ainda estão em segredo por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, incluem mais suspeitas de crimes envolvendo nomes de destaque do PT e do PMDB. Na lista, estão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-ministro Antonio Palocci, o senador Edison Lobão (PMDB-MA), o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB), entre outros.

O jornal O Estado de S. Paulo teve acesso com exclusividade às petições, que têm como base as delações de executivos e ex-executivos da Odebrecht, mas tratam de fatos ainda não divulgados. Estes casos permanecem em sigilo porque a procuradoria entende que a sua divulgação pode prejudicar as investigações.

Há relatos de pagamentos de vantagens indevidas em nove campanhas eleitorais, num total de R$ 17,43 milhões - parte do valor foi pago em dólar.

A atuação de Lula é citada em relação às operações da Odebrecht em Cuba, no Porto de Mariel, e em Angola, em um contrato assinado entre o grupo baiano e a empresa Exergia, de propriedade de Taiguara Rodrigues, sobrinho da primeira mulher do ex-presidente.

SECOM / SENADO FEDERAL

// **Ex-presidente é citado em operações da Odebrecht**

O contrato previa a prestação de serviços em Angola, entre 2011 e 2014, quando Lula já não era presidente. De acordo com quatro colaboradores, no entanto, esta contratação foi feita para atender a pedido do próprio ex-presidente.

Delatores acrescentaram que a empresa Exergia não detinha experiência no ramo de construção e seria constituída por Taiguara só para fazer uso da influência de Lula. As informações e documentos serão encaminhados à Justiça Federal do Paraná, a pedido da PGR, porque fatos semelhantes já eram apurados previamente.

Em relação a Antonio Palocci, o pedido é para investigar as afirmações de delatores de que o ex-ministro fez pedido para pagamentos a campanhas eleitorais à presidência do Peru e à presidência de El Salvador. Neste último, o valor pago ao marqueteiro João Santana, segundo os relatos, foi de R$ 5,3 milhões para que ele trabalhasse na campanha de Maurício Funes, eleito em 2009.

Colaboradores também apontaram o pagamento de US$ 3 milhões para a candidatura de Ollanta Humala à presidência do Peru. Nos dois casos, o repasse teria sido feito por intermédio do Setor de Operações Estruturadas, o chamado "departamento da propina".

Outro pedido sob sigilo trata da atuação de agentes públicos para auxiliar a Odebrecht em Cuba. Segundo o ex-presidente e herdeiro do grupo, Marcelo Odebrecht, Lula e Fernando Pimentel, ex-ministro e atual governador de Minas Gerais, atuaram a fim de que fossem viabilizadas as obras da companhia no Porto de Mariel

Neste caso, os relatos e documentos apresentados serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), devido ao possível envolvimento de um governador, e também à Justiça Federal do Distrito Federal, para a análise da atuação de quem não tem prerrogativa de foro.

Ainda há informações relativas à usina de Belo Monte apresentadas por seis delatores, que serão incluídas nos dois inquéritos previamente existentes no Supremo e envolve integrantes da cúpula do PMDB.

As investigações sobre Belo Monte tiveram como marco a delação de executivos da construtora Andrade Gutierrez. Os suspeitos que não detêm prerrogativa de foro são investigados, sobre esse caso, na 13.ª Vara Federal do Paraná, sob responsabilidade do juiz Sérgio Moro.

# Pagamento de R$ 2 mi em campanha no RN é citado

Além das campanhas no exterior, estão sob sigilo informações que a Odebrecht entregou sobre pagamento de valores via caixa 2 em três campanhas no Brasil. Entre os fatos relatados está o pagamento de R$ 2 milhões para o ex-ministro Henrique Eduardo Alves (PMDB) na campanha eleitoral para o governo do Rio Grande do Norte em 2014, na qual, segundo os delatores, o próprio candidato e o ex-deputado Eduardo Cunha teriam pedido o dinheiro.

Pelo Twitter, o ex-deputado se defendeu. "Delação já divulgada, hoje repetida, irresponsável e mentirosa sobre recursos legais para campanha PMDB 2014. Doações registradas e aprovadas TSE", escreveu.

FÁBIO CORTEZ / ARQUIVO NOVO

// **Ex-deputado reclamou da reportagem pelo Twitter**

Na petição, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou que já existe uma investigação prévia sobre o tema na Procuradoria da República do Rio Grande do Norte, e, com base nesse posicionamento, o ministro Fachin autorizou a remessa para o Estado.

Outra campanha citada envolve o senador Valdir Raupp (PMDB-RJ), que teria recebido R$ 500 mil na candidatura ao Senado em 2010, de acordo com delatores, corroborando informações apresentadas anteriormente pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado em seu acordo de delação premiada. Neste caso, as informações serão incluídas nos autos de dois inquéritos já existentes no Supremo.

A terceira campanha sob suspeita é a de Luiz Fernando Teixeira Ferreira, deputado estadual em São Paulo pelo PT, apontado como destinatário de R$ 300 mil na campanha em que foi eleito em 2014 A petição foi enviada ao Tribunal Regional Federal da 3.ª Região.

## SIMM, SOLUÇÕES INTEGRAIS EM MONTAGEM, MANUTENÇÃO E EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ Nº 12.598.528/0001-93

**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativo ao exercício findo em 31/12/2016. Estamos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Natal/RN, 31/03/2017. **A DIRETORIA.**

**BALANÇO PATRIMONIAL**
**Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R$ 1,00**

| ATIVO | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **39.675.304** | **16.348.816** |
| Caixa e equivalentes de caixa (nota 3 - i) | 20.957.999 | 9.533.152 |
| Contas a receber de clientes (nota 4) | 14.791.974 | 2.684.432 |
| Adiantamentos diversos (nota 5) | 1.473.859 | 1.418.394 |
| Tributos a recuperar (nota 6) | 1.250.846 | 1.034.880 |
| Despesas antecipadas | 995.569 | 1.593.191 |
| Outros ativos | 205.057 | 84.767 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **108.605.550** | **100.184.407** |
| **Realizável a longo prazo** | **105.671.625** | **98.388.672** |
| Contrato fornecimento (nota 7) | 102.717.350 | 97.129.828 |
| Outros créditos | 51.927 | 106.844 |
| Partes relacionadas | 2.902.348 | 1.152.000 |
| **Imobilizado** (nota 8) | **2.678.876** | **1.677.348** |
| **Intangível** (nota 9) | **255.049** | **118.387** |
| **TOTAL DO ATIVO** | **148.280.854** | **116.533.223** |

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

| PASSIVO | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **CIRCULANTE** | **32.188.375** | **12.571.505** |
| Empréstimos e financiamentos | 1.479.910 | 4.541.749 |
| Fornecedores | 13.688.177 | 277.334 |
| Adiantamento de clientes (nota 10) | 10.044.368 | 3.747.943 |
| Obrigações sociais e previdenciarias | 1.098.698 | 721.790 |
| Obrigações tributárias | 2.536.399 | 1.664.718 |
| Parcelamentos tributários | 335.613 | 430.738 |
| IR E CSLL a pagar | 1.994.110 | 215.593 |
| Provisão férias e 13° salário | 1.011.100 | 772.029 |
| Outras contas a pagar | - | 199.609 |
| **NÃO CIRCULANTE** | **6.349.972** | **3.259.153** |
| Empréstimos e financiamentos | 5.552.740 | 3.259.153 |
| Parcelamentos tributários | 797.232 | - |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **109.742.507** | **100.702.567** |
| Capital social (nota 11) | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Reserva legal | 83.648 | 83.648 |
| Contrato fornecimento (nota 7) | 102.717.350 | 97.129.828 |
| Lucros acumulados | 3.941.509 | 489.091 |
| **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **148.280.854** | **116.533.223** |

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
**Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | **103.792.293** | **43.867.183** |
| (-) Custo das mercadorias/serv. prestados | (91.083.469) | (36.750.420) |
| **Resultado operacional bruto** | **12.708.824** | **7.116.763** |
| **(-) Despesas operacionais** | **(6.320.780)** | **(3.691.353)** |
| Administrativas | (5.756.628) | (3.267.019) |
| Depreciação | (564.152) | (424.334) |
| **Resultado operacional líquido antes dos efeitos financeiros** | **6.388.044** | **3.425.410** |
| Receitas financeiras | 1.533.190 | 343.777 |
| Despesas financeiras | (1.985.615) | (3.064.503) |
| **Resultado antes dos impostos** | **5.935.619** | **704.684** |
| (-) Provisão para imposto de renda e contribuição social | (1.994.110) | (215.593) |
| **Resultado líquido do exercício** | **3.941.509** | **489.091** |
| Nº de Ações: | 3.000.000 | 3.000.000 |
| Resultado por ação: | 1,31 | 0,16 |
| Valor Patrimonial da Ação (R$) | 2,34 | 1,19 |

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**
**Exercícios findos em 31 de dezembro - Em R$ 1,00**

| DISCRIMINAÇÃO | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **13.616.280** | **8.521.124** |
| Resultado do exercício | 3.941.509 | 489.091 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais: | | |
| Ajuste de exercício anterior | - | - |
| Depreciação e amortização | 564.152 | 424.333 |
| **Redução (aumento) de ativos** | **(13.597.072)** | **2.137.113** |
| Redução (aumento) de Clientes | (12.107.542) | 3.882.542 |
| Redução (aumento) dos Outros Créditos | (391.721) | (1.873.601) |
| Redução (aumento) das Despesas Pagas Antecipadamente | 597.622 | (1.443.802) |
| Red. (aumento) do Ativo Não Circulante | (1.695.431) | 1.571.974 |
| **Aumento (redução) de passivos** | **22.707.691** | **5.470.587** |
| Aumento (redução) dos Fornecedores | 13.410.843 | (5.148.848) |
| Aumento (redução) Obrig. Tributárias | 2.555.073 | 1.107.485 |
| Aumento (redução) Obrigações sociais e trabalhistas | 615.979 | 1.835.095 |
| Aumento (redução) Outras obrigações | 3.034.977 | 3.376.255 |
| Aumento (redução) do Passivo Não Circulante | 3.090.819 | 4.300.600 |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** | **(702.390)** | **(111.175)** |
| Integralização de capital | - | - |
| Aquisição de novos empréstimos de mútuo | - | - |
| Liquidação de empréstimos de mútuo | - | - |
| Aquisições de novos empréstimos ou financiamentos bancários | 4.790.660 | 6.243.372 |
| Liquidação de empréstimos ou financiamentos bancários | (5.493.050) | (6.354.547) |
| **FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** | **(1.489.043)** | **(381.151)** |
| Aplicações no imobilizado | (1.537.443) | (381.151) |
| Baixas líquida do imobilizado | 48.400 | - |
| Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa no período | **11.424.847** | **8.028.798** |

**DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | | |
|---|---|---|
| No início do exercício | 9.533.152 | 1.504.354 |
| No fim do exercício | 20.957.999 | 9.533.152 |
| **Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa** | **11.424.847** | **8.028.798** |

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 Em R$ 1,00**

| Discriminação | Capital Subscrito | Reserva Legal | Contrato de Fornecimento | Lucros Acumulados | Total do Patrimônio Líquido |
|---|---|---|---|---|---|
| **SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014** | **3.000.000** | **74.352** | **-** | **289.979** | **3.364.331** |
| Destinação do resultado | - | - | - | (280.683) | (280.683) |
| Reserva legal | - | 9.296 | - | (9.296) | - |
| Contrato fornecimento | - | - | 97.129.828 | - | 97.129.828 |
| Resultado do período | - | - | - | 489.091 | 489.091 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **3.000.000** | **83.648** | **97.129.828** | **489.091** | **100.702.567** |
| Destinação do resultado | - | - | - | (489.091) | (489.091) |
| Contrato fornecimento | - | - | 5.587.522 | - | 5.587.522 |
| Resultado do período | - | - | - | 3.941.509 | 3.941.509 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **3.000.000** | **83.648** | **102.717.350** | **3.941.509** | **109.742.507** |

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
**(Valores expressos em R$ 1,00)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL -** A SIMM e uma sociedade anônima, com sede no Brasil, Estado do Rio Grande do Norte. Seu objeto social é a (i) execução e prestação de serviços de engenharia civil, projetos, construção, instalação, montagens e manutenção de empreendimentos de energia elétrica; (ii) assessoria técnica de área de energia elétrica (geração, distribuição e instalação industrial); (iii) gestão de plantas de geração de energia elétrica; (iv) comercialização, importação, exportação, representação de máquinas, peças e equipamentos para geração e co-geração de energia elétrica, telecomunicações, instrumentos e componentes elétricos e eletrônicos; (v) prospecção, exploração, operação e manutenção de parques eólicos; (vi) instalação de torres para medição de vento; (vii) estudos de viabilidade de parques eólicos; (viii) estudos de análise de potencial eólico e micro posicionamento; (ix) montagens e manutenção de turbinas eólicas e seus componentes e locação de guindastes. **2. APRESENTACAO DAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS -** As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentados de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas da Comissão de Valores mobiliários - CVM. Em concordância com a legislação aplicada acima, os demonstrativos contábeis, incluindo as notas explicativas estão apresentados de forma comparativa ao exercício anterior, adotando-se como expressão monetária a "unidade de reais". **3. PRINCIPAIS PRATICAS CONTABEIS - a) Aplicação Financeira -** Registrada pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações, apurado pelo critério pró-rata; **b) Contas a Receber -** São valores registrados pelo valor nominal com base no regime de competência; **c) Imobilizado -** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, sendo suas depreciações calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica anual estimada dos bens: Instalações, Equipamentos e Moveis e utensílios 10%; Ferramentas, benfeitorias em Imóveis de Terceiros e Impressoras 10%; Veículos, Computadores e Periféricos, Aparelhos Telefônicos e Software 20%; **d) Imposto de Renda e Contribuição Social -** Os impostos e contribuições são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações, onde a provisão para Imposto de Renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável e acrescida do adicional de 10%, e a provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é calculada a alíquota de 9%, sendo sua forma de tributação lucro real anual. **e) Apuração do Resultado -** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência; **f) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes -** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos as provisões de perda e ajuste ao valor de mercado; **g) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes -** Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos; **h) Estimativas contábeis -** São utilizadas para mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da empresa. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens as estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e provisão para perda com créditos; **i) Caixa e equivalente de caixa -** São representados pelas disponibilidades e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| BANCOS CONTA MOVIMENTO | 119.810 | 228.818 |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 20.838.189 | 9.304.334 |
| **TOTAL** | **20.957.999** | **9.533.152** |

**4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

São representados por valores a receber de clientes no Brasil, com previsão de recebimento de até 90 dias.

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| CONTAS A RECEBER DE CLIENTES | 14.791.974 | 2.684.431 |
| **TOTAL** | **14.791.974** | **2.684.431** |

**5. ADIANTAMENTOS DIVERSOS**

Valores composto em sua maioria por adiantamento a fornecedor, adiantamento de viagem.

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES | 852.690 | 1.095.747 |
| ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS | 3.178 | 0 |
| ADIANTAMENTO DE VIAGENS | 478.490 | 237.374 |
| ADIANTAMENTO CONSÓRCIOS | 139.501 | 85.273 |
| **TOTAL** | **1.473.859** | **1.418.394** |

**6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

Créditos tributários originados na operação normal da empresa (ICMS, PIS, COFINS e INSS), que serão recuperados nas operações normais da Companhia.

**7. CONTRATO DE FORNECIMENTO**

A Companhia considerou em suas demonstrações financeiras, no ativo não circulante, contratos firmados, cujo valor está demonstrado líquido. A contrapartida está representada no patrimônio líquido em valor igual ao ativo não circulante, a realização ocorrerá conforme o cronograma de faturamento destes contratos.

| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| CONTRATO FORNECIMENTO | 102.717.350 | 97.129.828 |
| **PATRIMONIO LIQUIDO** | | |
| CONTRATO FORNECIMENTO | 102.717.350 | 97.129.828 |

**8. IMOBILIZADO -** O Ativo Imobilizado compõe-se pelos valores residuais a seguir:

| Descrição | Custo | Adições | Baixas | Depreciação | Taxa a.a | 2016 Valor Líquido | 2015 Valor Líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Benfeitorias em Imóveis de Terceiros | 213.858 | 92.909 | 0 | (28.864) | 10% | 277.903 | 213.858 |
| Equipamentos para Processamento de Dados | 52.192 | 71.150 | 0 | (40.299) | 20% | 83.043 | 52.192 |
| Ferramentas | 309.594 | 0 | 0 | (108.351) | 10% | 201.243 | 309.594 |
| Instalações | 46.392 | 0 | 0 | (6.158) | 10% | 40.234 | 46.392 |
| Máquinas Aparelhos e equipamentos | 509.465 | 478.022 | 0 | (87.910) | 10% | 899.577 | 509.465 |
| Móveis e Utensílios | 230.145 | 27.718 | 0 | (28.005) | 10% | 229.858 | 230.145 |
| Veículos | 315.702 | 867.644 | (48.400) | (187.928) | 20% | 947.018 | 315.702 |
| **TOTAL** | **1.677.348** | **1.537.443** | **(48.400)** | **(487.515)** | | **2.678.876** | **1.677.348** |

**9. INTANCÍVEL**

O intangível compõe-se pelos valores residuais a seguir:

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Software | 118.387 | 213.299 | 0 | (76.637) | 20% | 255.049 | 118.387 |
| **TOTAL** | **118.387** | **213.299** | **0** | **(76.637)** | | **255.049** | **118.387** |

**10. ADIANTAMENTO DE CLIENTES -** Os valores são compostos em sua maioria por recursos adiantamento por clientes com contratos formalizados de execução de serviços no curto prazo

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -** O capital da companhia é de R$ 3.000,00 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

| Descrição | 2016 | 2015 |
|---|---|---|
| GES-Gestão em Energia e Serviços Ltda. | 3.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| L N R S-Participações societárias Ltda. | 0 | 1.000.000,00 |
| Uniqua Participações Ltda. | 0 | 1.000.000,00 |
| **TOTAL** | **3.000.000,00** | **3.000.000,00** |

**12. CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS -** As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Entretanto, não se encontra lavrado contra a Sociedade nenhum auto de infração, nem indicações de contingencias relacionadas com o imposto de renda e outros impostos.

**13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS -** A Companhia não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade. Natal (RN), 31/12/2016.

**JOSÉ MANUEL PERALES SANCHEZ**
DIRETOR PRESIDENTE
**LUIS CARLOS RIBEIRO**
Contador CRC/RS Nº 054914/0-0

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos administradores e acionistas

**Opinião sem ressalvas -** Examinamos as demonstrações financeiras da SIMM, SOLUÇÕES INTEGRAIS EM MONTAGEM, MANUTENÇÃO E EMPREENDIMENTOS S.A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em Nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simm Soluções em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Natal, 10 de abril de 2017
**Enittec Contabilidade, Auditoria e Consultoria S/S**
**CRC/PR Nº 05.385/O-7 "S" RN**
**João Luiz de Carvalho Junior**
**Contador - CRC/PR Nº 46.700/O-6 T-RN**

## CASA DE SAÚDE SÃO LUCAS S/A

**CNPJ Nº 08.319.329/0001-21 - NIRE Nº 24300002319**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convocados os Srs. Acionistas desta Companhia, para Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 28/04/2017, às 08h30min, em sua sede social na Rua Maxaranguape, nº 614, Natal/RN, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016; **b)** Destinação do lucro líquido do exercício encerrado e distribuição de dividendos; **c)** Fixação de honorários dos Administradores. Natal, 17 de Abril de 2017. **Tarcísio Duarte Barros - Diretor**

## EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

**1º LEILÃO: 03** ***de maio de 2017, às 14h40min*.***
**2º LEILÃO: 10** ***de maio de 2017, às 14h40min*. (*horário de Brasília)***

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 203, com escritório na Rua da Mooca, 3.508, Mooca, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizado pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública datado de 28/07/2014, cujo **Fiduciante é JORGIMAR PERPETUO SILVA,** CPF/MF nº 996.679.757-20, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 241.576,71** (Duzentos e Quarenta e Um Mil Quinhentos e Setenta e Seis Reais e Setenta e Um Centavos - *atualizados conforme disposições contratuais*), o imóvel constituído pelo *"Apartamento nº 908, no bloco 07, com área privativa de 65,80m² e área real de 92,7110m², com direito a vaga de garagem descoberta nº 143 (livre), do Edifício* ***"Nimbus Residence"****, situado á Avenida Abel Cabral, nº 2.400, Nova Parnamirim, Parnamirim/RN,* ***melhor descrito na matrícula nº 47.221 do CRI do 1º Ofício da Comarca de Parnamirim/RN".*** **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 172.446,46** (Cento e Setenta e Dois Mil Quatrocentos e Quarenta e Seis Reais e Quarenta e Seis Centavos – *nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97*). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066.

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH**
**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN**

**PL Nº 0037/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO**
**PROTOCOLO NET: 336189/2016-8**

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de tubos de PVC para atender a todas as Regionais da CAERN.

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

A Pregoeira da Companhia de Águas e Esgotos do RN, designado através das Portarias nº 0473/2015-D e 0012/2017-D, com fundamento no Art. 4º, Inciso XX da Lei 10.520/02, resolve divulgar como **vencedoras** do certame acima mencionado as empresas: **TIGRE MATERIAIS E SOLUÇÕES PARA CONSTRUÇÕES LTDA**, dos itens 01, 03, 05, 07, 12, 18, 22, 24, 26 e 28; **MEXICHEM BRASIL INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO PLÁSTICA LTDA**, dos itens 02 e 04; **M.M.G COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME**, dos itens 06, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 27 e 29; **ASPERBRAS TUBOS E CONEXÕES LTDA**, do item 20; **HIDROPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, dos itens 21, 23 e 25;. Outrossim, no uso de suas atribuições, **decide ADJUDICAR** o certame acima ao referido licitante, conforme as condições ofertadas em sua proposta.

Natal/RN, 19 de abril de 2017
**Edardna Correia da Costa**
Pregoeira

# TCE manda Carlos Eduardo devolver R$ 15,8 milhões

**Conselheiros decidem que Prefeitura** tem de devolver dinheiro sacado do NatalPrev e determinam auditoria para saber se há irregularidades no Instituto

FÁBIO CORTEZ / ARQUIVO NOVO

// Decisão do Tribunal de Contas determina auditoria no NatalPrev para saber se prefeito Carlos Eduardo Alves já tinha sacado outros valores

A Prefeitura de Natal tem 15 dias para devolver os R$ 15,8 milhões sacados do Fundo Capitalizado de Previdência para pagamento de aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência (FUNFIPRE), operação promovida mesmo após recomendação do Tribunal de Contas do Estado para que não a fizesse. A decisão é da Primeira Câmara do TCE/RN; que determinou também bloqueio do valor diretamente nas contas do Município caso o prazo não seja cumprido.

Além disso, a Prefeitura está proibida de promover novos saques. Caso o faça, o prefeito Carlos Eduardo Alves (PDT) e a presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município do Natal (NATALPREV), Adamires França, terão de pagar multa diária de R$ 10 mil, cada.

Em relação aos indícios de irregularidades detectados acerca do saque da Prefeitura de Natal, o Tribunal de Contas irá representar ao Ministério Público Estadual para apuração do descumprimento da cautelar anteriormente expedida por parte do prefeito de Natal e da presidente do Natalprev.

O TCE também decidiu enviar representação ao Ministério da Previdência e Assistência Social para fins de apuração acerca da ilegalidade dos saques e aplicação de possíveis sanções aos responsáveis. Todas essas providências foram aprovadas pelos três membros da Primeira Turma, formada pelos conselheiros Tarcísio Costa (relator) e Carlos Thompson Fernandes e a conselheira Maria Adélia Sales.

Os conselheiros decidiram ainda a realização de uma auditoria no Nataprev relativa aos saques possivelmente irregulares realizados na previdência municipal antes da existência da Lei Complementar Municipal nº 166/17, que autorizou o saque dos valores no Fundo Capitalizado de Previdência para pagamento de aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência.

Segundo voto do conselheiro Carlos Thompson, "o autor (da representação, deputado Kelps Lima) acostou uma série de documentos que demonstram que a autoridade representada, desde novembro de 2015, deixou de recolher a contribuição patronal devida ao FUNCAPRE e, desde janeiro de 2016, "deixou de repassar valores efetivamente descontados dos servidores municipais.""

Na opinião de Thompson, os documentos são elementos "para que esta Corte deflagre imediatamente uma auditoria no NATALPREV, com o que todas essas possíveis irregularidades devem ser pronta e cabalmente apuradas, fixando-se 60 (sessenta) dias de prazo para a conclusão dos trabalhos."

O procurador-geral do Município, Carlos Castim, explicou que só falará sobre a decisão após analisá-la integralmente. Desde a primeira decisão, ele já havia anunciado que a Prefeitura iria recorrer no Tribunal de Justiça contra a determinação do conselheiro Tarcísio Costa. A própria Prefeitura emitiu nota afirmando que "não há transferência alguma de recursos do Natalprev para a conta da Prefeitura de Natal. Muito menos dilapidação do patrimônio público. A Prefeitura de Natal irá repor os valores".

Nessa mesma nota, do dia 10 de abril, foi afirmado que "o Município está absolutamente convicto de que (a) o próprio Conselheiro-relator, reapreciando os novos fatos e o texto final da Lei, cassará a ordem por reconhecer que há garantias e que há precedente favorável do próprio Tribunal; (b) o próprio Tribunal, em decisão colegiada, pode reconsiderar a decisão; (c) o Poder Judiciário, confirmando decisões anteriores, pode garantir o pagamento."

## Conselheiro defende competência do Tribunal de Contas

No julgamento, foi feita ainda a defesa da competência do Tribunal de Contas para determinar algo do tipo. De acordo com Carlos Thompson Fernandes, a atuação do Tribunal de Contas, e a cautelar expedida pelo conselheiro Tarcísio Costa no último dia 07, estão dentro das competências estabelecidas pela Constituição. "O controle exercido pelo TCE, em estrita obediência às suas competências constitucionais, efetivou-se com a prevalência de regras existentes em leis federais, que veiculam normas gerais, em detrimento de um ato materialmente administrativo de âmbito municipal que autorizou indevidamente a retirada de dinheiro de determinado".

As cautelares proferidas pelo Tribunal de Contas possuem, de acordo com o voto do conselheiro, "amplo e irrestrito respaldo da jurisprudência reiterativa do Supremo Tribunal Federal". O voto cita algumas decisões do STF, que reconhecem existir o poder geral de cautela dos Tribunais de Contas, das quais foram relatoras a ministra Rosa Weber, o ministro Dias Tóffoli, o ministro Edson Fachin, além da então ministra Ellen Gracie, inclusive com possibilidade de bloqueio de bens, segundo votos dos ministros Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, entre outros.

"É que esse procedimento mostra-se consentâneo com a própria natureza da tutela cautelar, cujo deferimento, pelo Tribunal de Contas, sem a audiência da parte contrária, muitas vezes se justifica em situação de urgência ou de possível frustração da deliberação final dessa mesma Corte de Contas, com risco de grave comprometimento para o interesse público", aponta o ministro Celso de Mello ao indeferir mandado de segurança.

// Crise

# Projeto que cria Regime de Recuperação Fiscal dos Estados é aprovado na Câmara

**Eduardo Rodrigues e Isadora Peron**
Agência Estado

LUIS MACEDO

// Aprovação foi a 1ª vitória do governo após delação da Odebrecht

Após quatro tentativas frustradas, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do projeto que cria o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados, por 301 votos a favor e 127 contra, com sete abstenções. A medida suspende por três anos o pagamento das dívidas com a União dos Estados em calamidade financeira, em troca de uma série de contrapartidas dos governos estaduais. Agora serão votados 16 destaques que podem alterar o projeto antes que ele siga para o Senado.

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, que acompanhou a votação no plenário da Câmara, disse que "a batalha" será evitar que os destaques desfigurem o projeto. Segundo ele, o presidente Michel Temer afirmou que pedirá ao presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que o projeto tramite em regime de urgência

"Vamos começar a trabalhar com os senadores amanhã mesmo. Na hora em que o regime estiver 100% aprovado, poderemos contar 60 dias para colocarmos todos os salários do Rio de Janeiro em dia", afirmou. Os Estados do Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são os mais interessados na medida.

"Esse projeto traz uma solução para o Rio, mas não é uma solução de pai para filho, é uma solução firme, que vai reorganizar as finanças do Estado", disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A aprovação do texto-base foi a primeira vitória do governo Temer na Casa após a divulgação, na semana passada, da lista de políticos que serão investigados com base nas delações da Odebrecht. A votação foi considerada uma "questão de honra" pelos deputados aliados, após a oposição conseguir derrotar o requerimento de urgência para acelerar a tramitação da reforma trabalhista.

Para eles, isso demonstrou que o que houve mais cedo no plenário foi um acidente de percurso e não falta de apoio da base aos projetos do governo.

Para entrar no regime especial, os Estados terão de reduzir incentivos fiscais, aumentar a contribuição previdenciária de servidores estaduais para 14%, privatizar empresas, congelar reajustes salariais para servidores e deixar de realizar concursos públicos.

A equipe econômica deu aval para algumas alterações no texto que suavizaram parte dessas contrapartidas. Entre as mudanças no projeto original, o relator do projeto na Câmara, Pedro Paulo (PMDB-RJ), reduziu de 20% para 10% o porcentual mínimo que os Estados terão de cortar dos incentivos fiscais instituídos por lei estadual.

O texto também prevê que os Estados que aderirem ao regime poderão ser dispensados de privatizar parte de suas estatais quando o valor dos ativos ofertados for superior ao montante da dívida suspensa ao longo de três anos ou ao valor necessário ao equilíbrio fiscal. Essa mudança foi negociada diretamente com o Ministério Fazenda.

Foi ampliado o rol de estatais que poderão ser privatizadas. Na redação original, essas companhias poderiam ser dos setores financeiro, de energia e saneamento. O relator acrescentou a palavra "outros" ao texto. Segundo ele, os "outros" setores poderão ser negociados pelos governadores com as assembleias estaduais, às quais caberá aprovar as contrapartidas.

# OPINIÃO

**Editor:** Carlos Magno Araújo **E-mail:** carlosmagno@novonoticias.com

## Editorial

### Novo tiro

A nova aposta do Governo do Rio Grande do Norte para vencer a guerra contra as organizações criminosas reúne pelo menos três fatores considerados fundamentais neste momento de crise: currículo, pulso e inteligência.

Atuando na Polícia Civil potiguar desde 2000, a delegada Sheila Freitas, então chefe da Diretoria de Polícia da Grande Natal (DPGran), já vinha sendo cotado para o cargo nas últimas trocas de comando na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed).

Da escola de Maurílio Pinto, quem diz ser sua referência no trabalho policial, Sheila Freita trabalhou em regiões estratégicas quando se fala em combate ao crime no Rio Grande do Norte, como a cidade de Caraúbas, onde comandou a Delegacia de Polícia em meio a um território marcado por uma lenda da crônica policial norte-rio-grandense: Valdetário Carneiro.

A chegada de Sheila ao comando da Sesed era tida como uma questão de tempo. E há quem acredite que isso não aconteceu antes em virtude de uma estratégia de proteção por parte do governo, que não queria lançá-la no meio de uma fogueira durante as grandes crises que afetaram o estado em 2015 e, sobretudo, no início de 2017.

Seu grande trunfo parece ser a especialidade no combate ao crime organizado. Conhecida por ser "linha dura", título do qual não faz questão de fugir, a delegada tem no currículo a elucidação de casos de grande repercussão no estado, como o sequestro de Popó Porcino, em junho de 2012, o maior da história do Rio Grande do Norte, e de seu primo, Fábio Porcino, um ano depois.

Mais detalhes sobre o currículo e a personalidade da nova responsável por gerir a Segurança Pública potiguar estão em reportagem publicada na página 10 desta edição.

O que vale aqui destacar é a aposta do Governo do Estado em colocar na ponta da lança um nome que conhece bem a atuação das facções criminosas que disputam poder hoje no Rio Grande do Norte.

Essa guerra, evidenciada na crise ocorrida em Alcaçuz durante o mês de janeiro, continua provocando danos nas ruas da capital e do estado, sendo responsável por grande parte dos crimes contra a vida praticados no estado.

Enfrentar essa questão exige pronta-resposta, a fim de, sobretudo, devolver à população uma mínima sensação de segurança (com polícia mais presente nas ruas, a começar); mas, principalmente, inteligência para golpear essas organizações de maneira acentuada, cortando seu poder de articulação e combatendo suas fontes de financiamento.

## Artigo *Everton Dantas*

Jornalista • evertondantas@novojornal.jor.br

### Sobre baleias e planetas

Tenho um filho adolescente, com 15 anos. E foi ele a primeira pessoa quem me falou sobre "o jogo da baleia azul", há cerca de duas semanas, quando assistíamos um episódio de "13 Reasons Why" ( "13 motivos" ou "13 porquês"), a polêmica série da Netflix que conta a história de uma menina que se mata e deixa 13 fitas supostamente explicando os motivos de sua morte. Um assunto acabou tendo a ver com o outro, porque ambos se encontram no mesmo local: o suicídio.

Mas há outra semelhança interessante e algumas reflexões que a exposição do tema e suas circuntâncias acabam gerando. A primeira delas é o quanto os pais estão despreparados para lidar com filhos que têm acesso a uma infinidade de dispositivos tecnológicos e redes sociais.

Os pais retratados na série - tão empenhados nas suas lutas diárias e trabalhos - não têm ideia dos desafios e dramas que seus filhos adolescentes estão enfrentando. E tendem a achar que eles sempre conseguirão superar porque, afinal, quando adolescentes os pais passaram pelos mesmos problemas e conseguiram sobreviver. ledo engano. Essa juventude que está aí hoje em dia lida com um mundo milhares de vezes mais complexo. Reformulando: essa juventude que está aí vive em mais de um mundo e ambos são muito complexos. O mundinho mais simples que eles habitam é aquele no qual eles são o filhinho inovente do papai que jamais crescerá e sempre sabe dar aquele beijo ou abraço para que tudo fique bem.

Afora esse, são planetas que misturam real e virtual jogando doses pesadas de endorfina em meio aos hormônios da idade, tudo isso somado a uma mega exposição de estímulos sexuais e consumistas. É ou não um cenário de pirar? E olha que eles nem estão preocupados com o Trump, nossa máquina do tempo vive, que conseguiu fazer o mundo voltar mais de 30 anos no tempo para vivenciar novamente a vida por um fio, o mundo por um botão, a bomba prestes a explodir, a mão, a filha, a madrasta de todas as bombas, todas juntas, explodindo no mundo e dentro das nossas cabeças.

O desafioda baleia azul é outra prova de que os pais estão despreparados e as crianças e adolescentes com problemas. Começou com uma notícia falsa e agora está flertando com a verdade, com direito a investigação policial e tudo no Brasil. Detalhe: muitos pais não sabem nem o que é mamífero marinho, que dirá baleia azul jogo virtual que pode inspirar suicídio. É o não é de matar? Pra completar a tragédia, o povo lança o jogo das "9 verdades e uma mentira", que consegue unir numa mesma ação até coxinhas e mortadelas; flamenguistas e vascaínos. Algo me diz que realmente estamos precisando descobrir vida nova em outro planeta.

rodaviva@novojornal.jor.br

Interino: Carlos Magno Araújo

## RODA VIVA

CASSIANO ARRUDA CÂMARA

### O fator Sheila

Como o antecessor Caio Bezerra foi bastante discreto ao alegar "razões de ordem estritamente particular" para justificar sua saída da Secretaria de Segurança, e como a sucessora dele, a delegada Sheila Freitas, é conhecida como policial linha dura no enfrentamento da bandidagem, não se sabe se a mudança está relacionada ao aumento da violência, sobretudo na quantidade de homicídios, ou a dificuldades no combate ao crime. Ou, pura e simplesmente, a algum desestímulo.

Sabe-se, porém, que a segurança é uma pasta que requer, em qualquer governo, atenção redobrada e ações intermitentes. Daí a importância de não deixar o cargo vago por muito tempo - e em escolher para o lugar alguém relacionado diretamente à atividade operacional, e com histórico de bons resultados, para tentar virar o jogo.

É com a prática, no entanto, e não só com o currículo vitorioso, que a delegada poderá marcar sua passagem pelo cargo. Em outras ocasiões, o nome dela foi cogitado. Agora, terá chances de introduzir a estratégia que pensa para inibir a violência.

As primeiras palavras da nova secretária, se referindo à necessidade de mudar, sugerem que haverá uma ruptura na condução da pasta. Ela disse que pretende modificar os atuais modelos e usou expressões como "ir para cima" e "dar um basta" na atual situação.

Dar um basta é, de fato, o que a sociedade espera. Os números deste ano impressionam. Até esta semana, pouco mais de quatro meses em 2017, o número de homicídios beira os 750 registros. É algo em torno de 25% a mais em relação ao mesmo período do ano passado.

Quase todo mundo tem uma história triste para contar relacionada a casos de violência. Quando não homicídios, assaltos frequentes, sem distinção de bairro ou localidade específica. No interior, quase diariamente há notícias dando conta de explosões de agências bancárias ou de caixas eletrônicos - ou ainda de agências de Correios.

Por mais investimentos que possam ser listados para melhorar a segurança, a recorrência dos casos e a ousadia dos marginais sugerem que a bandidagem está atuando de forma bem mais ágil do que a ação, ou reação, da segurança pública. O desafio é reverter essa condição: a polícia precisa de condições não apenas de se antecipar às ações criminosas, mas coibi-las prendendo os criminosos. Tem, ainda de estabelecer estreito diálogo com outros setores, como a pasta da Justiça, encarregada de custodiar os presos, e mesmo com o Judiciário, que julgar e pune.

Vê-se que não será tarefa fácil para a delegada. Mas o currículo extenso de bons resultados, o respeito que angariou no setor e a disposição que demonstra para o enfrentamento da criminalidade podem se transformar, na prática, no combustível de que precisa o estado para virar esse jogo.

É de se aguardar as primeiras medidas da delegada Sheila, inclusive a montagem de sua equipe, e monitorar os resultados - as ferramentas para tanto já são bastante conhecidas. Mais do que tudo, é preciso restabelecer o ambiente de segurança, cuja ausência traz prejuízos para todos os lados.

**Segurança**
Foi trajando uniforme de policial, incluindo a arma no coldre, que a nova secretária de Segurança Sheila Freitas posou, ao lado do governador Robinson Faria, para a foto em que era anunciada como titular da pasta.

**Segurança - 2**
No material de divulgação após a confirmação de seu nome Sheila Freitas deu a entender que mudará os rumos da estratégia de segurança do governo: "vamos modificar os modelos até hoje apresentados, porque precisamos de mudança. É preciso olhar com outra ótica e aprender a fazer muito com pouco", disse ela. "Passamos por uma crise estrutural, financeira, mas não é por isso que vamos deixar que a bandidagem nos vença. Precisamos mobilizar e ir pra cima, para dar um basta nessa situação".

**NatalPrev**
Não havia ninguém da Prefeitura de Natal na sessão da Primeira Câmara de Contas do TCE que determinou ao prefeito a devolução dos recursos retirados por ele do fundo previdenciário para pagar salários.

**NatalPrev - 2**
Do outro lado, porém, o advogado Caio Vitor, da equipe do deputado Kelps Lima, fez na sessão do TCE a sustentação oral da denúncia de uso irregular dos recursos do fundo.

**Auditoria**
O TCE também decidiu encaminhar representação ao Ministério Público Estadual para apurar os saques realizados pela Prefeitura no Fundo Capitalizado de Previdência. E ainda fazer auditoria no NatalPrev para verificar se foram realizados saques irregulares antes da lei municipal autorizatória.

**Saúde**
Servidores da saúde estadual farão ato público hoje em frente ao Hospital Walfredo Gurgel, às 09h30 para marcar o lançamento da campanha salarial 2017. O protesto é ainda contra o projeto de reforma da Previdência e em favor de uma greve geral prevista para dia 28.

**"Não temos prazo para resolver a questão da licitação".**

DA SECRETÁRIA ELEQUICINA SANTOS SOBRE AS DUAS SESSÕES FRUSTRADAS DA LICITAÇÃO DOS ÔNIBUS EM NATAL

**Leitura**
A Prefeitura de Parnamirim faz hoje uma caminhada literária em alusão ao Dia Mundial do Livro. Parte às 7h da Praça Paz de Deus, no Centro, com destino ao Parque Aluízio Alves, onde estarão autores de literatura infantil, cordelistas e toda uma estrutura de tendas.

**Expectativa**
Depois da queda de 2,3% em março, o Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), medido pela CNI e divulgada ontem, aumentou 1,4% em abril e atingiu 103,4 pontos. Com isso, ficou 6,1% acima do verificado em abril de 2016, quando foi de 97,5 pontos. O indicador, porém, continua abaixo da média histórica, iniciada em março de 2001, que é de 108,6 pontos. O levantamento feio pelo Ibope ouviu 2.002 pessoas em 143 municípios entre 7 e 11 de abril.

**Expectativa - 2**
O indicador de expectativa de desemprego subiu 2% em abril frente a março e ficou 6,8% maior do que o de abril de 2016, mostrando que um maior número de pessoas crê na redução do desemprego.

**Previdência**
A votação do relatório da reforma da Previdência na comissão especial que discute o tema na Câmara dos Deputados ficou para dia 2 de maio. Ontem houve só a leitura da proposta do relator Arthur Maia (PPS-BA).

**Previdência - 2**
Aliás, ao contrário do que disse o presidente Temer, o substitutivo da reforma da Previdência prevê que as novas regras valerão para todos os servidores públicos, mas estados e municípios terão prazo de seis meses para instituir regras próprias.

## ZUM ZUM ZUM

• Dia 29 de abril os cantores Agnaldo Timóteo e Márcio Gomes apresentam o show "Os Reis da Voz" no Teatro Riachuelo, em Natal.

• Neste domingo (23), vai ter de novo Mercado das Pulgas, com Macaxeira Jazz e Camila Masiso e o espetáculo infantil HI-5 da Cia Era Uma Vez.

• A "Caravana do Conhecimento" do Complexo Contemporâneo já arrecadou mais de 10 mil livros didáticos e paradidáticos. Parte deles foi entregue à Escola Estadual Anísio Teixeira. Outras ações similares vão ocorrer no interior.

• "Memórias do meu Passado" será lançado amanhã, sexta 21, às 19h, no Restaurante e Tapiocaria da Avó, na Vila de Ponta Negral. São as memórias de Antônio Simão do Nascimento que a família reuniu quando ele completou 80 anos.

• A Associação dos Supermercados do RN realiza segunda (24), às 9h, a palestra "Modernização da Reforma Trabalhista", no Hotel Holiday Inn. O convidado é relator da reforma Rogério Marinho.

• O mutirão de conciliação da Justiça Federal em Mossoró fechou em duas semanas 80% de acordo em 300 audiências realizadas.

Pode escolher seu imóvel.
O financiamento você consegue na CHB.
• Juros baixos;
• Até dez anos para pagar;
• O imóvel oferecido em garantia deverá estar regularizado na Prefeitura e cartório competente;
• Não será aceito terreno/lote como garantia;
• Valor do crédito limitado a 50% do valor de avaliação do imóvel.
CHB COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA
4009.4800
www.chbcredito.com.br
criola

# Cena Urbana

*Vicente Serejo*
Jornalista • vicenteserejo@novonoticias.com
novonoticias.com/blogs/srredator

*"Ações policiais e judiciais não transformam a sociedade"*
**Chico Alencar**

## Nem milagre

Foi bom que o Papa Francisco I não tenha aceitado o convite do presidente Michel Temer para vir ao Brasil nos trezentos anos da aparição de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira dos brasileiros. E que na diplomacia vaticana, como é da tradição de São Pedro, a esta negativa Sua Santidade tenha somado o pedido para o governo não abandonar os pobres.Ficou evidentetoda essa retórica que joga a crise nos ombros dos fracos para fabricar o terror de justificar a injustiça.

Jesuíta, com a tradição de não ter fascínio pelo fausto, Temer hoje ocupa quatro palácios - Planalto, Alvorada, Jaburu e Granja do Torto - até o Papa já notou que as duas reformas que mais mexem com a vida das pessoas comuns, como previdência e relações de trabalho, não passaram no crivo das discussões. Reforçam o direito paritário das castas, aliadas da tecnocracia estatal, como se o rombo alegado tivesse nascido do pagamento das aposentadorias pelo sistema geral do INPS.

Ontem mesmo esta coluna mostrou que as aposentadorias da esfera pública nos três níveis - municipal, estadual e federal - representam hoje R$ 1,3 trilhão de reais e aquelas pagas pelo setor privado, via INSS, apenas R$ 450 bilhões, praticamente um terço, segundo levantamento feito ao longo dos últimos quinze anos, de 2001 a 2015. Enquanto a reforma trabalhista repete a fábula do leão entre cordeiros, entregando os fracos às garras dos fortes ferindo o princípio da justiça social.

O presidente Michel Temer é um professor de Direito Constitucional para quem a lei não tem como função promover o primado do social. Ele sabe que a crise é grande, mas sabe também que mais perigoso do que enfrentar o povo nas ruas seria deixar de satisfazer os compromissos que assumiu com a poderosa Avenida Paulista, financiadora de sua chegada fácil ao poder. Como diria Walter Benjamin, para usar sua expressão perfeita, Temer lidera o cortejo triunfal dos vencedores.

Não é feita de coragem e transparência a retórica do Governo Michel Temer. Se fosse seria justo reconhecer o destemor cívico até como um atributo essencial dos estadistas e dos líderes. Sua gratidão perversa é feita de sem-cerimônia. O próprio Fernando Henrique Cardoso revela nos seus diários, escritos bem antes da eleição de Lula e da queda de Dilma, que o então deputado Michel Temer foi contra a idade mínima de 65 anos quando FHC tentou propor a reforma da previdência.

A retórica da crise é o trapo com o qual o discurso oficial tenta esconder o seu jogo injusto. As reformas não são para todos. Se fossem, seriam justas, mesmo duras. Quem toca no princípio da paridade das aposentadorias de magistrados e procuradores de todas as esferas, de militares, da alta tecnocracia que representa uma despesa cinco vezes maior do que as aposentadorias do INSS? A ausência do Papa é a forma de não coonestar a injustiça. A Santa Sé sabe falar por parábolas...

## PALCO

**NOME** - Anotem este nome: padre Valdir Cândido de Morais, vigário episcopalda Arquidiocese de Natal, é o nome em ascensão e pode ser bispo. Se depender da vontade do arcebispo Dom Jaime Vieira.

**ATUAÇÃO** - Atualmente, além de vigário episcopal, é pároco da Catedral, membro do Conselho Presbiteral, do Colégio de Consultores e coordenador diocesano. Tem a confiança do arcebispo e a carta branca.

**ELOGIO** - Uma escolha elogiável do governador Robinson Faria: Sheyla Freitas para secretária de segurança. Uma delegada de carreira, concursada, séria e destemida. Resta saber se terá condições essenciais.

**RETRATO** - Os empresários do transporte coletivo são fortes na Prefeitura. Depois de levarem a concorrência por duas vezes a ser anulada por ausência absoluta de propostas, ganham um aumento de 15,52%.

**SOFRÊNCIA** - Agnaldo Timóteo e Márcio Gomes cantam os grandes sucessos da dor de cotovelo dia 29 próximo no palco do Teatro Riachuelo. A sofrência com seus hinos ao amor fracassado começa aí por 21h.

**PULGAS** - O Mercado das Pulgas ainda não tem pulgas, como no belo e surpreendente modelo parisiense. Mas, os organizadores prometem novidades no domingo que vem. Em torno da Arena das Dunas.

**LUTA** - Os funcionários da saúde farão nesta quinta-feira, hoje, a partir das 9h30m, um ato público que vai marcar início da luta pelo reajuste salarial. E vão mostrar o desmonte da saúde pública no Estado.

**CALDO** - O caldo do saque nas contas do NatalPrev - R$ 203 milhões - engrossou com a decisão do TCE de remeter o caso ao Ministério Público para tomar as devidas providências agora no campo jurídico.

**EFEITOS** - A inegável vitória, pelo menos parcial, do advogado e deputado Kelps Lima revela dois efeitos no caso: era o que ele deveria ter feito quando do saque ao IPE e o descuido dos vereadores adesistas.

**COMO** - No primeiro caso, o saque ao IPE foi autorizado duas vezes e o MP não manifestou-se apesar de ter sido acionado. E o TCE, por não ter sido provocado, não tomou a atitude que tomou desta vez.

**MÉRITO** - A médica Zélia Fernandes é a maior benemérita por liderar a luta pela publicação do belo livro sobre os 100 anos do Hospital Varela Santiago. Este cronista foi apenas um pequeno incentivador.

**GESTO** - Nesta luta um gesto merece registro: o empresário Álvaro Alberto Barreto adquiriu cem volumes do livro 'Varela Santiago - Visão de um Homem', para ser um brinde dos clientes da CHB. Valeu!

## CAMARIM

**1- ESTILO**

O estilo é o homem, para repetir a frase célebre de Buffon - George-Louis Leclerc, Conde Buffon. É forte, mas a sua força não chega para cobrir a verdade, quando esta é maior que a dissimulação.

**2- TALVEZ...**

Por isso a elegância da carta de exoneração do ex-secretário de segurança, Caio Bezerra, apesar desua lhaneza, revelou tida a exaustão diante da impossibilidade de reduzir a escalada da violência.

**3- DESIGUAL**

Caio revelou a grande desigualdade da luta da segurança com as deficiências material e de pessoal de uma pasta que apesar de todos os esforços não tem mais como garantir o controle da violência.

**4- RETRATO**

É impossível a prontidão para a dissuasão e a investigação, sem uma presença forte do aparelho policial. Por melhor que seja a escolha de mais um substituto. O quadro tem sinais de descontrole.

NOVO
Pra você, do seu jeito

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

IVC INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO

**Diretor geral** Fernando Laudares. **Executivo de administração e finanças** Manuel Micó. **Conselheiro de relacionamento com comunidades e marcas** Carlos Magno Araújo. **Executiva de negócios** Karina Mandel. **Executivo de conteúdo e engajamento com a audiência** Everton Dantas. **Executivo de inovação digital e experiência do usuário** Paulo Moreira.
WhatsApp: (84) 99113-3526. Fones (84) 3342-0369 / 3342-0358 / 3342-0380. redacao@novonoticias.com / pauta@novonoticias.com / comercial@novonoticias.com /assinatura@novonoticias.com. Para assinar (84) 3342-0374. Av. Hermes da Fonseca, 384 - Petrópolis - CEP 59020-000, Natal-RN.

IV – É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. (Constituição Federal – Artigo 5º). Os artigos assinados por colaboradores são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião do NOVO JORNAL. O jornal não pode ser responsabilizado pelas informações usadas nestes textos ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso ou da divulgação dessas informações.

novo.
novojornal.jor.br

Estamos no ar!
NOVO CONCEITO,
NOVO DESIGN,
NOVO NOVO.

Confira seu novo portal,
e dê sua opinião, elogio ou sugestão
através das nossas redes sociais!

# Conecte-se

WhatsApp (84) 99113-3526

cartas@novonoticias.com | @NovoJornalRN
novonoticias.com | facebook.com/novojornalrn

O leitor pode fazer a sua denúncia neste espaço enviando fotografias

**Fátima Bezerra**

Sexta-feira (14), dois leitores me perguntaram a razão de eu não ter escrito mais sobre as baboseiras escritas pelo ghost writer de Fátima Bezerra. Respondi que estive viajando para assistir ao casamento do meu filho e, por outro lado tenho que dizer as mesmas coisas porque seu texto fica repetindo que o governo ilegítimo não faz nada, além de cometer os mesmos erros. A professora se esquece que seu partido passou 13 anos no poder e deixou o país falido e mal pago. Os que acreditaram que o PT faria tudo diferente foram enganados. Até eu acreditei quando o PT dizia que tinha um monte de coisas erradas e que o país estava atolado na lama e que o partido faria diferente. O que assistimos foi o PT "receber um cheque em branco do povo brasileiro e preencher com a tinta da vergonha, assinar com a firma da traição e nos jogar na inadimplência da desfaçatez". Hoje, os brasileiros sabem que a passagem do PT pelo governo foi a negação de tudo o que ele pregava, a mentira de suas promessas e a morte dos nossos sonhos. O PT traiu até as esquerdas. Sepultou toda sua história e deixou os seus denodados fundadores envergonhados além de ter humilhados seus milhões de eleitores. Se a professora Fátima tivesse feito o Mobral mais bem feito e gostasse de ler o que a imprensa publica ficaria sabendo que esse mesmo partido que chamava os demais de ladrões montou uma sociedade transformada em quadrilha. O mais triste e incrível é saber que os movimentos sociais, doutores universitários e muitos atores, que recebem favores do governo, se transformaram em defensores e adoradores dessa cambada de traidores falsos democratas que na realidade não passam de socialistas. Não dá para acreditar em nada do que sai da boca de Lula, de Dilma, de Zé Dirceu nem do presidente do PT. O Brasil sepultou seus líderes e hoje o que se assiste é um Bolsonaro ser recebido como herói. Não sei se o senador Ronaldo Caiado, contra quem não se conhece nenhum mal feito teria condições de ser presidente. Nele, eu votaria.

**Geraldo Batista**
Via email

# Plural

*Marcus Peixoto*
Presidente da UnP • marcuspeixoto@novonoticias.com

## Cotas

Se você deseja gerar um debate ardente entre pessoas, seja em uma roda de amigos ou especialistas e, até mesmo, em um post de rede social, mencione suas opiniões sobre o tema das cotas nasuniversidades públicas. Tenha a certeza que diversas opiniões, muitas das quais extremamente opostas, irão surgir e que dificilmente algum consenso será alcançado. Mas, por que tudo isso?

Apesar de ser um conceito utilizado há muito tempo, vide o tema das cotas raciais no ensino superior americano na década de 1960 e a exigência de 30% de mulheres nas candidaturas, válido segundo a legislação eleitoral brasileira desde os anos 1990, o tema das cotas ainda causa muita confusão e gera distintas opiniões na população em geral.

A adoção de cotas destinadas a alunos oriundos de escolas públicas na UnB em 2000 e a posterior Lei 12.711 de 2012 (garantindo 50% das vagas das instituições federais de ensino superior estudantes advindos das escolas públicas) incrementaram o nível do debate de forma substancial desde então.

Para evitar erros de juízo de valor devemos, primeiramente, entender o próprio conceito da cota social, concordemos ou não com isso. A cota social é um dos diversos instrumentos de ações afirmativas existentes e visa, de alguma maneira, compensar grupos sociais historicamente prejudicados no processo de desenvolvimento da sociedade em que vivemos. Dessa forma, podemos simplificar o conceito como uma forma de "dívida" que a sociedade herdou de sua própria formação e que, de alguma forma, busca "pagar" com medidas compensatórias.

Antes que alguém possa considerar "injusto" pagar pelos erros do passado, devemos ter claro que somos fruto de um contexto social e que as cotas tampouco devem ter um caráter permanente. Elas devem ser uma maneira de equalizar as condições para que as futuras gerações tenham mais equidade de direitos. Indistinto de qualquer visão mais individualista, a equidade é um grande benefício para a sociedade, pois promove uma maior competição interna, possibilitando que todos possam se destacar de acordo com suas habilidades próprias.

Sendo assim, desde que implementado de maneira correta, as cotas podem trazer grandes benefícios para a sociedade como um todo em médio e longo prazo.

Por outro lado, como já mencionei em artigos anteriores, sigo acreditando que a melhor maneira de minimizar as desigualdades ainda esteja em um ensino fundamental e médio de excelência. Em meu ponto de vista, garantir condições mais "igualitárias" na largada pode ter um impacto muito mais eficiente e duradouro na corrida inteira.

Em resumo, seguimos precisando, enquanto sociedade, buscar ações afirmativas que garantam a correta inclusão de todos e minimizem as desigualdades entre nossos cidadãos. Porém, em termos de investimentos, devemos privilegiar as opções que garantam as condições ideais de formação das nossas crianças. Estou seguro que isso, por si só, já minimizaria substancialmente as desigualdades quando eles atingirem sua fase adulta.

# NOVOWhats

O NOVOWhats publica as histórias que os nossos leitores enviam através do WhatsApp

Cadastre-se: (84) 99113-3526

**Chuva**

Em apenas 10 minutos de chuva, observem a situação da av. Dos Xavantes, no bairro do Pitimbu.
**Wellington Alexandre**
Via NOVOWhats

**Boletim do NOVOWhats**

Parabéns NOVO!
As notícias dessa redação são sempre muito bem vindas no meu WhatsApp.
**João Marcelo**
Via NOVOWhats

**Cadastre-se:**

Você já conhece o NOVO-Whats? Ele é uma ferramenta rápida e eficiente no recebimento e envio de informações. Através dele, você tem acesso a três boletins de notícias com os destaques do momento, tanto do Brasil quanto do mundo. Além disso, você também tem a sua disposição um canal rápido para fazer denúncias, sugerir pautas e muito mais. Se você tem aquela denúncia para fazer e não sabe a quem recorrer, o NOVOWhats dá espaço para sua reclamação e te ajuda a divulgar o seu problema no boletim do 12h. Se você gosta de ficar por dentro das últimas do trânsito, o boletim da noite é o ideal para você, pois além de um resumão de notícias, ele também oferece um super radar do trânsito. Gostou? Adiciona a gente pelo 9 9113 3526 e aproveite!

# Jornal de *Gerson de Castro*

Jornalista | gersondecastrojornalista@gmail.com

## A democracia terceirizada

Com a divulgação dos vídeos e áudios das confissões, em regime de delação premiada, dos executivos da Odebrecht, os brasileiros chegaram à triste conclusão de que a geração de políticos que assumiu o poder com a redemocratização do País, há pouco mais de trinta anos, está mergulhada em um mar de lama, cercada de denúncias de corrupção por todos os lados.

Neste arquipélago de maus exemplos e péssima conduta no trato com a coisa pública, estão figuras que foram gradativamente assumindo, a partir de 1984, um papel promissor e catalizador de esperanças. Por causa desta enxurrada de delações premiadas, os brasileiros perceberam que congressistas e ocupantes de cargos importantes do governo, tanto da União quanto dos estados, venderam o direito de legislar.

Essa triste constatação se torna ainda mais grave quando lembramos que o direito de legislar é a essência da atividade dos parlamentares eleitos pelos cidadãos numa democracia representativa. Ao transformarem gabinetes e o próprio Congresso Nacional em um balcão de negócios, os políticos que chegaram ao poder a partir da maior mobilização cívica e cidadã da história da vida pública brasileira – a campanha das Diretas Já! – conspurcaram mais do que seus mandatos, outorgados pelo povo: traíram os princípios republicanos e se tornaram indignos de continuar exercendo o papel de representantes.

Os envolvidos na Operação Lava Jato estão condenados moralmente por antecipação. Claro que o estado democrático de direito confere a todos o legítimo direito de defesa e do contraditório. Mas o volume de informações, algumas reveladas com deplorável sarcasmo e ironia por quem afirma ter comprado o apoio de partidos e políticos de todos os matizes ideológicos – mostra que a República se transformou em objeto de compra e venda.

Sem o respeito e a observância dos princípios republicanos, não são poucos os que chegaram à perigosa conclusão de que a Democracia e os políticos não são imprescindíveis. Não há Democracia sem Política. E não há Política sem partidos e sem políticos. Se maioria da população chegar a esta conclusão, teremos perdido a luta pela redemocratização. E aí será tarde para a nossa cambaleante democracia.

A situação é grave e exige uma resposta das instituições. De nada adianta tramar para legalizar o caixa 2, manter o foro privilegiado, mitigar a iniciativa popular de tentar impor medidas anti-corrupção ou mesmo ameaçar juízes, promotores e procuradores com a aprovação de lei sobre abuso de autoridade. É nítida e progressiva a perda de credibilidade do Congresso Nacional. Se não houver punições para os comprovadamente culpados este processo se tornará irreversível.

**AUDIÊNCIA**

Na próxima segunda-feira, 24, por iniciativa do deputado Hermano Morais, a Assembleia Legislativa promove audiência pública para discutir a regulamentação da produção do queijo artesanal. O evento deverá contar com a maciça participação de entidades do setor agropecuário e de produtores de leite do Rio Grande do Norte.

**MOBILIZAÇÃO**

Entidades com a Associação Norte-riograndense de Criadores (Anorc) e do Núcleo do Leite do Rio Grande do Norte (Nuleite-RN) arregimentarão seus associados para comparecer ao plenarinho da Assembleia Legislativa. O objetivo é apresentar o ponto de vista dos produtores e de suas entidades e chamar a atenção para as dificuldades do setor.

**ORÇAMENTO**

Já está na Assembleia Legislativa uma mensagem do Governo do Estado pedindo autorização para aumentar de 10 para 15 por cento a margem de remanejamento do Orçamento deste ano. Na Comissão de Constituição e Justiça, o deputado Carlos Augusto Rosado foi designado como relator. A análise da comissão ficou para a próxima semana.

**LICENÇA**

A vereadora Wilma de Faria encaminhou à Câmara Municipal de Natal pedido de afastamento temporário de suas funções. A ex-prefeita da capital e ex-governadora precisará dar continuidade ao tratamento de saúde iniciado em 2016. No último dia 10 ela foi submetida a uma cirurgia no Hospital do Coração e dará início a uma fase do tratamento.

**PERGUNTA**

O fato de a Odebrecht ter 77 executivos listados como delatores da Operação Lava Jato é algo impressiona e intriga: por que uma grande empresa mobilizou tão expressivo número de executivo em operações de negociações nada republicanas com políticos e gestores públicos? Por que não confiou tal missão a um pequeno grupo de pessoas?

**RESPOSTA**

Em nível de especulação, é de imaginar que a Odebrecht, ao mobilizar 77 executivos, organizou suas operações de modo a causar o maior estrago possível no caso de ser responsabilizada pelo pagamento de propinas em troca de favorecimento na área pública. Algo do tipo: se tiver de cair, caio atirando. É tiro pra todos os lados.

**DENÚNCIA**

O vereador Sandro Pimentel, do PSOL, voltou a repetir a denúncia de que a Prefeitura de Natal está aplicando indevidamente recursos destinados à iluminação pública. Segundo Pimentel, mensalmente sobram recursos e que parte deles são empregados em outras áreas, configurando desvio de finalidade. A denúncia é grave, muito grave.

**SEM PREFEITO**

Na mesma entrevista, concedida à 96 FM, ao comentar a nova tentativa de licitação dos transportes coletivos da capital, o vereador do PSOL declarou, com todas as letras, que Natal é uma cidade sem prefeito. Ao ser confrontado, Pimentel terminou que não reúne condições para ser prefeito, embora já tenha sido candidato ao cargo.

**MUDANÇA**

Com a saída do delegado da Polícia Federal Caio Bezerra, o governo Robinson Faria chegou ao quarto titular na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social em menos de dois anos e meio. Bezerra, segundo fontes ligadas ao governo, soube que o governador pretendia pedir o cargo e se antecipando, produzindo uma carta cheia de elogios à própria gestão.

**MISSÃO**

Com a nomeação da delegada Sheila Freitas, conhecida pela combatividade e eficiência, o comando da Sesed volta a ser da Polícia Civil. A policial terá pela frente a missão de estimular seus colegas e retomar o bom relacionamento com a Polícia Militar. O antecessor, Caio Bezerra, tinha problemas de relacionamento com a PM e também com a Sejuc.

# Nas redes

O melhor do que acontece nos nossos canais digitais, você vê aqui

## DESTAQUES

1 - Nossa equipe de repórteres já passou um dia como gari pelas ruas de Natal, acampou uma noite no cume do Pico do Cabugi e acompanhou um desfile de cachorros
2 - Ter uma choppeira na redação é uma das metas para 2017 que estão escritas nas janelas do NOVO
3 - O formato do serviço de envio de notícias através do NOVOWhats (991133526) é pioneiro em todo o Brasil
4 - Na redação, o lanche da tarde favorito é pizza sabor "Chico Bateu no Bode" da Pizzaria/Bar do Grafith
5 - Algumas pessoas costumavam ouvir vozes do além na antiga sede do NOVO, na Ribeira
6 - Começamos juntos uma dieta fitness para sairmos do sedentarismo
7 - Em março, nossos canais alcançaram a marca de 10 milhões de interações (compartilhamentos, curtidas e comentários dos nossos usuários)
8 - Temos um boneco inflável furado de mascote na redação
9 - Nosso Facebook tem a maior taxa de crescimento mensal entre todas as páginas de notícias do Rio Grande do Norte
10 - Uma vez, uma equipe de reportagem foi detida pela polícia durante a apuração de uma matéria

O NOVO entrou na onda e resolveu fazer o desafio das 8 verdades e 1 mentira que está rolando no Facebook! Consegue adivinhar a mentira?

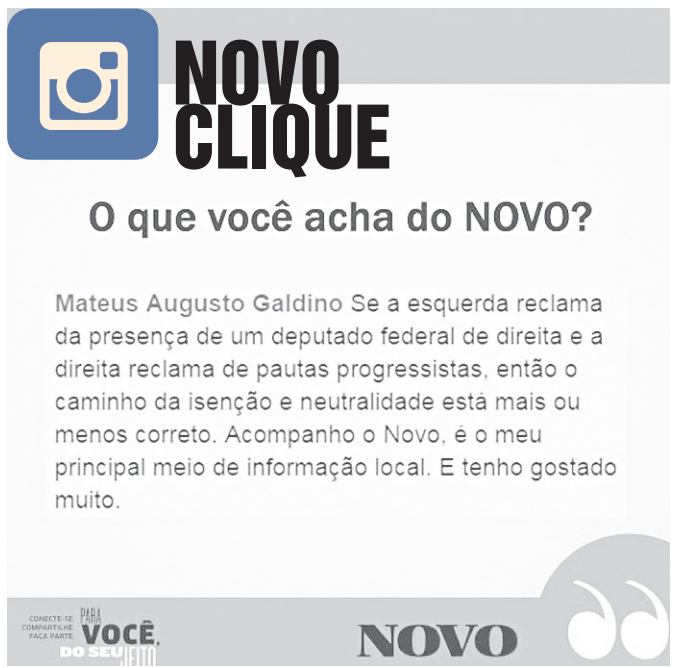
## +LIDAS

O que sabemos sobre o desafio Baleia Azul:

Marcos Harter pede na Justiça suspensão de investigação por agressão no 'BBB':

TCE determina a prefeito devolução de R$ 15 milhões retirados do NatalPrev:

## NOVO CLIQUE




NÃO É A GENTE QUE ESTÁ DIZENDO...

# GE OLHO D'ÁGUA S.A.

COPEL

**CNPJ Nº 12.723.444/0001-34**

PARANÁ Governo do Estado

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**AOS ACIONISTAS**

A administração da GE Olho D'Água S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa as contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**AQUISIÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E OPERAÇÃO COMERCIAL**

Em 16 de outubro de 2014 a COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, a partir do dia 25 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Parque Eólico. Localizado no Rio Grande do Norte, o parque possui uma capacidade instalada de 30,0 MW e garantia física de 15,3 MW médios. A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R$ 133,97/MWh.

| Complexo Eólico | Leilão [1] | Capacidade Instalada (MW) | Garantia Física (MWméd) | Geração (GWh) | Preço [2] | Vencimento da Autorização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GE Olho D'Água S.A. | 2º LFA (26/08/2010) | 30,0 | 15,3 | 149,4 | 205,57 | 31.05.2046 |

[1] LFA - Leilão de Fontes Alternativas / LER - Leilão de Energia de Reserva.
[2] Preço em dezembro de 2016.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

| Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma) | 2016 | 2015 | variação % |
|---|---|---|---|
| **Indicadores Contábeis** | | | |
| Ativo total | 145.762 | 146.007 | (0,2) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.993 | 2.917 | 174,0 |
| Dívida total | 93.229 | 98.228 | (5,1) |
| Dívida líquida | 85.236 | 95.311 | (10,6) |
| Receita operacional bruta | 26.498 | 30.188 | (12,2) |
| Deduções da receita | 977 | 1.163 | (16,0) |
| Receita operacional líquida | 25.521 | 29.025 | (12,1) |
| Custos e despesas operacionais | 12.437 | 25.624 | (51,5) |
| Resultado das atividades | 13.084 | 3.401 | 284,7 |
| EBITDA ou LAJIDA | 19.953 | 10.209 | 95,4 |
| Resultado financeiro | (7.415) | (7.185) | 3,2 |
| IRPJ/CSLL | 1.171 | 1.407 | (16,8) |
| Lucro operacional | 5.669 | (3.784) | (249,8) |
| Lucro líquido/prejuízo do exercício | 4.498 | (5.191) | (186,6) |
| Patrimônio líquido | 49.971 | 45.473 | 9,9 |

| Indicadores Econômico-Financeiros | | | |
|---|---|---|---|
| Liquidez corrente (índice) | 1,3 | 0,9 | 51,0 |
| Liquidez geral (índice) | 0,3 | 0,2 | 35,8 |
| Margem do EBITDA ou LAJIDA (%) | 78,2 | 35,2 | 122,3 |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%) | 186,6 | 216,0 | (13,6) |
| Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%) | 22,2 | (13,0) | (270,4) |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 17,6 | (17,9) | (198,5) |
| Participação de capital de terceiros (%) | 65,7 | 68,9 | (4,6) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1) | 9,9 | (15,2) | (164,9) |

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017.

**Fabio Antonio Dallazem**
**Diretor Presidente**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| ATIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.993 | 2.917 |
| Clientes | 5 | 4.420 | 5.167 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 54 | 26 |
| Outros tributos a recuperar | | 15 | 12 |
| Partes relacionadas | 6 | 224 | - |
| | | **12.706** | **8.122** |
| **Não Circulante** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 9.233 | 8.275 |
| Partes relacionadas | 6 | 7.688 | 6.506 |
| | | **16.921** | **14.781** |
| **Imobilizado** | 8 | **116.135** | **123.104** |
| | | **133.056** | **137.885** |
| **Total do Ativo** | | **145.762** | **146.007** |

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 1.964 | 1.674 |
| Fornecedores | | 88 | 3 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 339 | 669 |
| Outras obrigações fiscais | | 114 | 316 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 7.190 | 7.069 |
| Outras contas a pagar | | 13 | (363) |
| | | **9.708** | **9.368** |
| **Não Circulante** | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 36 | 7 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 86.039 | 91.159 |
| Provisões para litígios | 10 | 8 | - |
| | | **86.083** | **91.166** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 11.1 | 39.321 | 39.321 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.2 | 16.618 | 16.618 |
| Prejuízos acumulados | | (5.968) | (10.466) |
| | | **49.971** | **45.473** |
| **Total do Passivo** | | **145.762** | **146.007** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 12 | **25.521** | **29.025** |
| **Custos Operacionais** | 13 | **(9.521)** | **(22.552)** |
| **Lucro Operacional Bruto** | | **16.000** | **6.473** |
| **Outras Despesas Operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (2.831) | (3.072) |
| Outras despesas operacionais | 13 | (85) | - |
| | | **(2.916)** | **(3.072)** |
| **Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos** | | **13.084** | **3.401** |
| **Resultado Financeiro** | 14 | | |
| Receitas financeiras | | 1.919 | 1.491 |
| Despesas financeiras | | (9.334) | (8.676) |
| | | **(7.415)** | **(7.185)** |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional** | | **5.669** | **(3.784)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | 15 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (1.142) | (1.400) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (29) | (7) |
| | | **(1.171)** | **(1.407)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | | **4.498** | **(5.191)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | **4.498** | **(5.191)** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado Abrangente do Exercício** | **4.498** | **(5.191)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **4.498** | **(5.191)** |
| **Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:** | | | |
| Encargos e variação monetária de empréstimos e financiamentos | 9.2 | 9.169 | 8.469 |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 1.142 | 1.407 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15 | 29 | - |
| Depreciação do imobilizado | 8 | 6.869 | 6.808 |
| Provisão para litígios | | 8 | - |
| | | **21.715** | **11.493** |
| **Redução (aumento) dos ativos** | | | |
| Clientes | | 747 | (7.316) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (28) | 6 |
| Outros tributos a recuperar | | (3) | - |
| | | **716** | **(7.310)** |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | | |
| Partes relacionadas | | 277 | - |
| Fornecedores | | 303 | (4.803) |
| Outras obrigações fiscais | | (202) | 225 |
| Outras contas a pagar | | 376 | - |
| | | **754** | **(4.578)** |
| **Caixa Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **23.185** | **(395)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.472) | (869) |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos | 9.2 | (7.907) | (8.083) |
| **Caixa Líquido Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **13.806** | **(9.347)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aplicações financeiras | | (958) | (8.275) |
| Créditos concedidos a partes relacionadas | | (1.406) | - |
| Aquisições de imobilizado | | (118) | (419) |
| **Caixa Líquido utilizado pelas Atividades de Investimento** | | **(2.482)** | **(8.694)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Ingressos de empréstimos e financiamentos | 9.2 | 420 | - |
| Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos | 9.2 | (6.681) | (6.692) |
| Ingresso de obrigações com partes relacionadas | | 13 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 16.618 |
| **Caixa Líquido (utilizado) Gerado pelas Atividades de Financiamento** | | **(6.248)** | **9.926** |
| **Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **5.076** | **(8.115)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.917 | 11.032 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.993 | 2.917 |
| **Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **5.076** | **(8.115)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2015** | **39.321** | **-** | **(5.275)** | **34.046** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 16.618 | - | 16.618 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (5.191) | (5.191) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **39.321** | **16.618** | **(10.466)** | **45.473** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 4.498 | 4.498 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **39.321** | **16.618** | **(5.968)** | **49.971** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A GE Olho D'Água S.A. (Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica. O vencimento da autorização da Usina Eolioelétrica - EOL Dreen Olho D'Água, de acordo com a Portaria MME nº 343/2011, é em 31.05.2046. Para a produção de energia, existem contratos firmados de compra e venda de energia no ambiente regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alterna- [illegible]

[illegible] lucros que excederem a R$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.7 Arrendamentos -** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em [illegible]

**6. PARTES RELACIONADAS**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. | 224 | - |
| **Ativo não circulante (b)** | | |
| Controlador - São Bento Energia Investimento e Participações S.A. | 7.538 | 6.506 |
| Entidade sob controle comum - GE Farol S.A. | 150 | - |
| **Passivo circulante** | | |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. (a) | 2 | - |
| Entidade sob controle comum - Copel Renováveis S.A. (c) | 1.951 | 1.674 |
| Entidade sob controle comum - GE São Bento do Norte S.A. (a) | 11 | - |

**a)** Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017. **b)** A São Bento Energia, Investimento e Participações S.A, na qualidade de interveniente junto aos financiamentos do BNDES com as suas controladas GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D´Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas, e estas fazem transferências financeiras entre si, visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 9). **c)** Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e não tem planos de benefícios de longo prazo.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 13,50% a.a. Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

**8. IMOBILIZADO**

| | Saldo em 1º.01.2015 | Adições | Depreciação (a) | Capitalizações | Saldo em 31.12.2015 | Adições | Depreciação (a) | Transferências | Saldo em 31.12.2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | | | | | | |
| Máquinas e Equipamentos | 134.162 | - | (6.808) | (6.222) | 121.132 | - | (6.869) | - | 114.263 |
| Móveis e utensílios | - | - | - | 1 | 1 | - | - | - | 1 |
| | **134.162** | **-** | **(6.808)** | **(6.221)** | **121.133** | **-** | **(6.869)** | **-** | **114.264** |
| **Em curso** | | | | | | | | | |
| Custo | - | 2.390 | - | (419) | 1.971 | 118 | - | (218) | 1.871 |
| | - | 2.390 | - | (419) | 1.971 | 118 | - | (218) | 1.871 |
| | **134.162** | **2.390** | **(6.808)** | **(6.640)** | **123.104** | **118** | **(6.869)** | **(218)** | **116.135** |

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2016 e 2015.

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

| Contrato BNDES | Data da emissão | Nº de parcelas | Vencimento final | Encargos financeiros a.a. (juros + comissão) | Valor do contrato | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11211551 | 19.03.2012 | 192 | 15.06.2030 | 2,34% a.a. acima da TJLP | 97.000 | 93.229 | 98.228 |
| | | | | | | **93.229** | **98.228** |
| | | | | | **Circulante** | **7.190** | **7.069** |
| | | | | | **Não circulante** | **86.039** | **91.159** |

**Destinação:** construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
**Garantias:** penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

**9.1 vencimentos das parcelas de longo prazo**

| 31.12.2016 | |
|---|---|
| 2018 | 6.817 |
| 2019 | 6.817 |
| 2020 | 6.817 |
| 2021 | 6.817 |
| 2022 | 6.817 |
| Após 2022 | 51.954 |
| | **86.039** |

**9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos**

| | Circulante | Não circulante | Total |
|---|---|---|---|
| **Em 1º.01.2015** | **7.164** | **97.370** | **104.534** |
| Encargos e variação monetária | 8.135 | 334 | 8.469 |
| Transferências | 6.545 | (6.545) | - |
| Amortização – principal | (6.687) | - | (6.687) |
| Pagamento – encargos | (8.088) | - | (8.088) |
| **Em 31.12.2015** | **7.069** | **91.159** | **98.228** |
| Ingressos | - | 420 | 420 |
| Encargos e variação monetária | 7.916 | 1.253 | 9.169 |
| Transferências | 6.793 | (6.793) | - |
| Amortização – principal | (6.681) | - | (6.681) |
| Pagamento – encargos | (7.907) | - | (7.907) |
| **Em 31.12.2016** | **7.190** | **86.039** | **93.229** |

**9.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants**

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas. O contrato de empréstimo e financiamento apresenta o seguinte covenant financeiro:

| Instrumento Contratual | Indicador Financeiros | Limite |
|---|---|---|
| BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 11211551 | Índice de cobertura do serviço da dívida | ≥ 1,3 |

**10. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE**

A Companhia responde por processos judiciais de natureza trabalhistas. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida. Em 31.12.2016, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza tributária, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R$ 6.332 (R$ 2.771 em 31.12.2015).

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**11.1 Capital social -** O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 39.321 (R$ 39.321, em 31.12.2015), composto por 39.320.804 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. **11.2 Adiantamento para futuro aumento de capital -** A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A, por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Afac, definiu que o montante de R$ 16.618, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2017.

**12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) | 26.127 | 24.896 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 371 | 5.292 |
| (-) PIS/Pasep e Cofins | (977) | (1.163) |
| | **25.521** | **29.025** |

**13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

| | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | Outras despesas operacionais | 31.12.2016 | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Energia elétrica comprada para revenda - CCEE | (16) | - | - | (16) | (14.290) | - | (14.290) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (1.285) | - | - | (1.285) | (1.055) | - | (1.055) |
| Pessoal e administradores | (450) | (741) | - | (1.191) | - | (1.267) | (1.267) |
| Planos previdenciário e assistencial | (96) | (129) | - | (225) | - | (150) | (150) |
| Material | (3) | (18) | - | (21) | - | (9) | (9) |
| Serviços de terceiros | (788) | (661) | - | (1.449) | (399) | (1.058) | (1.457) |
| Depreciação e amortização | (6.869) | - | - | (6.869) | (6.808) | - | (6.808) |
| Provisão para litígios | - | - | (8) | (8) | - | - | - |
| Arrendamentos e aluguéis | (14) | (501) | - | (515) | - | (496) | (496) |
| Outros custos e despesas operacionais | - | (781) | (77) | (858) | - | (92) | (92) |
| | **(9.521)** | **(2.831)** | **(85)** | **(12.437)** | **(22.552)** | **(3.072)** | **(25.624)** |

**14. RESULTADO FINANCEIRO**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 1.295 | 1.322 |
| Acréscimos moratórios sobre faturas de energia | 624 | - |
| Outras receitas financeiras | - | 169 |
| | **1.919** | **1.491** |
| **(-) Despesas financeiras** | | |
| Variação monetária, cambial e encargos da dívida | 9.176 | 8.469 |
| Outras despesas financeiras | 158 | 207 |
| | **9.334** | **8.676** |
| **Líquido** | **(7.415)** | **(7.185)** |

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social correntes** | | |
| Receitas com Venda de Energia | 26.778 | 31.859 |
| Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada | 121 | - |
| Receita financeira auferida sobre os valores resgatados | 1.209 | 1.301 |
| Base de cálculo IRPJ 8% | 3.361 | 3.850 |
| Base de cálculo CSLL 12% | 4.437 | 5.124 |
| Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24% | 904 | 1.039 |
| Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses | 312 | 361 |
| (-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015 | (74) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **1.142** | **1.400** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | | |
| Receita financeira provisionada | 86 | 20 |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%** | **29** | **7** |

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

| | Ne nº | Nível | 31.12.2016 Valor contábil | 31.12.2016 Valor justo | 31.12.2015 Valor contábil | 31.12.2015 Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 4 | 1 | 7.993 | 7.993 | 2.917 | 2.917 |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 7 | 2 | 9.233 | 9.233 | 8.275 | 8.275 |
| Empréstimos e recebíveis | | | | | | |
| Clientes (a) | 5 | | 4.420 | 4.420 | 5.167 | 5.167 |
| **Total dos ativos financeiros** | | | **21.646** | **21.646** | **16.359** | **16.359** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Outros passivos financeiros** | | | | | | |
| Fornecedores (a) | | | 88 | 88 | 3 | 3 |
| Empréstimos e financiamentos (c) | 9 | | 93.229 | 78.697 | 98.228 | 98.228 |
| **Total dos passivos financeiros** | | | **93.317** | **78.785** | **98.231** | **98.231** |

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir: **Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e **Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Apuração dos valores justos** - **a)** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização. **b)** Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro. **c)** Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado. **16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros -** Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **16.2.1 Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

| Exposição ao risco de crédito | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 7.993 | 2.917 |
| Títulos e valores mobiliários (a) | 9.233 | 8.275 |
| Clientes (b) | 4.420 | 5.167 |
| | **21.646** | **16.359** |

**a)** Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha. **b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R$ 200. **16.2.2 Risco de liquidez -** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção.

| | Juros (a) | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Passivo Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31.12.2016** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | 926 | 2.634 | 11.529 | 50.964 | 78.290 | 144.343 |
| Fornecedores | - | - | 88 | - | - | - | 88 |
| | | **926** | **2.722** | **11.529** | **50.964** | **78.290** | **144.431** |
| **31.12.2015** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | - | - | 15.763 | 55.401 | 93.024 | 164.188 |
| Fornecedores | - | - | - | 3 | - | - | 3 |
| | | **-** | **-** | **15.766** | **55.401** | **93.024** | **164.191** |

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 9.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações. **16.2.3 Risco de mercado -** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias -** Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias -** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 9,00% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias | Risco | Base 31.12.2016 | Cenários Projetados - dez/2017 Provável | Adverso | Remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Baixa CDI/SELIC | 9.233 | 831 | 623 | 415 |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | | | | | |
| BNDES | Alta TJLP | 93.229 | 6.992 | 8.740 | 10.488 |

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente. **16.3 Gerenciamento de capital -** A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

**17. SEGUROS**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

| Apólice | Término da vigência | Importância Segurada |
|---|---|---|
| Garantia Financeira - Extremoz (a) | 16.11.2017 | 159 |
| Riscos Operacionais (b) | 29.12.2017 | 141.689 |
| Responsabilidade Civil Geral (c) | 29.12.2017 | 20.000 |
| Seguro D&O (d) | 28.03.2018 | 81.478 |
| Garantia Judicial - Município São Bento do Norte (e) | 14.09.2018 | 8.904 |

**a) Garantia Financeira -** Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel. **b) Riscos Operacionais -** Apólice contratada tipo all risks (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no parque eólico. **c) Responsabilidade Civil -** Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. **d) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O -** Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - Directors & Officers, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2016, de R$ 3,2591. A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão. Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas. **e) Garantia Judicial -** Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Companhia. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
Presidente: **PAULO SERGIO SENA**
Membros: **NICOLE DOMAKOSKI**, **FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM**

**CONSELHO FISCAL**
Presidente: **JOÃO ALBERTO DA SILVA**
Membros Titulares: **LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA**, **DEONILSON ROLDO**
Membros Suplentes: **NORBERTO ORTIGARA**, **HEITOR DANTAS FILHO**, **RICARDO VIDINICH**

**DIRETORIA**
Dir. Presidente: **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Diretor de Gestão: **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Diretor de Finanças: **CLAUMIR CORSI RODRIGUES**

**CONTADOR**: **ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS** CRC-PR-048673/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da GE Olho D'Água S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Olho D'Água S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Olho D'Água S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR**
**Fernando de Souza Leite - Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da GE Olho D'Água S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 12 de abril de 2017.
**JOÃO ALBERTO DA SILVA** - Presidente do Conselho
**DEONILSON ROLDO** - Conselheiro
**HEITOR DANTAS FILHO** - Conselheiro

## // Câmara

# Comissão adia para maio votação do relatório da reforma da Previdência

Com a leitura, hoje (19), pelo deputado Arthur Maia (PPS-BA), de parte do relatório sobre a proposta de reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, os parlamentares definiram o calendário de tramitação da matéria. A previsão é que o parecer de Maia seja votado na comissão no dia 2 de maio. O presidente da comissão, Carlos Marun (PMDB-MS), fez um acordo com a oposição para que não houvesse obstrução durante a leitura do parecer e se comprometeu a fazer sessões de debate na próxima semana. Segundo ele, com a votação do relatório próximo dia 2, a previsão é que a leitura no plenário da Câmara ocorra no dia 8 de maio.

Perguntado se considera um retrocesso o adiamento da previsão inicial de ter o relatório votado na comissão na próxima semana, Carlos Marun, respondeu que não. "Não vejo nenhum retrocesso, na verdade, é uma otimização de tempo. Poderíamos estar aí perdendo muito tempo e energia para vencer a obstrução que a oposição certamente faria, todavia, tendo celebrado um acordo, fico feliz com esse resultado", disse.

Arthur Maia iniciou a leitura do relatório por volta do meio-dia. Com quase uma hora de apresentação, a reunião foi suspensa para que os parlamentares participassem da ordem do dia no plenário da Câmara. A expectativa é que a leitura seja retomada ainda hoje na comissão especial. No texto, o relator reduz a idade mínima para a aposentadoria das mulheres de 65 anos para 62 anos. Outra alteração proposta em relação ao texto inicial é reduzir de 60 anos para 55 anos a idade mínima de aposentadoria para policiais.

**DATANORTE – COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO RN**
**CNPJ nº 08.314.874/0001-25**
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Pelo presente ficam os Srs. Acionistas da DATANORTE - Companhia de Processamento de Dados do RN, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar no dia 29/04/2017, às 15:00 (quinze) horas, em sua sede Social, na Praça Augusto Severo, 264/266, Ribeira, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **1)** Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2016 e demais Demonstrações Financeiras; **2)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal. Natal, 19 de abril de 2017.
**Rildo Tarquínio de Albuquerque - Diretor Presidente**

**SAT HOLDING S.A.**
**CNPJ Nº 05.969.901/0001-00**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da SAT HOLDING S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/04/2017, às 09h00min, em sua sede social, na cidade de Natal/RN, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (a) leitura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 da Companhia; (b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e (c) deliberar sobre a remuneração anual dos administradores. **Marcelo Henrique Ribeiro Alecrim - Diretor Presidente.**

**SAT POSTOS S.A.**
**07.901.755/0001-06**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da SAT POSTOS S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/04/2017, às 11h00min, em sua sede social, na cidade de Natal/RN, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (a) leitura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 da Companhia; (b) destinação do lucro líquido do exercício e (c) deliberar sobre a remuneração anual dos administradores. **Marcelo Henrique Ribeiro Alecrim - Diretor Presidente.**

**SAT PARTICIPAÇÕES S.A.**
**CNPJ Nº 05.749.030/0001-19**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da SAT PARTICIPAÇÕES S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/04/2017, às 08h00min, em sua sede social, na cidade de Natal/RN, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (a) leitura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 da Companhia; (b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e (c) deliberar sobre a remuneração anual dos administradores. **Marcelo Henrique Ribeiro Alecrim - Diretor Presidente.**

**TAS PARTICIPAÇÕES S.A.**
**CNPJ Nº 07.901.744/0001-26**
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente da TAS PARTICIPAÇÕES S.A., no uso das atribuições que lhe são conferidas, convoca os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 28/04/2017, às 10h00min, em sua sede social, na cidade de Natal/RN, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (a) leitura, discussão e votação das Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2016 da Companhia; (b) destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos e (c) deliberar sobre a remuneração anual dos administradores. **Marcelo Henrique Ribeiro Alecrim - Diretor Presidente.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA**
**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Infraestrutura – SEMOV, localizada na Av. Presidente Bandeira, 2280 – Lagoa Seca, nesta Capital, telefone 3232-8121, está marcando as licitações nas modalidades abaixo, cujos objetivo data e horário seguem abaixo elencados. Os editais dos referidos certames, encontram-se fixados no Quadro de Aviso da SEMOV, assim como à disposição dos interessados no citado local.

| PROCESSO | TOMADA DE PREÇOS | OBJETO | Data | Hora |
|---|---|---|---|---|
| 000.005748/2017-67 | 015/2017-SEMOV | Aquisição de massa asfáltica para manutenção das vias e do sistema de drenagem da cidade do Natal-RN. | **08/05/2017** | **10:h00min** |
| 000.005741/2017-45 | 016/2017-SEMOV | Aquisição de materiais diversos de construção para a manutenção das vias e do sistema de drenagem da cidade do Natal-RN. | **08/05/2017** | **08:h00min** |

Natal, 19 de abril de 2017
**Raul Araújo Pereira** – Presidente da CPL/SEMOV

**SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
**RESULTADO DE HABILITAÇÃO**
**LICITAÇÃO: Nº 049/2016-SIN/CONCORRÊNCIA PÚBLICA**

**OBJETO:** REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA ESCOLA ESTADUAL DULCE WANDERLEY, EM NATAL/RN. PROCESSO: Nº 88386/2016-2-SEEC. A Comissão Permanente de Licitação da SIN, no uso de suas atribuições, torna público, a quem interessar possa, que as empresas: **MAR CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP, ENCO ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA, ÁGIL CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, ACF CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, F DOIS ENGENHARIA LTDA – EPP, AZEVEDO & COELHO LTDA e FLAGUE CONSTRUÇÕES LTDA**", foram "**habilitadas**" na licitação supracitada. Considerando o prazo recursal, o processo encontra-se com vistas às interessadas para requererem o que couber na forma da lei.

Natal/RN, 19 de abril de 2017.
**MÁRCIO FERREIRA DO NASCIMENTO**
Presidente da CPL/SIN

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**
**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 015/2017**

O **Pregoeiro Oficial do Município de Guamaré/RN**, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

**- PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n° 015/2017 - Processo Administrativo nº 807/2017,** originado pelo **Memorando nº 0233/2017 – Secretaria Municipal de Saúde,** que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA - CEO - DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital**, cuja sessão inicial está marcada **DIA 04 DE MAIO DE 2017, PELAS 13H00MIN (TREZE HORAS) (Horário local)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) no **Setor de Licitações**, localizado no térreo do prédio sede da **Prefeitura Municipal de Guamaré/RN**, situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, 116, Centro, Guamaré/RN**. O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no **Setor de Licitações**, no endereço acima indicado, das **07:00h às 13:00h**, de **segunda a sexta-feira**, em dias de expediente. O(s) Edital(is) poderão ser requeridos por meio do Portal da Transparência do Município de Guamaré http://www.guamare.rn.gov.br/licitacao/, e-mail cpl.guamare@gmail.com e através de solicitação contendo o timbrado da requerente e assinado por representante habilitado. Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966 / 3525-2960 / 3525-2166.

Guamaré/RN, 19 de Abril de 2017
**Kleuton Ferreira Martins**
Pregoeiro

# Selo vai qualificar água e atestar obrigações fiscais e tributárias

**Secretaria de Tributação do estado** lança Selo Fiscal de Controle para garrafões de água mineral e adicionada de sais, além de um aplicativo de smartphone para dar orientação aos consumidores

**Felipe Galdino**
Do NOVO

OSVALDO CORNETI

// **Empresas que comercializarem produtos sem os selos de qualidade serão multadas em valor fixo de R$ 30 por unidade irregular**

A partir do dia 1º de maio o consumidor potiguar terá uma maneira prática de verificar se a água mineral comprada em vasilhames está de acordo com as normas sanitárias e se a empresa distribuidora mantém sua situação fiscal regularizada junto ao Estado. Na manhã de ontem (19), a Secretaria de Estado da Tributação (SET) lançou o Selo Fiscal de Controle, que deverá compor os garrafões de água mineral e adicionada de sais. Serão dois tipos de selo: o azul para a água mineral, e o verde para a adicionada em sais.

Quaisquer vasilhames acondicionadores de água mineral natural ou água adicionada de sais, em circulação no estado, ainda que proveniente de outra Unidade da Federação, deverá receber o adesivo regularizador. Segundo previsões da SET, na primeira quinzena de maio, também será disponibilizado um aplicativo para smarthphones onde o consumidor poderá denunciar caso encontre um vasilhame comercializado sem a nova indicação.

Mas até lá, denuncias poderão ser feitas na própria pasta caso sejam flagradas embalagens sem o selo. "É possível encaminhar uma denúncia à Secretaria de Tributação informando que determinada distribuidora está comercializando garrafão sem o selo. Vai ser disponibilizado um aplicativo no celular onde diretamente será possível fazer denúncia", afirmou o secretário adjunto da Tributação potiguar, Fernando Amorim.

"No momento em que o consumidor for adquirir um garrafão, seja de 10 litros ou 20 litros, ou de água mineral ou água adicionada de sais, ele tem que exigir que aquele garrafão tenha o selo. O consumidor terá uma garantia de que aquela empresa foi fiscalizada pela Vigilância Sanitária, que a água foi analisada, e que aquela é uma empresa que cumpre suas obrigações fiscais e tributárias", ressaltou o secretário adjunto.

Contudo, os consumidores devem ficar atentos, sobretudo, à data de fabricação inserida no vasilhame. Será permitido a empresas que porventura tenham estoques de antes de 1º de maio comercializá-los normalmente. "É importante se observar a data de fabricação. Anterior a maio tudo bem, depois de maio é obrigado ter o selo", orientou Amorim.

Ele também garante que a nova norma não atingirá negativamente o consumidor. A indústria de distribuição de águas terá um custo a mais para a emissão dos selos, mas não deverá transferir os gastos para quem compra o produto.

"O custo do selo pode ser abatido na hora do pagamento do imposto. A empresa quando for recolher o imposto daquela comercialização vai poder abater o valor que pagaria. O custo que ele teve com o selo será abatido quando for recolher os impostos. Inicialmente a ideia é não ter qualquer reajuste para o consumidor", garantiu o representante da Tributação estadual.

A Vigilância Sanitária do Rio Grande do Norte (Suvisa-RN) deverá manter a fiscalização já feita nas fontes de água e indústrias potiguares. As empresas que comercializarem produtos sem os respectivos selos estarão sujeitas a multa, que tem um valor fixo de R$ 30 por unidade irregular. Também estão previstas multas nos valores de R$ 20 por unidade nos casos de extravio do Selo Fiscal de Controle, falta de comunicação à repartição fiscal sobre o extravio do selo ou a não devolução do selo fiscal de controle inutilizado.

A Lei nº 10.075, de julho de 2016, que instituiu a obrigatoriedade da indicação de controle, também prevê multa no caso de confecção do selo especial em desacordo com as especificações previstas na legislação: uma multa R$ 100,00 por unidade. Também há a possibilidade de apreensão da mercadoria e, segundo a Suvisa, nos casos das indústrias em si, não está descartada a interdição da fonte caso sejam verificadas irregularidades graves com a qualidade da água.

"A fiscalização fazemos periodicamente a todas as industrias de água mineral e água adicionada de sais. Vamos à empresa e fazemos a análise da qualidade da água. Com o selo nada vai mudar, seguiremos na fiscalização", disse o subcoordenador da Suvisa-RN, Ivens Trindade.

O selo que foi lançado pela Secretaria de Tributação do Rio Grande do Norte terá uma série de critérios de segurança para evitar falsificações. O pequeno adesivo contará com códigos específicos e marcas d'água que garantirão a autenticidade. Qualquer gráfica que se interessar em fornecer os selos poderá, desde que atenda aos critérios estipulados pela SET. Até o momento, de acordo com a pasta, três delas se candidataram, mas apenas uma foi considerada habilitada.

REPRODUÇÃO

// **Fernando Amorim, da Tributação: selo compravará que empresa cumpre com obrigações fiscais**

## Setor aprova nova ferramenta de regulamentação

Na reunião de divulgação do Selo Fiscal de Controle para garrafões de água, realizada na manhã de ontem, na própria Secretaria de Tributação, os empresários da indústria de águas se mostraram favoráveis à nova norma. O setor de água mineral local possui 19 fontes e indústrias espalhadas entre a Região Metropolitana de Natal e o interior, com concentração na Região Oeste. Já a produção de água adicionada tem 12 indústrias, sendo duas na capital e o resto no interior.

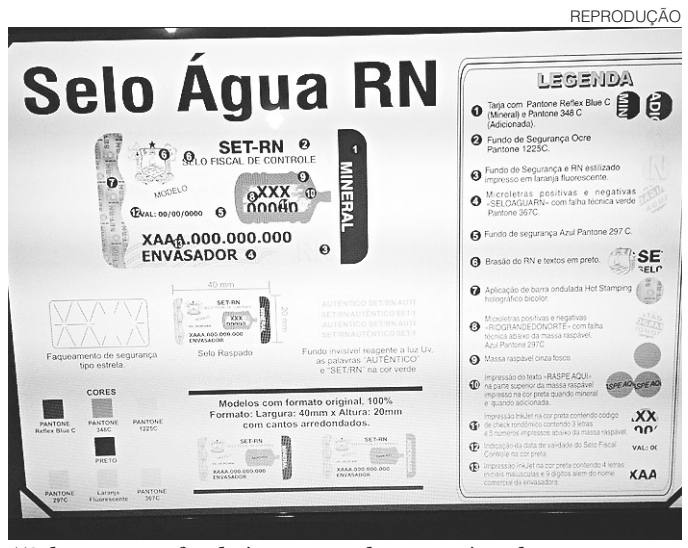
O presidente do Sindicato das Indústrias de Cervejas, Refrigerantes, Águas Minerais e Bebidas em Geral do RN (Sicramirn), Djalma Barbosa da Cunha Júnior, acredita que é uma ferramenta importante de fiscalização do consumidor. "O selo vem em um momento oportuno para que as pessoas possam tem um controle bem mais eficiente em seus negócios e consequentemente passem a ter um custo delineado e passem a trabalhar dentro de uma segurança alimentar melhor", comentou.

Já o presidente da Associação das Indústrias de Águas Envazadas e Adicionadas em Sais (Assindae), Rodrigo Ribeiro Capistrano, acredita que o selo ajudará a regular o mercado, apesar de poder haver mudanças nos preços, ao contrário do que disse o secretário adjunto de Tributação, Fernando Amorim,

"Dará uma regulada no setor, muito embora com a crise que passamos o nosso receio é o produto ficar com preço elevado, que é a tendência porque vamos ter mais tributos. Mas vai melhorar o setor, será uma 'régua': só compra o selo quem estiver alinhado com as obrigações tributárias e de saúde", comentou Capistrano, sem precisar de quanto seria a elevação dos preços.

Um ponto que preocupa Capistrano é a clandestinidade, que mesmo com a chegada do selo tende a continuar. De acordo com ele, no interior é comum a comercialização de águas vendidas em latões. Basicamente, os clandestinos se dirigem à capital com carros-pipa, "compram uma água sem higiene e controle" e vendem no interior como água mineral ou adicionada em sais, não tendo os gastos de produção e manejo presentes nas indústrias regularizadas.

REPRODUÇÃO




//**Selo para garrafão de água mineral começará a vale em maio**

## Carga tributária freia potencial

Segundo informações do Governo do Estado, a indústria de água mineral e adicionada em sais gera em torno de 30 mil empregos diretos e indiretos. O Sindicato das Indústrias de Cervejas, Refrigerantes, Águas Minerais e Bebidas em Geral do RN (Sicramirn) confirma que o setor potiguar tem grande potencial para crescer, mas esbarra em dois problemas: a carga tributária nacional que impede a melhoria tecnológica industrial e a falta de estrutura portuária adequada para a área econômica no estado.

"O Brasil tem tecnologias limitadas, até temos alguma tecnologia nacional de qualidade, mas não se compara com a alemã.

Quando você parte para a importação de um equipamento europeu ou americano você tem que pagar duas vezes a máquina por causa dos impostos pesados. Isso é preocupante porque deveríamos estar avançando, mas ficamos limitados pela carga tributária", avaliou Djalma Júnior, presidente do Sicramirn.

Djalmi Júnior diz que um estudo de uma consultoria alemã que esteve no estado no mês passado mostrou que a água mineral distribuída no estado é de "excelente" qualidade e "leve". Essas características credenciariam o RN a ser um grande produtor, mas a falta de um porto estruturado também atrapalha.

Para exportar, não há condições técnicas, de acordo com Júnior, para utilizar o Porto de Natal, o que obrigaria os produtores a irem ao Porto de Suape, em Pernambuco, ou Pecém, no Ceará, por exemplo.

"Aqui não temos porto e água é um produto de baixo valor agregado. Esse curto transporte rodoviário necessário para chegar até os portos vizinhos, o custo disso, inviabiliza a exportação porque não teríamos como competir com a água europeia. Mas temos grande potencial produtivo", destacou.

No mercado interno, a distribuição do RN ainda consegue penetrar em estados vizinhos como Paraíba e Ceará, mas ainda não consegue se igualar às produções de cada um desses estados, já que os produtores potiguares pagam impostos antecipados quando cruzam as fronteiras.

# ECONOMIA

Dólar $ Comercial: 3,147 | Ibovespa: +0,44% 63.406,97
Euro € 3,377 | Selic: 11,25% IPCA: +0,25%

**Editor:** Silvio Andrade **E-mail:** silvioandrade@novonoticias.com

# PF investiga André Esteves e BTG em operação sobre Banco Pan

**Caixa Econômica Federal também** é alvo da Operação Conclave que apura responsabilidade dos gestores em negócio de fraude na compra do Panamericano vendido pelo Grupo Silvio Santos

**Bela Megale**
Folhapress

A Polícia Federal deflagrou ontem (19) a Operação Conclave, que investiga suspeita de fraude na compra do Panamericano -hoje Banco Pan-, vendido ao BTG Pactual pelo Grupo Silvio Santos em 2011.

Há mandados de busca e apreensão envolvendo o banqueiro André Esteves e o BTG. Henrique Abravanel, irmão de Silvio Santos e ex-integrante do Conselho do Banco Panamericano, também é alvo.

O inquérito apura a responsabilidade de gestores da Caixa Econômica Federal no negócio e possíveis prejuízos causados a correntistas e clientes do banco.

O banqueiro André Esteves foi alvo de mandados de busca e apreensão e quebra de sigilo bancário expedido pela 10ª Vara Federak de Brasília.

A investigação apura a atuação de agentes públicos responsáveis pelos pareceres que basearam a compra e venda de ações do Panamericano pela Caixa Participações, com a posterior transação de ações do Panamericano pelo BTG, à época controlado por Esteves.

Em 2009, a Caixa adquiriu 35% do capital social do Panamericano (49% do capital votante e 20% do não votante) com planos de expandir o crédito imobiliário para o segmento de baixa renda.

O Banco Central, em 2010, descobriu um rombo gigantesco na instituição ao comparar a venda de carteira de créditos do Panamericano a outras instituições. Em outubro, o Ministério Público Federal pediu a condenação de nove envolvidos no caso. Segundo as investigações do BC, o Pan vendia os créditos, mas continuava contabilizando os créditos vendidos como ativos do banco.

ROVENA ROSA / ABR

// **Polícia Federal investiga fraude em negociações de venda de banco**

Após a descoberta do rombo, o Grupo Silvio Santos pediu um empréstimo de R$ 2,5 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos -fundo privado gerenciado pelos bancos- para evitar a liquidação da instituição, Posteriormente, em 2011, o empresário e apresentador vendeu o banco para o BTG por R$ 450 milhões.

Entre os mandados emitidos pela 10ª Vara Federal de Brasília, 30 são em São Paulo, seis em Brasília -sendo o Banco Central um deles-, um em Belo Horizonte, um em Recife e dois em Londrina.

A PF informou em nota que a decisão judicial determinou o bloqueio de contas bancárias dos alvos no valor total de R$ 1,5 bilhão. O Ministério Público informou, porém, que ainda não foram determinados os bloqueios.

O nome da Operação se deve à forma sigilosa com que foram tratadas as negociações para transação ocorrida entre o Banco Panamericano e a Caixa. Ela faz alusão ao ritual que ocorre a portas fechadas entre cardeais na Capela Sistina, no Vaticano, para escolher um novo Papa para a Igreja Católica.

## OUTRO LADO

A assessoria de imprensa da Caixa afirmou que a Caixa Participações "está em contato permanente com as autoridades, prestando irrestrita colaboração com os trabalhos" e que esse procedimento continuará sendo adotado pela empresa.

Em comunicado, o Banco Panamericano afirmou que está colaborando com as investigações e que a compra das ações pela Caixa Participações "não tem nenhuma relação com a gestão atual ou com suas operações".

O advogado de André Esteves, Carlos Almeida Castro, confirmou que a sede do BTG no Rio foi alvo da operação, assim como as casas do banqueiro.

"Eles não levaram nada. Não tinha mais o que levar, teve uma busca há pouco tempo. Essa medida de hoje [quarta] é sem efetividade, só traz desgaste para a imagem dele e do banco", disse o criminalista.

Em nota, o BTG Pactual informou que "não foi parte ou teve qualquer envolvimento na compra de participação do Banco Panamericano pela Caixapar em 2009".

O banco diz ainda que apresentou documentos referentes ao investimento no Panamericano que já estavam disponíveis no Banco Central. O BTG negou ter comprado ações emitidas pelo Panamericano e que pertencessem à Caixapar, e afirmou ainda que a operação com o Grupo Silvio Santos ocorreu dentro das tentativas do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de equacionar a situação do Panamericano.

# CIDADES

**Editor:** Luan Xavier **E-mail:** luanxavier@novonoticias.com

# Sheila Freitas vai para linha de frente contra o crime

**Nova secretária de Segurança Pública** do Rio Grande do Norte tem vasto currículo como delegada da Polícia Civil, não tem medo de bandido e está longe de ser rotulada como 'sexo frágil'

FOTOS: FÁBIO CORTEZ / NOVO

// **Desde 2000 na Polícia Civil, Sheila ganhou notoriedade após resolver casos de grande repercussão no RN**

Especialista no combate ao crime organizado, a delegada Sheila Freitas, até então titular da Diretoria de Polícia da Grande Natal (DPGRAN), foi anunciada ontem como nova responsável pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (Sesed).

O anúncio foi feito pelo governador Robinson Faria através de seus perfis nas redes sociais. "A delegada da Polícia Civil, Sheila Freitas, uma mulher destemida e muito corajosa, assume hoje a pasta da Segurança Pública do RN", postou Robinson no Twitter.

Sheila Freitas assume a pasta deixada por Caio Bezerra, que entregou o cargo na segunda-feira (17) alegando, em carta enviada ao governador, "razões de ordem estritamente particular". Logo após ele, o então delegado-geral da Polícia Civil, Claiton Pinho, também pediu para deixar a função.

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pós-graduada em Políticas e Gestão em Segurança Pública pela faculdade Estácio de Sá/Fatern e integrante do corpo docente da Academia de Polícia Civil do Rio Grande do Norte (Acadepol), Sheila Freitas entrou na Polícia em 2000 e tem um vasto currículo à serviço da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

Antes de assumir a DP-GRAN, foi titular da Delegacia Especializada em Furtos e Roubos (Defur), da Delegacia de Assistência ao Turista (Deatur) e da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente (Deprema).

Antes, comandou ainda o 1º Distrito Policial, na Cidade Alta, e o 11º Distrito Policial, em Cidade Satélite. No interior, foi titular das delegacias municipais de Caraúbas, Triunfo Potiguar, Martins e Serrinha dos Pintos.

Dentre os inquéritos de maior repercussão que elucidou, a delegada ficou marcada pela atuação nos casos envolvendo a família Porcino, de Mossoró.

Em junho de 2012 o jovem empresário Porpino Fernandes Segundo,conhecido como Popó

Porcino, foi vítima do mais longo sequestro da história do RN. Ele passou 37 dias em poder de seus algozes, mas graças ao trabalho de Sheila e sua equipe, foi libertado ileso.

Um ano depois, em 2013, Fábio Porcino, primo de Popó, também foi sequestrado e mais uma vez a delegada teve êxito na libertação da vítima.

## LINHA DURA

"Delegada, tem um cara aqui no telefone dizendo que vai matar a senhora", disse um colega policial à delegada em mais um dia normal de trabalho.

Ela olha com desdém para o policial, abre um sorriso e, como se mirasse uma pistola ponto 40 no círculo vermelho de um alvo, dispara de punho cerrado: "Diga a ele que entre na fila".

Aos 51 anos, Sheila Maria Freitas de Souza já se acostumou a conviver com o perigo. Ainda assim, como disse em uma das entrevistas dadas ao NOVO durante sua trajetória na polícia, tenta levar uma vida normal: faz compras no supermercado, vai ao salão de beleza e ainda dá conta de todas as responsabilidades de uma mãe com três filhos.

Todavia, vez por outra se vê obrigada a mudar a rotina em virtude da natureza de risco de seu trabalho.

Não acha ruim o rótulo de linha dura. "Quer saber de uma coisa? Eu me acho linha dura, sim. Não sou de alisar, paparicar ou bajular as pessoas. Respeito a todos, mas não sou obrigada a gostar de ninguém", disparou.

## ENTREVISTA

### "Nunca fui rotulada de sexo frágil"

**Em algum momento, o fato de ser mulher atrapalhou a sua carreira? E existe algum preconceito ou discriminação quanto a isso?**

De maneira alguma. Pelo contrário. Nunca sofri qualquer preconceito ou fui rotulada de sexo frágil. Sou mulher e sou competente. Como respeito a todos, sempre fui respeitada. Meu trabalho mostra

**Quem são os policiais que lhe motivaram e lhe inspiraram na polícia?**

Com certeza o delegado Maurílio Pinto é a figura mais expressiva da nossa polícia. Um homem que tem a vida inteira dedicada ao que faz. Um ser humano exemplar, mas que, infelizmente, não recebe todo o reconhecimento que merece. Outro que tenho como exemplo é Elias Nobre. Um excelente profissional. A quem eu devo quase tudo que conquistei. Uma pessoa digna e que acredita no meu trabalho. E mando um beijo pra minha mãe também. Ela é a pessoa que mais me exige disciplina. Pega tanto no meu pé que me cobra todos os dias. Ela me liga querendo saber se eu já consegui prender esse ou aquele bandido. E vibra quando a polícia faz um bom trabalho e ajuda a vivermos com um pouco mais de paz.

# Carreira na terra de Valdetário Carneiro

"Primeiro, muito jovem, me formei pelo antigo Cefet (hoje IFRN) no curso técnico de Geologia, atuando na área por 13 anos", revelou. "Depois, cursei Direito pela UFRN e me tornei advogada. Isso foi em 2000. E logo prestei meu primeiro concurso para a polícia. Foi engraçado porque, sinceramente, não esperava passar. Como toda jovem que acaba de se formar, eu fiz a prova apenas para me testar. E deu certo", conta Sheila, sobre como entrou na Polícia Civil.

"Na época havia cerca de dez delegadas", lembrou Sheila, que um dia pensou em ingressar no Ministério Público. "Graças a Deus entrei para a Polícia. Acho que faço muito mais pela sociedade aqui", diz.

Seu primeiro cargo foi de delegada adjunta da Defur, na zona Norte. Ali, passou dois anos e, em 2002, foi ser titular do 11º Distrito Policial, em Cidade Satélite. No ano seguinte, voltou a ser adjunta, agora nas delegacias especializadas em Assistência ao Turista e Meio Ambiente – Deatur e Deprema, respectivamente.

"A experiência foi maravilhosa, pois conseguimos mostrar que os policiais que atuam na área do turismo não estão ali apenas para pegar sol e ficar na praia. Se trabalha, e muito. E isso nós fizemos", conta.

Quando a carreira da delegada seguia de vento em popa, entre os anos de 2005 e 2006 – já bastante familiarizada com a profissão e cada vez mais apaixonada pela carreira – Sheila viveu o momento mais difícil de sua vida. "Foi uma época de muita decepção. Fiquei triste mesmo, porque fui praticamente obrigada a abandonar o que mais gostava de fazer e fiquei um ano e quatro meses afastada da polícia", admitiu.

Segundo a delegada, o motivo de sua licença foi incompatibilidade de trabalho com o então secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Glauberto Bezerra.

"Para ser bem curta, ele queria interferir no meu trabalho. Então eu disse a ele que fosse fazer concurso para delegado. Só assim ele poderia me ensinar", desabafou.

// **Delegada atuou em Caraúbas, região que conhece bem**

Após o longo período, como castigo, fazendo apenas serviços administrativos, Sheila deu a volta por cima e, assim que Glauberto deixou o cargo, foi convidada para sua primeira missão fora da capital. Em 2007 viajou para a região Oeste potiguar e assumiu a Delegacia de Polícia de Caraúbas. A cidade ficou conhecida em todo o estado como terra natal de um dos bandidos mais perigosos do Rio Grande do Norte.

"Eu sou natural de Campo Grande, cidade vizinha a Caraúbas, e conheço muito bem a região. Sei que foi lá que nasceu e viveu Valdetário Carneiro. E é claro que eu sabia de sua história. Um fato que até hoje mexe com as pessoas de lá. Mas eu estava preparada para o desafio", lembra.

E foi em Caraúbas que a delegada Sheila Freitas começou a mostrar para o que veio. A partir do roubo a um alternativo, no município de Triunfo Potiguar, veículo que levava caraubenses para a cidade pernambucana de Caruaru, ela conseguiu desbaratar uma grande quadrilha de assaltantes.

Ao longo de cinco meses de investigação, Sheila pôs as mãos em 28 bandidos e desarticulou a rede criminosa remanescente de Valdetário. "Foi um trabalho que na época teve pouca repercussão. Mas, para mim, pela quantidade de pessoas que tiramos de circulação, valeu o sofrimento de ter ficado tanto tempo longe da adrenalina", diz.

Depois disso, a delegada também destacou o trabalho investigativo para elucidar o duplo homicídio ocorrido na cidade serrana de Martins. A morte dos namorados Deyff Kennedy Alves da Silva, 22 anos, e Sanelle Lauane de Lima e Silva, de 17, executados com tiros de pistola na cabeça, chocou a região.

No final de dezembro de 2008, a delegada chegou a um consenso sobre a autoria dos assassinatos, ocorridos no dia 14 daquele mês, e autuou como prováveis assassino e cúmplice, os policiais militares Haroldo Oliveira da Silva (soldado), 32 anos, e um cabo identificado apenas como Giliard, ambos do Grupo Tático de Combate (GTC) da Polícia Militar.

"Foi um trabalho que me envolveu completamente. E também muito gratificante em poder dar a resposta que a sociedade esperava, identificando os culpados pelo crime".

# 13 motivos

## para você jogar o jogo da baleia... Rosa

**NOVO lista tudo sobre o tão falado** "jogo da baleia azul", com orientações para não tornar o episódio algo pior do que já é

O jogo da 'Baleia Azul' que propõe 50 desafios aos adolescentes e sugere o suicídio como última etapa tem asssustado muitos pais e outros parentes de adolescentes. Desde a semana passada o NOVO vem recebendo muitas mensagens, principalmente pelo whatsapp, de pessoas alertando sobre o perigo do jogo e a necessidade de fazer um alerta para evitar que o pior aconteça.

Por conta de tudo que tem se falado e de todo o alarde, reunimos aqui uma lista de informações para combater as mentiras, os boatos e qualquer possibilidade de dano a qualquer criança e adolescente. O jogo pode ser mentira, mas o perigo é real.

Quer jogar um jogo de baleia? O NOVO mostra que há um muito mais legal: o da baleia rosa, cujas missões são todas voltadas à valorização da vida e do bem estar de crianças, adolescentes e de seus parentes. Tanto que o último desafio é "salvar uma vida".

### 1

O "jogo da baleia azul" nasceu de uma notícia falsa divulgada por um veículo de comunicação estatal da Rússia que se espalhou a partir de 2015. "Era um 'fake news', mas existe um efeito que, sendo verdadeira ou não, a notícia gera um contágio, principalmente entre os jovens. O jogo não existia, mas com a grande repercussão da notícia, pode ter passado a existir", explica o presidente da Safernet, Thiago Tavares. A SaferNet Brasil é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em Direito com a missão de defender e promover os Direitos Humanos na Internet. O nome "baleia azul" se refere à uma crença popular que diz que esse tipo de mamífero marinho seria capaz de se encalhar voluntariamente em praias.

### 2

**O que atualmente está sendo conhecido como "jogo" na verdade é uma sequência de troca de mensagens em redes sociais e tarefas a serem cumpridas. Nas conversas, um grupo de organizadores, chamados "curadores", propõe 50 desafios a adolescentes, como fazer fotos assistindo a filmes de terror, automutilar-se desenhando baleias com instrumentos afiados em partes do corpo e ficar doente. O último desafio seria cometer suicídio.**

### 3

Não ha nenhum caso comprovado de suicídio ligado ao baleia azul no Brasil. O que há até agora são investigações policiais. Há pelo menos dois casos de morte sob investigação, em Mato Grosso e na Paraíba, além de uma tentativa de suicídio, no Rio de Janeiro, que supostamente pode ter relação com o jogo. Também no Rio, a Polícia Civil tenta identificar três supostas vítimas do Baleia Azul e tenta localizar responsáveis pelas tentativas de aliciá-las. Os adolescentes teriam recebido mensagens de "curadores", mas não teriam começado as "fases" da brincadeira. Em Vila Rica, cidade a 1.276 km de Cuiabá (MT), a Polícia Civil investiga se a morte de uma estudante de 16 anos estaria relacionada ao jogo. O corpo da adolescente foi encontrado sem vida no fundo de uma represa. A polícia suspeita de ligação porque teria sido encontrado um código escrito no braço da vítima.

### 4

**No Rio Grande do Norte não há nenhum caso de jogo da baleia azul. O que há aqui são áudios sendo compartilhados pelo whatsapp falando sobre o assunto. Um deles cita a cidade de Macau. O NOVO consultou a Delegacia Geral de Polícia e descorbriu que não há nenhum caso do tipo registrado no Estado nem nenhuma investigação sobre o assunto em andamento. Mais do que nunca vale lembrar: repassar boatos é crime.**

### 5

Os supostos jogadores costumam ser adolescentes, a partir de 12 anos, com tendência à depressão, na maioria das vezes vezes aliciados nas redes sociais, onde recebem suas missões dos administradores, também chamados de curadores.

### 6

**Promover esse tipo de jogo é crime e pode gerar penas de um a três anos de prisão. De acordo com o advogado criminalista Luiz Gustavo Filizzola DÚrso em artigo publicado no jornal Estado de São paulo, "no que diz respeito à conduta do instrutor do jogo, o qual conduz a vítima durante as tarefas, em razão de seu auxílio ao participante a cometer o suicídio, também está sujeito à punição prevista no artigo 122 do Código Penal, caso o jogador cumpra o desafio final com êxito." Se jogador desistir e efetivamente sofrer ameaças, o autor comete o crime previsto no artigo 147, também do Código Penal, que estabelece: "Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave. Pena: detenção de um a seis meses ou multa".**

### 7

Os pais precisam ficar de olho. A história do jogo baleia azul surge exatamente na esteira do lançamento da polêmica série do Netflix "13 Reasons Why" (13 porquês), que também aborda a temática do suicídio. Na série, uma adolescente comete suicídio mas deixa 13 fitas cassetes explicando os motivos que a levaram a isso, citando os "culpados" e o que eles fizeram a ela. Acompanhamento é fundamental.

### 8

**Existem outros jogos de baleia. Uma das primeiras iniciativas do tipo, para combater o baleia azul, foi tomada pelo colégio FECAP, em São Paulo, que decidiu trazer para dentro da escola a questão do jogo. Ao saber da Baleia Azul, os funcionários realizaram uma reunião e bolaram um plano para lidar com o assunto. Como a escola conta com um curso técnico de jogos digitais, a primeira proposta foi criar um jogo de resposta à Baleia Azul. "Nós lançamos o desafio aos alunos: criarem um jogo com 50 tarefas opostas à Baleia Azul. Com atitudes éticas, coletivas, que pensem no respeito e na solidariedade", explica a coordenadora do colégio, Nilda Di Giacomo. A ideia surgiu também para dinamizar a conversa e incluir os jovens de maneira ativa no debate sobre suicídio.**

conversem com seus filhos sobre o jogo, digam que estão preocupados, abertos a conversar e que ofereçam ajuda. Proibir e controlar o acesso a internet não são recomendados, pois podem gerar mais interesse, mas ter regras para o uso da tecnologia é importante. E se os pais perceberem que o filho está participado mesmo da brincadeira e chegando a se colocar em risco ou se machucar, é importante levar a um profissional para que seja feita uma avaliação mais profunda de como o adolescente está.

### 9

Independente do cetáceo, é preciso estar atento a mudanças de comportamento. Uma mudança brusca de comportamento pode ser sinal de que a criança ou o adolescente esteja sofrendo com algo que não saiba lidar, segundo Elizabeth dos Reis Sanada, doutora em psicologia escolar e docente no Instituto Singularidades, ouvida pelo site G1. O adolescente precisa buscar as pessoas em que confia para compartilhar seus anseios, seja no ambiente escolar ou familiar, segundo as especialistas. "Que ele não ceda às ameaças de quem já está em contato com o jogo e entenda que quem está a frente deles são manipuladores", diz Elizabeth.

### 10

**Para entender se a criança ou adolescente está com problemas é fundamental que os pais se interessem por sua rotina. Isso deve ser um desejo genuíno, e não momentâneo por conta da repercussão do "Jogo da Baleia". "Os pais devem conhecer a rotina dos filhos, entender o que fazem, conhecer os amigos", afirma a Elizabeth. Ela lembra que muitos adolescentes "falam" abertamente sobre a falta de motivação de viver nas redes sociais. Aos pais cabe incentivar que os filhos tenham projetos para o futuro, tracem metas como uma viagem, por exemplo, e até algo mais simples, como definir a programação do fim de semana.**

### 11

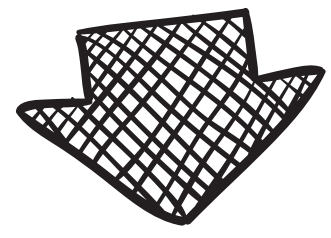
**Filhos devem se sentir acolhidos no âmbito familiar e também se faz necessário que os pais revertam suas expectativas em relação a eles. O adolescente precisa se sentir à vontade para falar de suas frustações e se sinta apoiado. Se ele tiver um espaço para dividir suas angústias e for escutado, tem um fator de proteção. Angela Bley, psicóloga coordenadora do instituto de psicologia do Hospital Pequeno Príncipe (também ouvida pelo G1), diz que o adolescente com autoestima baixa, sem vínculo familiar fortalecido é mais vulnerável a cair neste tipo de armadilha. "O que tem diálogo em casa, não é criticado o tempo todo, tem autoestima melhor, tem risco menor. Muitas vezes o adolescente não tem capacidade de discernir sobre todo o conteúdo ao qual é exposto. "Por isso é importante o diálogo franco. Não pode fingir que esse tipo de coisa não existe porque ele sabe que existe."**

### 12

As escolas podem ajudar a identificar situações de risco entre os alunos. "Não é qualquer criança que vai responder ao chamado de um jogo como esse, são os que têm situações de vulnerabilidade. A escola ajuda a construir laços e tem papel fundamental de perceber como os alunos se desenvolvem", afirma Elizabeth. Alguns colégios, já cientes da viralização do jogo, começaram a pensar em alternativas para aumentar a conscientização sobre a importância de cuidade da vida.

### 13

**Em oposição ao jogo da baleia azul foi criada o jogo da baleia rosa, que propõe também 50 desafios, todos visando o bem estar dos jogadores. Tanto que o desafio 50 é "Salve uma vida - ajude quem precisa". No site eles colocaram todas as 50 missões e explicam a iniciativa: "Estamos vivendo uma época de muita descrença, ódio, negatividade, impaciência, indiferença, incertezas. Parece que falta esperança nas pessoas! Nadando contra esta maré, sabemos que a internet pode ser uma poderosa ferramenta para reverter este quadro. Acreditamos que todos têm a capacidade de ajudar outras pessoas e construir o bem. Espalhe a baleia rosa por onde você for!" Quer participar? Acesse https://www.baleiarosa.com.br/**



**#baleiarosa**

ARQUIVO NOVO

// Com aumento de 15,52%, a passagem vai passar a custar R$ 3,35

// Transporte

# Reajuste da tarifa de ônibus em Natal será aplicado na segunda-feira

O reajuste de 15,52% na tarifa dos ônibus coletivos de Natal será aplicado na próxima segunda-feira, dia 24, segundo a Secretaria de Mobilidade Urbana (STTU). A nova passagem irá aumentar dos atuais R$ 2,90 para R$ 3,35.

Essa é a maior atualização tarifária dos últimos dez anos. Até então, a maior variação no período tinha sido entre os anos de 2014 e 2015, quando o valor da passagem subiu de R$ 2, 35 para R$ 2,65: 12,7%. De 2010 a 2011 a variação atingiu 10%, quando os valores se elevaram de R$ 2,00 para R$ 2,20.

O valor foi proposto pela própria STTU e aprovado na última terça-feira, 18, pelo Conselho Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana (CMTMU).

Em 10 anos, segundo levantamento feito pelo NOVO, as passagens de ônibus tiveram aumento total de 91,4%. No ano de 2007, os usuários pagavam R$ 1,75 para utilizar o transporte público. Com a atual tarifa, levando-se em conta o mínimo de duas passagens por usuário ao dia, o natalense gasta R$ 1.670 anuais.

O aumento de R$ 0,45 no preço do bilhete é o maior já praticado nos últimos dez anos. Fazendo um recorte somente dos últimos dois anos, o aumento é de exato R$ 1, o que representa um aumento de 42,5%.

Por mês, ao utilizar duas passagens por dia, o trabalhador vai desembolsar R$ 160,80 por mês. Este valor corresponde a 17% de um salário mínimo.

A proposta apresentada pela STTU leva em conta um pedido do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Rio Grande do Norte (Sintro/RN) que deve ser incluído no dissídio deste ano, marcado para o início do próximo mês de maio. A categoria quer incluir em seus salários um plano de saúde de R$ 90, o que implicaria em uma taxa de 8,75% incidindo sobre a tarifa do transporte coletivo público natalense.

O Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros do Município do Natal (Seturn) também apresentou um terceiro valor, que seria do agrado da entidade: R$ 3,50, valor defendido desde janeiro, mês em que a classe começou a pressionar para o reajuste tarifário.

O aumento da passagem também traz responsabilidades a que recaem sobre o empresariado do transporte. A Prefeitura Municipal de Natal elencou três chamadas contrapartidas para as empresas: a implantação de 100 abrigos novos convencionais pela cidade; a viabilização e disponibilização pública por parte das empresas dos dados da bilhetagem no site oficial da Secretaria Municipal de Mobilidade urbana (STTU); e por último, também a divulgação pública online dos dados dos GPS dos ônibus para que os usuários e fiscalização confira as informações quanto as rotas dos veículos.

Em dois meses, pelas expectativas da STTU, os dados da bilhetagem e dos GPS deverão estar disponíveis no sítio virtual da pasta. Para os abrigos será dado um prazo de dois meses a mais.

A tecnologia promete melhorar a logística de distribuição dos ônibus pela cidade, evitando longas esperas por parte dos usuários. Atualmente há dois aplicativos para smartphone que mapeiam as rotas do transporte na cidade. Deveria ser apenas um, conforme constava nas contrapartidas do reajuste do ano passado, mas as empresas fizeram dois dispositivos, com três empresas em cada.

Das contrapartidas anteriores, os empresários também ficaram devendo a renovação de 70 ônibus. Somente 14 foram disponibilizados de janeiro de 2016 até aqui, faltando 56. A Prefeitura relevou essa quebra porque, em maio do ano passado, após o aumento tarifário para R$ 2,90, os empresários solicitaram um novo reajuste.

Isso porque o Município havia colocado na tarifa 4% da inflação sobre o salário dos rodoviários. Após as negociações daquele ano, o empresariado aumentou em 10% os salários e queria que a diferença de 6% fosse compensada nas passagens. Por isso, entendendo que houve certo prejuízo, o Município relevou o não cumprimento dos deveres das empresas.

Derrotados ontem, quando queriam um reajuste maior, com a passagem passando para R$ 3,50, o Seturn não garantiu que conseguirá cumprir, novamente, as exigências do Município. A classe se tomará um posicionamento nos próximos dias.


**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL (SRP) N° 016/2017**

O **Pregoeiro Oficial do Município de Guamaré/RN**, objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração pública, torna público que estará realizando a(s) licitação(ões) abaixo descrita(s), a saber:

**- PREGÃO PRESENCIAL (SRP) n° 016/2017 - Processo Administrativo nº 1356/2017,** originado pelo **Memorando nº 0391/2017 – Secretaria Municipal de Saúde,** que objetiva o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E DO CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA – CEO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital**, cuja sessão inicial está marcada **DIA 09 DE MAIO DE 2017, PELAS 08H30MIN (OITO HORAS E TRINTA MINUTOS) (Horário local)**.

A(s) referida(s) sessão(ões) será(ão) realizada(s) no **Setor de Licitações**, localizado no térreo do prédio sede da **Prefeitura Municipal de Guamaré/RN**, situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, 116, Centro, Guamaré/RN**. O(s) Edital(is) e seus anexos, com as condições e especificações, encontra(m)-se à disposição dos interessados no **Setor de Licitações**, no endereço acima indicado, das **07:00h às 13:00h**, de **segunda a sexta-feira**, em dias de expediente. O(s) Edital(is) poderão ser requeridos por meio do Portal da Transparência do Município de Guamaré http://www.guamare.rn.gov.br/licitacao/, e-mail cpl.guamare@gmail.com e através de solicitação contendo o timbrado da requerente e assinado por representante habilitado. Quaisquer esclarecimentos poderão ser prestados no endereço indicado ou através dos telefones: (84) 3525-2966 / 3525-2960 / 3525-2166.

Guamaré/RN, 19 de Abril de 2017

**Kleuton Ferreira Martins**

Pregoeiro



COPEL PARANÁ

## GE FAROL S.A.

**CNPJ Nº 12.723.335/0001-17**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**AOS ACIONISTAS**
A administração da GE Farol S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa as contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**AQUISIÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E OPERAÇÃO COMERCIAL**
Em 16 de outubro de 2014 a COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, a partir do dia 25 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Parque Eólico. Localizado no Rio Grande do Norte, o parque possui uma capacidade instalada de 20,0 MW e garantia física de 10,1 MW médios. A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R$ 133,97/MWh.

| Complexo Eólico | Leilão [1] | Capacidade Instalada (MW) | Garantia Física (MWméd) | Geração (GWh) | Preço [2] | Vencimento da Autorização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GE Farol S.A. | 2º LFA (26/08/2010) | 20,0 | 10,1 | 91,7 | 205,57 | 19.04.2046 |

[1] LFA - Leilão de Fontes Alternativas / LER - Leilão de Energia de Reserva.
[2] Preço em dezembro de 2016.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

| Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma) | 2016 | 2015 | variação % |
|---|---|---|---|
| **Indicadores Contábeis** | | | |
| Ativo total | 111.017 | 103.992 | 6,8 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.638 | 1.790 | 326,7 |
| Dívida total | 52.053 | 55.087 | (5,5) |
| Dívida líquida | 44.415 | 53.297 | (16,7) |
| Receita operacional bruta | 23.354 | 15.736 | 48,4 |
| Deduções da receita | 863 | 783 | 10,2 |
| Receita operacional líquida | 22.491 | 14.953 | 50,4 |
| Custos e despesas operacionais | 7.757 | 15.560 | (50,1) |
| Resultado das atividades | 14.734 | (607) | (2.527,3) |
| EBITDA ou LAJIDA | 19.157 | 3.800 | 404,1 |
| Resultado financeiro | (3.808) | (3.870) | (1,6) |
| IRPJ/CSLL | 1.003 | 1.007 | (0,4) |
| Lucro operacional | 10.926 | (4.477) | (344,0) |
| Lucro líquido/prejuízo do exercício | 9.923 | (5.484) | (280,9) |
| Patrimônio líquido | 48.441 | 40.875 | 18,5 |

| Indicadores Econômico-Financeiros | | | |
|---|---|---|---|
| Liquidez corrente (índice) | 1,0 | 0,5 | 118,0 |
| Liquidez geral (índice) | 0,6 | 0,4 | 47,0 |
| Margem do EBITDA ou LAJIDA (%) | 85,2 | 25,4 | 235,2 |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%) | 107,5 | 134,8 | (20,3) |
| Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%) | 48,6 | (29,9) | (262,3) |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 44,1 | (36,7) | (220,3) |
| Participação de capital de terceiros (%) | 56,4 | 60,7 | (7,1) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%)(1) | 24,3 | (14,6) | (266,7) |

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017.

**Fabio Antonio Dallazem**
**Diretor Presidente**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| ATIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.638 | 1.790 |
| Clientes | 5 | 6.675 | 3.869 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 36 | 11 |
| Partes relacionadas | 6 | 209 | - |
| | | **14.558** | **5.670** |
| **Não Circulante** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 7.540 | 6.758 |
| Partes relacionadas | 6 | 13.987 | 12.325 |
| | | **21.527** | **19.083** |
| **Imobilizado** | 8 | **74.932** | **79.239** |
| | | **96.459** | **98.322** |
| **Total do Ativo** | | **111.017** | **103.992** |

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 1.259 | 1.083 |
| Fornecedores | | 40 | 5 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 287 | 587 |
| Outras obrigações fiscais | | 160 | 352 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 4.003 | 3.954 |
| Dividendos a pagar | 6 | 5.369 | 3.012 |
| Outras contas a pagar | | 2.981 | 2.979 |
| | | **14.099** | **11.972** |
| **Não Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 376 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 32 | 1 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 48.050 | 51.133 |
| Outras contas a pagar | | 11 | 11 |
| Provisões para litígios | 10 | 8 | - |
| | | **48.477** | **51.145** |
| **Patrimônio Líquido** | | | |
| Capital social | 11.1 | 27.976 | 27.976 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.2 | 8.713 | 8.713 |
| Reserva legal | 11.3 | 1.130 | 634 |
| Reserva de retenção de lucros | 11.3 | 3.552 | 3.552 |
| Dividendo adicional proposto | 11.4 | 7.070 | - |
| | | **48.441** | **40.875** |
| **Total do Passivo** | | **111.017** | **103.992** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 12 | **22.491** | **14.953** |
| **Custos Operacionais** | 13 | **(6.012)** | **(13.357)** |
| **Lucro Operacional Bruto** | | **16.479** | **1.596** |
| **Outras Despesas Operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (1.685) | (2.203) |
| Outras despesas operacionais | 13 | (60) | - |
| | | **(1.745)** | **(2.203)** |
| **Lucro (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro e dos Tributos** | | **14.734** | **(607)** |
| **Resultado Financeiro** | 14 | | |
| Receitas financeiras | | 1.488 | 1.170 |
| Despesas financeiras | | (5.296) | (5.040) |
| | | **(3.808)** | **(3.870)** |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional** | | **10.926** | **(4.477)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | 15 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (972) | (1.006) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (31) | (1) |
| | | **(1.003)** | **(1.007)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | | **9.923** | **(5.484)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | **9.923** | **(5.484)** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado Abrangente do Exercício** | **9.923** | **(5.484)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **9.923** | **(5.484)** |
| **Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:** | | | |
| Encargos e variação monetária de empréstimos e financiamentos | 9.2 | 5.127 | 4.733 |
| Imposto de renda e contribuição Social | 15 | 972 | 1.006 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 15 | 31 | 1 |
| Depreciação do imobilizado | 8 | 4.423 | 4.407 |
| Provisão para litígios | | 8 | - |
| | | **20.484** | **4.663** |
| **Redução (aumento) dos ativos** | | | |
| Clientes | | (2.806) | (6.626) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (25) | 47 |
| | | **(2.831)** | **(6.579)** |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | | |
| Partes relacionadas | | 174 | - |
| Fornecedores | | 35 | (4.929) |
| Outras obrigações fiscais | | (192) | 304 |
| Outras contas a pagar | | 2 | - |
| | | **19** | **(4.625)** |
| **Caixa Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **17.672** | **(6.541)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.272) | (602) |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos | 9.2 | (4.414) | (4.528) |
| **Caixa Líquido Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **11.986** | **(11.671)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aplicações financeiras | | (782) | (6.758) |
| Créditos concedidos a partes relacionadas | | (1.871) | - |
| Aquisições de imobilizado | | (116) | - |
| **Caixa Líquido utilizado pelas Atividades de Investimento** | | **(2.769)** | **(6.758)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos | 9.2 | (3.747) | (3.753) |
| Ingresso de obrigações com partes relacionadas | | 378 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 8.713 |
| **Caixa Líquido (utilizado) Gerado pelas Atividades de Financiamento** | | **(3.369)** | **4.960** |
| **Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa** | | **5.848** | **(13.469)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.790 | 15.259 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 7.638 | 1.790 |
| **Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **5.848** | **(13.469)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Reserva de lucros: Reserva legal | Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros | Reserva de lucros: Dividendo adicional proposto | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2015** | **27.976** | **-** | **634** | **9.036** | **-** | **-** | **37.646** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 8.713 | - | - | - | - | 8.713 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | - | (5.484) | (5.484) |
| Compensação de prejuízo | - | - | - | (5.484) | - | 5.484 | - |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **27.976** | **8.713** | **634** | **3.552** | **-** | **-** | **40.875** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 9.923 | 9.923 |
| Destinação proposta à A.G.O.: | | | | | | | |
| Reserva legal | - | - | 496 | - | - | (496) | - |
| Dividendos | - | - | - | - | 7.070 | (9.427) | (2.357) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **27.976** | **8.713** | **1.130** | **3.552** | **7.070** | **-** | **48.441** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**
A GE Farol S.A. (Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica. O vencimento da autorização da Usina Eolioelétrica - EOL Farol, de acordo com a Portaria MME nº 263/2011, é em 19.04.2046. Para a produção de energia, existem contratos firmados de compra e venda de energia no ambiente regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado [illegible]

[illegible]

IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.7 Arrendamentos -** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.8.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. [illegible]

[illegible]

| | | |
|---|---|---|
| Entidade sob controle comum – Copel Renováveis S.A. (c) | 1.257 | 1.083 |
| **Passivo não circulante (b)** | | |
| Entidade sob controle comum - GE Boa Vista S.A. | 76 | - |
| Entidade sob controle comum - GE Olho D'Água S.A. | 150 | - |
| Entidade sob controle comum - GE São Bento do Norte S.A. | 150 | - |

**a)** Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017. **b)** A São Bento Energia, Investimento e Participações S.A, na qualidade de interveniente junto aos financiamentos do BNDES com as suas controladas GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D´Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas, e estas fazem transferências financeiras entre si, visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 9). **c)** Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e não tem planos de benefícios de longo prazo.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**
Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 13,50% a.a. Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

**8. IMOBILIZADO**

| | Saldo em 1º.01.2015 | Adições | Depreciação (a) | Capitalizações | Saldo em 31.12.2015 | Adições | Depreciação (a) | Transferências | Saldo em 31.12.2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | | | | | | |
| Máquinas e Equipamentos | 84.716 | - | (4.407) | (2.508) | 77.801 | - | (4.423) | 1 | 73.379 |
| Móveis e utensílios | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | **84.716** | **-** | **(4.407)** | **(2.508)** | **77.801** | **-** | **(4.423)** | **1** | **73.379** |
| **Em curso** | | | | | | | | | |
| Custo | - | 1.438 | - | - | 1.438 | 116 | - | (1) | 1.553 |
| | **-** | **1.438** | **-** | **-** | **1.438** | **116** | **-** | **(1)** | **1.553** |
| | **84.716** | **1.438** | **(4.407)** | **(2.508)** | **79.239** | **116** | **(4.423)** | **-** | **74.932** |

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2016 e 2015.

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

| Contrato BNDES | Data da emissão | Nº de parcelas | Vencimento final | Encargos financeiros a.a. (juros + comissão) | Valor do contrato | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11211521 | 19.03.2012 | 192 | 15.06.2030 | 2,34% a.a. acima da TJLP | 54.100 | 52.053 | 55.087 |
| | | | | | | **52.053** | **55.087** |
| | | | | | **Circulante** | **4.003** | **3.954** |
| | | | | | **Não circulante** | **48.050** | **51.133** |

**Destinação:** construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
**Garantias:** penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

**9.1 vencimentos das parcelas de longo prazo**

| 31.12.2016 | |
|---|---|
| 2018 | 3.819 |
| 2019 | 3.819 |
| 2020 | 3.819 |
| 2021 | 3.819 |
| 2022 | 3.819 |
| Após 2022 | 28.955 |
| | **48.050** |

**9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos**

| | Circulante | Não circulante | Total |
|---|---|---|---|
| **Em 1º.01.2015** | **3.879** | **54.756** | **58.635** |
| Encargos e variação monetária | 4.546 | 187 | 4.733 |
| Transferências | 3.810 | (3.810) | - |
| Amortização - principal | (3.751) | - | (3.751) |
| Pagamento - encargos | (4.530) | - | (4.530) |
| **Em 31.12.2015** | **3.954** | **51.133** | **55.087** |
| Encargos e variação monetária | 4.418 | 709 | 5.127 |
| Transferências | 3.792 | (3.792) | - |
| Amortização – principal | (3.747) | - | (3.747) |
| Pagamento – encargos | (4.414) | - | (4.414) |
| **Em 31.12.2016** | **4.003** | **48.050** | **52.053** |

**9.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants**
A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas. O contrato de empréstimo e financiamento apresenta o seguinte covenant financeiro:

| Instrumento Contratual | Indicador Financeiros | Limites |
|---|---|---|
| BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 11211521 | Índice de cobertura do serviço da dívida | ≥ 1,3 |

**10. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE**
A Companhia responde por processos judiciais de natureza trabalhistas. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida. Em 31.12.2016, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza tributária, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R$ 4.608 (R$ 2.016 em 31.12.2015).

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**11.1 Capital social -** O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 27.976 (R$ 27.976, em 31.12.2015), composto por 27.976.000 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. **11.2 Adiantamento para futuro aumento de capital -** A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A, por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Afac, definiu que o montante de R$ 8.713, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2017. **11.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros -** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social. A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

**11.4 Dividendo adicional proposto**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)** | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 9.923 | (5.484) |
| Reserva legal (5%) | (495) | - |
| Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios | 9.428 | - |
| | **2.357** | **-** |
| **(2) Dividendos propostos** | **9.427** | **-** |
| **(3) Dividendo adicional proposto (2-1)** | **7.070** | **-** |

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal. A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

**12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) | 18.733 | 13.334 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 4.621 | 2.402 |
| (-) PIS/Pasep e Cofins | (863) | (783) |
| | **22.491** | **14.953** |

**13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

| | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | Outras despesas operacionais | 31.12.2016 | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Energia elétrica comprada para revenda - CCEE | (11) | - | - | (11) | (8.053) | - | (8.053) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (982) | - | - | (982) | (686) | - | (686) |
| Pessoal e administradores | (290) | (477) | - | (767) | - | (820) | (820) |
| Planos previdenciário e assistencial | (62) | (83) | - | (145) | - | (97) | (97) |
| Material | (1) | (17) | - | (18) | - | (326) | (326) |
| Serviços de terceiros | (235) | (543) | - | (778) | (211) | (533) | (744) |
| Depreciação e amortização | (4.422) | (1) | - | (4.423) | (4.407) | - | (4.407) |
| Provisão para litígios | - | - | (9) | (9) | - | - | - |
| Arrendamentos e aluguéis | (9) | (324) | - | (333) | - | (240) | (240) |
| Outros custos e despesas operacionais | - | (240) | (51) | (291) | - | (187) | (187) |
| | **(6.012)** | **(1.685)** | **(60)** | **(7.757)** | **(13.357)** | **(2.203)** | **(15.560)** |

**14. RESULTADO FINANCEIRO**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 1.055 | 1.090 |
| Acréscimos moratórios sobre faturas de energia | 432 | - |
| Outras receitas financeiras | 1 | 80 |
| | **1.488** | **1.170** |
| **(-) Despesas financeiras** | | |
| Variação monetária, cambial e encargos da dívida | 5.127 | 4.734 |
| Outras despesas financeiras | 169 | 306 |
| | **5.296** | **5.040** |
| **Líquido** | **(3.808)** | **(3.870)** |

**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social correntes** | | |
| Receitas com Venda de Energia | 23.637 | 21.447 |
| Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada | 136 | - |
| Receita financeira auferida sobre os valores resgatados | 964 | 1.087 |
| Base de cálculo IRPJ 8% | 2.866 | 2.803 |
| Base de cálculo CSLL 12% | 3.817 | 3.661 |
| Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24% | 772 | 750 |
| Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses | 263 | 256 |
| (-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015 | (63) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **972** | **1.106** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | | |
| Receita financeira provisionada | 91 | 3 |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%** | **31** | **1** |

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**
**16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

| | Ne nº | Nível | 31.12.2016 Valor contábil | 31.12.2016 Valor justo | 31.12.2015 Valor contábil | 31.12.2015 Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 5 | 1 | 7.638 | 7.638 | 1.790 | 1.790 |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 7 | 2 | 7.540 | 7 .540 | 6.758 | 6.758 |
| **Empréstimos e recebíveis** | | | | | | |
| Clientes (a) | 5 | | 6.675 | 6 .675 | 3.869 | 3.869 |
| **Total dos ativos financeiros** | | | **21.853** | **21.853** | **12.417** | **12.417** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Outros passivos financeiros** | | | | | | |
| Fornecedores (a) | | | 40 | 40 | 5 | 5 |
| Empréstimos e financiamentos (c ) | | 9 | 52.053 | 43.938 | 55.087 | 55.087 |
| **Total dos passivos financeiros** | | | **52.093** | **43.978** | **55.092** | **55.092** |

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir: **Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e **Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Apuração dos valores justos - a)** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização. **b)** Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro. **c)** Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado. **16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros -** Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **16.2.1 Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

| Exposição ao risco de crédito | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 7.638 | 1.790 |
| Títulos e valores mobiliários (a) | 7.540 | 6.758 |
| Clientes (b) | 6.675 | 3.869 |
| | **21.853** | **12.417** |

**a)** Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha. **b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R$ 200. **16.2.2 Risco de liquidez -** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção.

| | Juros (a) | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Passivo Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31.12.2016** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | 539 | 1.437 | 6.439 | 28.461 | 43.722 | 80.598 |
| Fornecedores | | - | 40 | - | - | - | 40 |
| | | **539** | **1.477** | **6.439** | **28.461** | **43.722** | **80.638** |
| **31.12.2015** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | - | - | 8.842 | 31.074 | 52.179 | 92.095 |
| Fornecedores | | - | - | 5 | - | - | 5 |
| | - | - | - | **8.847** | **31.074** | **52.179** | **92.100** |

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 9.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações. **16.2.3 Risco de mercado -** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias -** Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias -** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 9,00% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

[illegible]

| | | |
|---|---|---|
| Riscos Operacionais (b) | 29.12.2017 | 101.261 |
| Responsabilidade Civil Geral (c) | 29.12.2017 | 20.000 |
| Seguro D&O (d) | 28.03.2018 | 81.478 |
| Garantia Judicial - Município São Bento do Norte (e) | 14.09.2018 | 6.481 |

**a) Garantia Financeira -** Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel. **b) Riscos Operacionais -** Apólice contratada tipo all risks (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no parque eólico. **c) Responsabilidade Civil -** Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. **d) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O -** Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - Directors & Officers, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia. O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2016, de R$ 3,2591. A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão. Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas. **e) Garantia Judicial -** Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Companhia. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
Presidente **PAULO SERGIO SENA**
Membros **NICOLE DOMAKOSKI**, **FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM**

**CONSELHO FISCAL**
Presidente **JOÃO ALBERTO DA SILVA**
Membros Titulares **LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA**, **DEONILSON ROLDO**
Membros Suplentes **NORBERTO ORTIGARA**, **HEITOR DANTAS FILHO**, **RICARDO VIDINICH**

**DIRETORIA**
Dir. Presidente **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Diretor de Gestão **FABIO ANTONIO DALLAZEM**
Diretor de Finanças **CLAUMIR CORSI RODRIGUES**

**CONTADOR** **ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS**
CRC-PR-048673/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da GE Farol S.A.

**Opinião**
Examinamos as demonstrações financeiras da GE Farol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Farol S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos**
Auditoria do exercício anterior
As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de abril de 2016, sem [illegible]

[illegible] internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: * Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. * Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. * Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. * Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. * Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de abril de 2017.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**
**Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR**
**Fernando de Souza Leite - Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Os membros do Conselho Fiscal da GE Farol S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

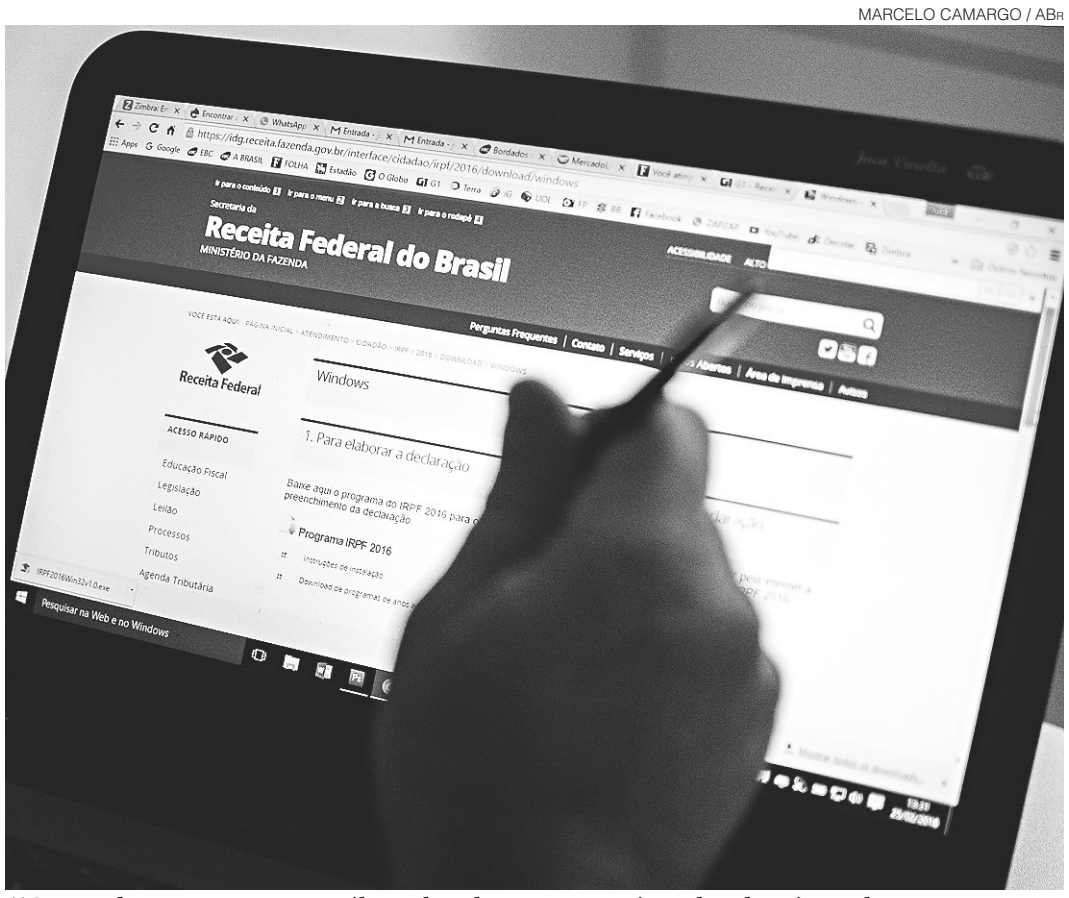
Curitiba, 12 de abril de 2017

**JOÃO ALBERTO DA SILVA** - Presidente do Conselho
**DEONILSON ROLDO** - Conselheiro
**HEITOR DANTAS FILHO** - Conselheiro

# Reta final para o imposto de renda

## **Faltando menos de uma semana,** Receita Federal aponta que 50% dos contribuintes no RN ainda não declararam o IR 2017

MARCELO CAMARGO / ABr




// **O prazo de entrega começou no último dia 2 de março e vai até as 23h59 do próximo dia 28**

A menos de uma semana para o fim do prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda 2017, com data para o dia 28 de abril, apenas 48% dos contribuintes no Rio Grande do Norte já acertaram as contas com a Receita Federal. Segundo o último balanço divulgado pela instituição, foram entregues 143 mil declarações das 297 mil previstas para este ano.

De acordo com a secretaria da Receita Federal no Rio Grande do Norte, a quantidade de declarações representa 1,06% do total Nacional. Em 2016, foram prestadas 306 mil declarações pelos contribuintes potiguares.

Até o momento, em todo o Brasil, 13,07 milhões de declarações foram enviadas pelos contribuintes. A expectativa é de que sejam feitas mais de 28 milhões de declarações. O prazo de entrega começou no último dia 2 de março e vai até as 23h59 do próximo dia 28. O programa gerador da declaração está disponível no site da Receita Federal.

A declaração do Imposto de Renda é obrigatória para quem recebeu rendimentos tributáveis superiores a R$ 28.559,70 no ano passado. Também é obrigatória para quem ganhou mais de R$ 40 mil isentos. Neste ano, a declaração do Imposto de Renda teve uma série de mudanças. As principais são a redução da idade mínima, de 14 para 12 anos, na apresentação do CPF de dependentes e a incorporação do Receitanet, programa usado para transmitir a declaração, ao programa gerador do documento.

Precisa ainda declarar o Imposto de Renda quem recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R$ 40 mil; quem obteve, em qualquer mês de 2016, ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeito à incidência do imposto ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros.

Quando se trata de atividade rural, é obrigado a declarar o contribuinte com renda bruta superior a R$ 142.798,50; quem pretende compensar prejuízos do ano-calendário 2016 ou posteriores ou quem teve, em 31 de dezembro do ano passado, a posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, com valor total superior a R$ 300 mil.

As restituições começarão a ser pagas em 16 de junho, em sete lotes, e segue até dezembro deste ano. O primeiro lote será pago em 16 de junho, o segundo em 17 de julho e o terceiro em 15 de agosto. O quarto, quinto e sexto lotes serão pagos, respectivamente, em 15 de setembro, 16 de outubro e 16 de novembro. O sétimo e último lote está previsto para ser pago em dezembro.

Ao fazer a declaração, o contribuinte deve indicar a agência e a conta bancária na qual deseja receber a restituição. Idosos, pessoas com deficiência física, mental ou doença grave têm prioridade para receber a restituição.

### QUEM É OBRIGADO A DECLARAR:

**Recebeu mais de R$ 28.559,70** de renda tributável no ano (a soma dos salários ao longo de todo o ano)

**Ganhou mais de R$ 40 mil isentos,** não tributáveis ou tributados na fonte no ano (como indenização trabalhista)

**Teve ganho** com venda de bens (casa, por exemplo)

**Comprou ou vendeu** ações em Bolsas

**Recebeu mais de R$ 142.798,50** em atividade rural (agricultura, por exemplo)

**Tem prejuízo rural** a ser compensado no ano calendário de 2016 ou nos próximos anos

**É dono de bens** de mais de R$ 300 mil

**Passou a morar no Brasil** em qualquer mês e ficou aqui até 31 de dezembro

**Vendeu uma casa e comprou** outra num prazo de 180 dias, usando isenção de Imposto de Renda no momento da venda

## Contra atrasos: retificadora

Casos os contribuintes não consigam todos os documentos necessários, a alternativa é a entrega do material incompleto e depois a realização de uma declaração retificadora. "A entrega desta forma não significa que a declaração irá automaticamente para a Malha Fina. Porém, depois da entrega, a pessoa deve fazer com muito mais cuidado", detalha o diretor executivo da Confirp Consultoria Contábil, Richard Domingos.

A declaração retificadora também é válida em caso de problemas na declaração já entregue pelo contribuinte, nela os erros serão corrigidos. O prazo para retificar a declaração é de cinco anos, mas é importante que o contribuinte realize o processo rapidamente, para não correr o risco de ficar na Malha Fina.

Um dos cuidados que deve ser tomado é entregar a declaração retificadora no mesmo modelo (completo ou simplificado) utilizado para a declaração original. É fundamental que o contribuinte possua o número do recibo de entrega da declaração anterior, para a realização do processo.

O procedimento para a realização de uma declaração retificadora é o mesmo que para uma declaração comum, a diferença é que no campo Identificação do Contribuinte, deve ser informado que a declaração é retificadora.

> **"Muitas pessoas deixam para a última hora e correm o risco de perderem o prazo que se encerra no dia 28 deste mês. A multa para quem se atrasar pode chegar a R$ 165,74"**
>
> **Alan Magalhães**
> Maurício de Nassau

## Faculdade auxilia na prestação de contas

Estudantes de ciências contábeis de diversas universidades estão auxílio à população no preenchimento e entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda 2017. Alunos fazem plantões nas universidades, para prestar, especialmente, esclarecimentos acerca da DIRPF/2017, sob supervisão de um professor de contabilidade da própria instituição.

Em Natal, a Faculdade Maurício de Nassau abriu as portas para que a população receber orientações gratuitas. A ação acontece até o dia 22 de abril. Para realizar a atividade, 60 estudantes foram capacitados através de um curso promovido pela própria faculdade.

A aula responde dúvidas comuns, como a de quem está obrigado a declarar, como preencher o formulário no programa da Receita Federal, os campos que mais geram questionamentos e, por fim, as mudanças realizadas no software para este ano.

O coordenador do curso de Ciências Contábeis, Alan Magalhães, explica que o objetivo da ação é tirar as dúvidas justamente nessa reta final. "Muitas pessoas deixam para a última hora e correm o risco de perderem o prazo que se encerra no dia 28 deste mês", alerta. E a multa para quem se atrasar não é baixa: o contribuinte que não fizer a declaração ou entregá-la fora do prazo deve pagar, no mínimo, R$ 165,74. O valor máximo correspondente a 20% do imposto devido.

Os interessados em participar da ação a comparecerem ao campus da Faculdade Maurício de Nassau, localizado no bairro de Capim Macio portando os do-cumentos necessários para prestar contas à Receita Federal: declaração anual de rendimentos, comprovantes de pagamentos do que for dedutível e saldo bancário de 31 de dezembro do ano passado.

A orientação consistirá não apenas de análise desses documentos ou esclarecimento de dúvidas de forma teórica. Um programa da Receita Federal foi instalado nos computadores para que o aluno, juntamente com o professor, auxilie de forma prática o contribuinte a visualizar e entender onde e como preencher os dados.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte ADERN

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017**

O pregoeiro oficial da Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - ADERN, no uso de suas atribuições legais, Torna público que se encontra aberto licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço GLOBAL, objetivando a Contratação de empresa especializada para o Fornecimento de Lanches para educandos que participaram de cursos de capacitação realizados na Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – ADERN, tanto no interior como na capital, no exercício de 2017. A seção pública será realizada no dia 03/05/2017 às 09h00min. O Edital e anexos poderão ser examinados e adquiridos na sede da ADERN, no endereço retro no horário das 08:00 às 12:00 horas de segunda a sexta feira ou pelo e-mail agenciadedesenvolvimentorn@hotmail.com, até 01 (um) dia útil anterior à realização do certame licitatório.

Natal/RN, em 19 de Abril de 2017.

Daniel Anselmo Soares
Pregoeiro

**CARTÓRIO JAIRO PROCÓPIO DE MOURA**
**1º OFICIO DE NOTAS**
**Rua Mossoró, 332/340 - Centro - Natal/RN - CEP 59.020-090**
**FONES: (84) 3222.0166 / 3222.2969 / 3222.4997 / 3222.3883 / 3222.3982**
**FAX (84)3222.5621**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Pelo presente, ficam intimados os devedores abaixo relacionados, para virem pagar títulos de suas responsabilidades ou darem as razões porque não o fazem, até o dia 26/04/2017

| NOME | CNPJ/CPF |
|---|---|
| A K LEIROS DE SOUZA - EPP | 16.524.792/0001-33 |
| A L L MELO EVANGELISTA ME - ME | 17.878.841/0001-07 |
| A. DA S. ROCHA MARQUES - ME | 17.433.312/0001-91 |
| ADRIANO CARLOS RAMOS DA SILVA - ME | 70.313.861/0001-05 |
| ALAN DOUGLAS S CARDOSO OLIVEIRA | 092.865.614-40 |
| ALAN DOUGLAS S CARDOSO OLIVEIRA | 092.865.614-40 |
| ALARM SYSTEM COMERCIO LTDA - ME | 70.159.108/0001-07 |
| ALESSANDRO DE AZEVEDO NOGUEIRA - EPP | 17.010.721/0001-85 |
| ALEX SANDRO SILVA REGINALDO - ME | 40.994.295/0001-83 |
| ALEXANDRA MIRANDA DA COSTA - ME | 17.623.783/0001-62 |
| ALEXANDRE MIRANDA MAGALHAES - ME | 15.062.124/0001-79 |
| ALLYSSON JALES SARAIVA | 035.361.404-16 |
| AMIGAO DA CONSTRUCAO - EIRELI - ME | 17.763.705/0001-63 |
| ANALU COLLECTION EIRELI - ME | 17.310.906/0001-05 |
| ANTONIO CARLOS LOPES | 24.762.945/0001-09 |
| ANTONIO CARLOS LOPES | 24.762.945/0001-09 |
| ARRUDA E BARBALHO LTDA. - ME | 17.422.702/0001-66 |
| ARTS CONSTRUCOES & REFORMAS LTDA - ME | 16.483.293/0001-45 |
| ATACADAO DAS MALHAS COMERCIO DE ARTIGOS TEXTI | 16.653.009/0001-31 |
| AUTO PECAS GAUCHA LTDA - ME | 17.754.711/0001-54 |
| BARBARA O B DOS SANTOS ME - ME | 16.783.319/0001-70 |
| BARRETOS BAR RESTAURANTE GRILL LTDA - ME | 16.997.281/0001-39 |
| BOB ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA | 18.060.967/0001-24 |
| BOTEKOKARIOKA RESTAURANTE E PIZZARIA EIRELI | 16.101.387/0001-02 |
| BRASIL COMERCIO DE PESCADOS LTDA - ME | 17.371.447/0001-70 |
| C A DE FREITAS ALVES - EPP | 18.956.206/0001-55 |
| C A ROCHA JUNIOR - ME | 17.863.690/0001-05 |
| C G S SANTOS ARTIGOS DE OCULOS PRES. | 23.817.056/0001-39 |
| C.A. CONSTRUCOES CIVIS LTDA | 08.207.284/0001-01 |
| CAETANO CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME | 16.916.162/0001-04 |
| CANDELARIA PINTURA AUTOMOTIVA LTDA - EPP | 40.763.807/0001-09 |
| CENTRO DE ESTETICA RODRIGUES LTDA - ME | 18.191.263/0001-90 |
| COMERCIAL TAVARES JUNIOR LTDA - ME | 35.307.701/0001-52 |
| CONSTRUTORA J J LTDA - ME | 17.792.948/0001-20 |
| COSTA & SILVA COMERCIO DE MOVEIS & SERVICOS L | 70.313.010/0001-62 |
| CREDVIP INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA - ME | 17.615.039/0001-16 |
| CRISTIANO SAMPAIO GENTILI | 308.013.201-78 |
| D & D DOCERIA E CAFETERIA LTDA - ME | 13.165.299/0001-86 |
| D & F SERVICOS DE LIMPEZA E REPAROS LTDA - ME | 17.184.984/0001-00 |
| DECORATI SINTETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 17.341.950/0001-82 |
| DELCON SERVICOS DE ENGENHARIA E CONSTRUCAO LT | 17.940.023/0001-89 |
| E A DO NASCIMENTO NUNES SOARES - ME | 16.828.922/0001-21 |
| E J FONTES - ME | 19.530.226/0001-22 |
| E. L. DE S. BATISTA - ME | 40.780.124/0001-51 |
| ECONOMAX TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA | 17.025.865/0001-05 |
| ELIDA V DE S CUNHA COM DE VARIEDADES - ME | 16.964.446/0001-76 |
| ELLAN K F SALVIANO - ME | 17.549.888/0001-19 |
| EQUIPAGGIO INDUSTRIA DE CONFECCOES LT | 14.361.644/0001-10 |
| F BATISTA DE SOUZA - ME | 17.659.971/0001-40 |
| F CANINDE FERREIRA REFEICOES - ME | 16.711.064/0001-30 |
| F DAS C SILVA VAREJISTA - ME | 15.027.209/0001-16 |
| FABIO A. DA SILVA - ME | 15.728.139/0001-23 |
| FERNANDO FRANCISCO DOS SANTOS - ME | 17.937.548/0001-65 |
| FHAZ COMERCIAL DE ARTESANATO LTDA - ME | 18.841.649/0001-09 |
| FLORISMUNDO PAULO DE AZEVEDO - ME | 17.322.266/0001-53 |
| FOOK INFORMATICA LTDA - ME | 24.532.780/0001-89 |
| FORMULANDO FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA - ME | 18.642.924/0001-57 |
| FRANCISCA A DE OLIVEIRA - ME | 15.579.286/0001-89 |
| FRANCISCA CRISTIANE GOMES - ME | 70.308.051/0001-60 |
| FUSAONET TELECOMUNICACOES LTDA - ME | 17.212.282/0001-93 |
| G A COMERCIO LTDA - ME | 17.210.702/0001-00 |
| G E J COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS | 21.354.164/0001-97 |
| G. HENRIQUE DE OLIVEIRA RESTAURANTE EIRELI - | 19.151.730/0001-11 |
| GENILSON ANACLETO DA SILVA - ME | 14.183.078/0001-01 |
| GEORGE TAWLINSON SOARES GADELHA - ME | 17.043.314/0001-74 |
| GILMAR DA SILVA PAZ | 12.644.895/0001-86 |
| GLASS MALL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME | 18.597.684/0001-16 |
| H R LUMMERTZ - ME | 16.720.783/0001-18 |
| HIPER LINE TELECOM LTDA - ME | 15.788.258/0001-71 |
| HOT LINE INFORMATICA LTDA - ME | 40.765.240/0001-00 |
| I L OLIVEIRA DE MELO - ME | 15.659.876/0001-11 |
| I. C. DE O. JEREISSATI - ME | 73.574.329/0001-30 |
| IDX CONSTRUCOES LTDA EPP - EPP | 13.992.958/0001-58 |
| ISABEL CRISTINA SOUSA MELO | 18.340.608/0001-20 |
| J A DA CRUZ NETO - ME | 17.072.270/0001-00 |
| J M DA COSTA - ME | 17.338.132/0001-20 |
| J P DE ALBUQUERQUE | 18.247.256/0001-63 |
| J S LUZ - MERCADINHO UNIAO - ME | 14.137.546/0001-01 |
| J. D. DA SILVA OLIVEIRA - ME | 16.752.950/0001-02 |
| JAILMA GURGEL DA COSTA DEPILACAO E ESTETICA - | 17.567.714/0001-89 |
| JESEA CORTEZ DE MELO - ME | 24.522.195/0001-06 |
| JFC DE SOUZA CONSTRUCOES LTDA - ME | 16.916.205/0001-51 |
| JOAO MARIA FLORENCIO BATISTA | 70.032.354/0001-01 |
| JOSE ANTONIO DA SILVA | 012.023.754-72 |
| JOSE ANTONIO DOS SANTOS BAHIA FILHO - ME | 40.783.946/0001-96 |
| JOSE LUCIANO DA SILVA - ME | 16.681.617/0001-50 |
| JOSENILDO SOARES MOREIRA | 498.360.644-00 |
| JSMA PRODUCOES E EVENTOS LTDA - ME | 15.576.567/0001-88 |
| JULIA ESTELA LIMA DE LIRA | 261.483.404-10 |
| K A DE QUEIROGA - ME | 15.636.468/0001-44 |
| L GOMES DA SILVA MERCADO - ME | 16.685.266/0001-55 |
| L MARIA - COMERCIO DE BOLSAS E SAPATOS LTDA - | 16.958.927/0001-79 |
| LEANDRO B FERREIRA - ME | 19.224.348/0001-90 |
| LELEART COMERCIO DE MADEIRA E ARTEFATOS LTDA | 17.869.963/0001-29 |
| LENUZIA SANTO DO NASCIMENTO - ME | 14.269.145/0001-05 |
| LEONARDO A DE LIMA - ME | 18.642.770/0001-01 |
| LINUS MEDIC COMERCIO DE PRODUTOS HOSP | 13.153.450/0001-66 |
| LUCIAN IRLAN DE OLIVEIRA | 080.036.174-13 |
| LUCIANA SIMONE BARBOSA DE LIMA - ME | 17.257.492/0001-06 |
| LUCIANO DANTAS DE OLIVEIRA - ME | 15.085.192/0001-53 |
| LUCIO DE CASTRO PEREIRA - ME | 70.306.501/0001-86 |
| LUGUET COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME | 35.289.636/0001-80 |
| LUIS CARLOS TAVARES GALVAO | 309.731.987-53 |
| LUIZ FELIPE COSTA DE NEGREIROS LINHARES | 700.194.194-81 |
| M & E OFICINA MECANICA LTDA - ME | 19.297.577/0001-35 |
| M A DE OLIVEIRA LIMA - ME | 17.823.356/0001-28 |
| M A DE OLIVEIRA TRINDADE - ME | 17.224.799/0001-00 |
| M A MORAIS DOS SANTOS MATERIAL DE CONSTRUCOES | 18.475.143/0001-15 |
| M C DE OLIVEIRA - ME | 70.145.677/0001-01 |
| M FABRICIO LOPES - ME | 17.986.625/0001-77 |
| M J DO NASCIMENTO SILVA - ME | 17.420.863/0001-10 |
| M. R. DE MESQUITA - ME | 16.657.269/0001-85 |
| MALAGUETA BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DO VEST | 17.289.040/0001-06 |
| MARIA DA CONCEICAO DE FRANCA MEDEIROS | 16.573.672/0001-26 |
| MARIA DE FATIMA JARDIM DE LIMA - ME | 70.151.659/0001-24 |
| MARIA DO CARMO BEZERRA DE MELO - ME | 70.308.994/0001-93 |
| MARIA ERINALDA BARBOSA - ME | 16.529.185/0001-66 |
| MARIA EUNICE VIEIRA | 016.571.908-70 |
| MARIA ROZANGELA DE GOIS | 028.018.704-12 |
| MARISTELA GOULART DA SILVA - ME | 16.640.442/0001-32 |
| MARTA MARIA LOPES FREIRE | 270.359.727-49 |
| MCMID COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - | 23.717.329/0001-73 |
| MCMID COMERCIO DE VESTUARIO LTDA - | 23.717.329/0001-73 |
| MG RESTAURANTES LTDA - ME | 17.668.213/0001-99 |
| MIRANTE OUTDOOR SERVICOS LTDA - ME | 16.589.071/0001-01 |
| N COSTA LIMA - ME | 18.715.438/0001-11 |
| NATAL CASTANHAS LTDA - ME | 18.534.597/0001-10 |
| NATAL-SALVADOR RESTAURANTE LTDA ME - ME | 17.416.730/0001-70 |
| NORDESTE SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA | 24.536.948/0001-24 |
| OCILENE ALVES DA SILVA - ME | 24.523.789/0001-23 |
| ODONTOMED PRODUTOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLOGIC | 17.955.968/0001-74 |
| OFISERVICE CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA - ME | 70.045.075/0001-74 |
| OTICA PROGRESSO LTDA - ME | 16.753.650/0001-48 |
| PERFORMANCE ASSESSORIA E COBRANCA LTDA - ME | 16.458.393/0001-11 |
| PINHEIRO E BORGES LTDA - ME | 70.023.874/0001-40 |
| PRISCILA RODRIGUES FERREIRA - ME | 17.496.374/0001-42 |
| QUALITECH AUTOMACAO LTDA - ME | 15.670.021/0001-91 |
| R CARVALHO DE ARAUJO - ME | 35.287.036/0001-82 |
| RADIO TAXI NATAL EIRELI - ME | 24.361.800/0001-04 |
| RAISSA ELIZABETH DE CASTRO MAGALHAES - ME | 17.260.403/0001-72 |
| REBECA FERREIRA DUARTE - ME | 17.461.182/0001-09 |
| REDE MAIS BRASIL LTDA - EPP | 40.782.187/0001-47 |
| RICARDO ALVES DA SILVA - ME | 15.780.835/0001-89 |
| RIO DE JANEIRO RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - | 17.902.155/0001-16 |
| RITA DE CASSIA BERRETTA DE LUCENA - ME | 70.052.667/0001-13 |
| ROBERTO FELIX | 20.772.750/0001-99 |
| ROBERTO FELIX | 20.772.750/0001-99 |
| ROTA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - ME | 16.707.332/0001-40 |
| RVA COMERCIO & DISTRIBUIDORA LTDA - ME | 16.992.955/0001-02 |
| SILVANETE C DE MACEDO - ME | 15.034.727/0001-67 |
| SILVIO L CONCEIA?A?O - ME | 70.148.184/0001-17 |
| T C PESSOA SERVICO DE TELECOMUNICACOES - ME | 17.143.123/0001-84 |
| T&E INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME | 70.147.012/0001-29 |
| T. S. RESTAURANTE JAPONES LTDA - ME | 17.184.149/0001-70 |
| TAWK CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA - ME | 17.947.395/0001-37 |
| TECHNO FRIO CLIMATIZACAO LTDA - ME | 15.607.805/0001-75 |
| TECNOMULTI EMPREENDIMENTOS LTDA | 04.122.477/0001-09 |
| TECSERV TERCERIZACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA | 70.045.562/0001-37 |
| THIAGO A ESTRELA - ME | 17.135.501/0001-88 |
| TONELLI E SA LEITAO COMERCIAL DE ALIMENTOS LT | 17.056.337/0001-13 |
| URBAN ARTS NATAL LTDA | 17.703.156/0001-31 |
| V & E SINALIZACOES E COMUNICACAO VISUAL LTDA | 17.696.173/0001-99 |
| V L DE B SILVA GOMES - ME | 16.874.978/0001-12 |
| WALISSON DA SILVA SANTOS - ME | 19.389.577/0001-65 |
| X2 LED MATERIAL ELETRICOS LTDA | 17.475.407/0001-78 |
| ZELIA PEREIRA DOS SANTOS | 316.649.114-72 |
| ZILDA VIEIRA DE SA - ME | 18.528.156/0001-05 |

**Natal, Quarta-feira, 19 de abril de 2017**
**Henrique Procópio de Moura**
Tabelião Substituto

**AVISO** A partir de 02/05/2017, esta publicidade passará exclusivamente para o endereço eletrônico: www.protestorn.net.br, em face ao que dispõe o artigo 618 § 3, do Código de Normas deste Estado. (Provimento nº 156 de 18/10/2016 da CGJ/RN).

COPEL

# GE BOA VISTA S.A.

CNPJ Nº 12.723.413/0001-83

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**AOS ACIONISTAS**

A administração da GE Boa Vista S.A. (Companhia), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa as contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**AQUISIÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E OPERAÇÃO COMERCIAL**

Em 16 de outubro de 2014 a COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, a partir do dia 25 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Parque Eólico. Localizado no Rio Grande do Norte, o parque possui uma capacidade instalada de 14,0 MW e garantia física de 6,3 MW médios. A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R$ 137,99/MWh.

| Complexo Eólico | Leilão [1] | Capacidade Instalada (MW) | Garantia Física (MWméd) | Geração (GWh) | Preço [2] | Vencimento da Autorização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GE Boa Vista S.A. | 2º LFA (26/08/2010) | 14,0 | 6,3 | 57,8 | 211,74 | 27.04.2046 |

[1] LFA - Leilão de Fontes Alternativas/ LER - Leilão de Energia de Reserva.
[2] Preço em dezembro de 2016.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

| Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma) | 2016 | 2015 | variação % |
|---|---|---|---|
| **Indicadores Contábeis** | | | |
| Ativo total | 63.246 | 63.871 | (1,0) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.569 | 1.638 | 56,8 |
| Dívida total | 38.482 | 40.726 | (5,5) |
| Dívida líquida | 35.913 | 39.088 | (8,1) |
| Receita operacional bruta | 10.832 | 13.007 | (16,7) |
| Deduções da receita | 399 | 500 | (20,2) |
| Receita operacional líquida | 10.433 | 12.507 | (16,6) |
| Custos e despesas operacionais | 5.175 | 10.490 | (50,7) |
| Resultado das atividades | 5.258 | 2.017 | 160,7 |
| EBITDA ou LAJIDA | 8.286 | 5.014 | 65,3 |
| Resultado financeiro | (3.137) | (3.163) | (0,8) |
| IRPJ/CSLL | 444 | 591 | (24,9) |
| Lucro operacional | 2.121 | (1.146) | (285,1) |
| Lucro líquido/prejuízo do exercício | 1.677 | (1.737) | (196,5) |
| Patrimônio líquido | 23.616 | 21.939 | 7,6 |

| Indicadores Econômico-Financeiros | | | |
|---|---|---|---|
| Liquidez corrente (índice) | 1,3 | 1,0 | 36,3 |
| Liquidez geral (índice) | 0,3 | 0,3 | 28,9 |
| Margem do EBITDA ou LAJIDA (%) | 79,4 | 40,1 | 98,1 |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%) | 162,9 | 185,6 | (12,2) |
| Margem operacional (lucro operacional/ receita operacional líquida) (%) | 20,3 | (9,2) | (321,9) |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 16,1 | (13,9) | (215,7) |
| Participação de capital de terceiros (%) | 62,7 | 65,7 | (4,6) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1) | 7,6 | (10,6) | (172,0) |

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017.

**Fabio Antonio Dallazem**
**Diretor Presidente**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

| ATIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.569 | 1.638 |
| Clientes | 5 | 2.581 | 2.441 |
| Imposto de renda e Contribuição social | | 4 | - |
| Partes relacionadas | 6 | 379 | - |
| | | **5.533** | **4.079** |
| **Não circulante** | | | |
| **Realizável a longo prazo** | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 3.707 | 3.322 |
| Partes relacionadas | 6 | 3.543 | 3.094 |
| | | **7.250** | **6.416** |
| **Imobilizado** | 8 | **50.463** | **53.376** |
| | | **57.713** | **59.792** |
| **Total do ativo** | | **63.246** | **63.871** |

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 860 | 735 |
| Fornecedores | | 25 | 2 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 144 | 279 |
| Outras obrigações fiscais | | 107 | 184 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 2.960 | 2.923 |
| Outras contas a pagar | | 7 | 1 |
| | | **4.103** | **4.124** |
| **Não circulante** | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 5 | 5 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 35.522 | 37.803 |
| | | **35.527** | **37.808** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 10.1 | 18.331 | 18.331 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 10.2 | 7.315 | 7.315 |
| Prejuízos acumulados | | (2.030) | (3.707) |
| | | **23.616** | **21.939** |
| **Total do passivo** | | **63.246** | **63.871** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional líquida** | 11 | **10.433** | **12.507** |
| **Custos Operacionais** | 12 | **(3.862)** | **(8.997)** |
| **Lucro operacional bruto** | | **6.571** | **3.510** |
| **Outras Receitas (Despesas) Operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 12 | (1.277) | (1.493) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 12 | (36) | - |
| | | **(1.313)** | **(1.493)** |
| **Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos** | | **5.258** | **2.017** |
| **Resultado Financeiro** | 13 | | |
| Receitas financeiras | | 745 | 623 |
| Despesas financeiras | | (3.882) | (3.786) |
| | | **(3.137)** | **(3.163)** |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | | **2.121** | **(1.146)** |
| **Imposto de renda e contribuição social** | 14 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (444) | (586) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | - | (5) |
| | | **(444)** | **(591)** |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **1.677** | **(1.737)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | **1.677** | **(1.737)** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado abrangente do exercício** | **1.677** | **(1.737)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **1.677** | **(1.737)** |
| **Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a Geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:** | | | |
| Encargos e variação monetária de empréstimos e financiamentos | 9.2 | 3.790 | 3.501 |
| Imp. de renda e contribuição social | 14 | 444 | 591 |
| Depreciação do imobilizado | 8 | 3.028 | 2.997 |
| | | **8.939** | **5.352** |
| **Redução (aumento) dos ativos** | | | |
| Clientes | | (140) | (3.682) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (4) | 15 |
| | | **(144)** | **(3.667)** |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | | |
| Partes relacionadas | | 124 | - |
| Fornecedores | | 23 | (2.477) |
| Outras obrigações fiscais | | (77) | 160 |
| Outras contas a pagar | | 6 | - |
| | | **76** | **(2.317)** |
| **Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais** | | **8.871** | **(632)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (579) | (358) |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos | 9.2 | (3.264) | (3.348) |
| **Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais** | | **5.028** | **(4.338)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Aplicações financeiras | | (385) | (3.322) |
| Créditos concedidos a partes relacionadas | | (828) | - |
| Aquisições de imobilizado | | (115) | - |
| **Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento** | | **(1.328)** | **(3.322)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos | 9.2 | (2.770) | (2.775) |
| Ingresso de obrigações com partes relacionadas | | 1 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 7.315 |
| **Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento** | | **(2.769)** | **4.540** |
| **Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa** | | **931** | **(3.120)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.638 | 4.758 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2.569 | 1.638 |
| **Variação no caixa e equivalentes de caixa** | | **931** | **(3.120)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2015** | **18.331** | **-** | **(1.970)** | **16.361** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 7.315 | - | 7.315 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (1.737) | (1.737) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **18.331** | **7.315** | **(3.707)** | **21.939** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 1.677 | 1.677 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **18.331** | **7.315** | **(2.030)** | **23.616** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 em milhares de reais

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A GE Boa Vista S.A. (Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica. O vencimento da autorização da Usina Eolioelétrica - EOL Dreen Boa Vista, de acordo com a Portaria MME nº 276/2011, é em 27.04.2046. Para a produção de energia, existem contratos firmados de compra e venda de energia no ambiente regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010. Foi vendida para distribuidoras por um prazo de 20 anos, a partir de setembro de 2013. A Companhia tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei. Em 31.12.2016, a GE Boa Vista S.A. possui a licença simplificada de instalação e operação nº 2013-070355/TEC/LS-0816, emitida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - Idema, com validade até 20.05.2020, para instalação de central geradora eólica com potência de 14 MW/h e 7 aerogeradores.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1 Declaraçõesde conformidade -** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1 Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e * NE nº 3.7 - Arrendamentos. **2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado; * NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos; * NE nº 3.4 - Provisões; * NE nº 3.5 - Receita não faturada; * NE nº 3.5 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e * NE nº 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

**3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Instrumentos financeiros -** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir. **Ativos financeiros - 3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado. **3.1.2 Empréstimos e recebíveis -** Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva. **3.1.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda -** São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício. **3.1.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento -** Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. **Passivos financeiros e instru-** [illegible]

[illegible] venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.7 Arrendamentos -** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.8.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantem os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Como a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de impairment de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma. **3.8.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes -** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.8.3 IFRS 16 – Arrendamentos -** Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento. **3.8.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas -** Emitidas [illegible]

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos conta movimento | 320 | 175 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 2.249 | 1.463 |
| | **2.569** | **1.638** |

[illegible]

**5. CLIENTES**

[illegible]

**6. PARTES RELACIONADAS**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante** | | |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A (a) | 379 | - |
| **Ativo não circulante (b)** | | |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A | 3.467 | 3.094 |
| Entidade sob controle comum - GE Farol S.A. | 76 | - |
| **Passivo circulante** | | |
| Entidade sob controle comum - Copel Renováveis S.A. (c) | 859 | 735 |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A (a) | 1 | - |

**a)** Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017. **b)** A São Bento Energia, Investimento e Participações S.A, na qualidade de interveniente junto aos financiamentos do BNDES com as suas controladas GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas, e estas fazem transferências financeiras entre si, visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 9). **c)** Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e não tem planos de benefícios de longo prazo.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 13,50% a.a. Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pelas Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

**8. IMOBILIZADO**

| | Saldo em 1º.01.2015 | Adições | Depreciação (a) | Capitalizações | Saldo em 31.12.2015 | Adições | Depreciação (a) | Saldo em 31.12.2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Em serviço** | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | 58.844 | - | (2.997) | (2.643) | 53.204 | - | (3.028) | 50.176 |
| | **58.844** | **-** | **(2.997)** | **(2.643)** | **53.204** | **-** | **(3.028)** | **50.176** |
| **Em curso** | | | | | | | | |
| Custo | - | 172 | - | - | 172 | 115 | - | 287 |
| | **-** | **172** | **-** | **-** | **172** | **115** | **-** | **287** |
| | **58.844** | **172** | **(2.997)** | **(2.643)** | **53.376** | **115** | **(3.028)** | **50.463** |

(a) Taxa média de depreciação de 3,85 % (4,40 % em 2015)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2016 e 2015.

**9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

| Contrato BNDES | Data da emissão | Nº de parcelas | Vencimento final | Encargos financeiros a.a. (juros + comissão) | Valor do contrato | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 11211531 | 19.03.2012 | 192 | 15.06.2030 | 2,34% a.a. acima da TJLP | 40.050 | 38.482 | 40.726 |
| | | | | | | **38.482** | **40.726** |
| | | | | | **Circulante** | **2.960** | **2.923** |
| | | | | | **Não circulante** | **35.522** | **37.803** |

**Destinação:** construção e implantação de centrais geradoras eólicas.
**Garantias:** penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

**9.1 vencimentos das parcelas de longo prazo**

| 31.12.2016 | |
|---|---|
| 2018 | 2.827 |
| 2019 | 2.827 |
| 2020 | 2.827 |
| 2021 | 2.827 |
| 2022 | 2.827 |
| Após 2022 | 21.387 |
| | **35.522** |

**9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos**

| | Circulante | Não circulante | Total |
|---|---|---|---|
| **Em 1º.01.2015** | **2.956** | **40.392** | **43.348** |
| Encargos e variação monetária | 3.362 | 139 | 3.501 |
| Transferências | 2.728 | (2.728) | - |
| Amortização – principal | (2.775) | - | (2.775) |
| Pagamento – encargos | (3.348) | - | (3.348) |
| **Em 31.12.2015** | **2.923** | **37.803** | **40.726** |
| Encargos e variação monetária | 3.267 | 523 | 3.790 |
| Transferências | 2.804 | (2.804) | - |
| Amortização – principal | (2.770) | - | (2.770) |
| Pagamento – encargos | (3.264) | - | (3.264) |
| **Em 31.12.2016** | **2.960** | **35.522** | **38.482** |

**9.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants**

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2016, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas. O contrato de empréstimo e financiamento apresenta o seguinte covenant financeiro:

| Instrumento Contratual | Indicador Financeiros | Limites |
|---|---|---|
| BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 11211531 | Índice de cobertura do serviço da dívida | ≥ 1,3 |

**10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**10.1 Capital social -** O capital social integralizado em 31.12.2016 monta a R$ 18.331 (R$ 18.331, em 31.12.2015), composto por 18.331.000 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. **10.2 Adiantamento para futuro aumento de capital -** A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A, por meio de instrumento de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Afac, definiu que o montante de R$ 7.315, será integralizado como Capital Social na Assembleia Geral a ser realizada no mês de abril de 2017.

**11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) | 10.051 | 10.659 |
| Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE | 781 | 2.348 |
| (-) PIS/Pasep e Cofins | (399) | (500) |
| | **10.433** | **12.507** |

**12. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

| | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | Outras despesas operacionais | 31.12.2016 | Custos operacionais | Despesas gerais e administrativas | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Energia elétrica comprada para revenda – CCEE | (7) | - | - | (7) | (5.468) | - | (5.468) |
| Encargos de uso da rede elétrica | (417) | - | - | (417) | (385) | - | (385) |
| Pessoal e administradores | (198) | (325) | - | (523) | - | (556) | (556) |
| Planos previdenciário e assistencial | (42) | (57) | - | (99) | - | (66) | (66) |
| Material | (1) | (11) | - | (12) | - | (97) | (97) |
| Serviços de terceiros | (163) | (450) | - | (613) | (147) | (466) | (613) |
| Depreciação e amortização | (3.028) | - | - | (3.028) | (2.997) | - | (2.997) |
| Provisão para litígios | - | - | (1) | (1) | - | - | - |
| Arrendamentos e aluguéis | (6) | (247) | - | (253) | - | - | - |
| Outros custos e despesas operacionais | - | (187) | (35) | (222) | - | (308) | (308) |
| | **(3.862)** | **(1.277)** | **(36)** | **(5.175)** | **(8.997)** | **(1.493)** | **(10.490)** |

**13. RESULTADO FINANCEIRO**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Renda de aplicações financeiras | 500 | 571 |
| Acréscimos moratórios sobre faturas de energia | 245 | - |
| Outras receitas financeiras | - | 52 |
| | **745** | **623** |
| **(-) Despesas financeiras** | | |
| Variação monetária, cambial e encargos da dívida | 3.791 | 3.500 |
| Outras despesas financeiras | 91 | 286 |
| | **3.882** | **3.786** |
| **Líquido** | **(3.137)** | **(3.163)** |

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Imposto de renda e contribuição social correntes** | | |
| Receitas com Venda de Energia | 10.928 | 13.704 |
| Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada | 87 | - |
| Receita financeira auferida sobre os valores resgatados | 500 | 557 |
| Base de cálculo IRPJ 8% | 1.381 | 1.653 |
| Base de cálculo CSLL 12% | 1.822 | 2.201 |
| Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24% | 371 | 445 |
| Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R$ 240 no período de 12 meses | 114 | 141 |
| (-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015 | (41) | - |
| **Imposto de renda e contribuição social** | **444** | **586** |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos** | | |
| Receita financeira provisionada | (1) | 14 |
| **Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%** | **-** | **5** |

**15. PASSIVOS CONTINGENTES**

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2016, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza tributária, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, no montante de R$ 4.522 (R$ 2.006 em 31.12.2015).

**16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

| | Ne nº | Nível | 31.12.2016 Valor contábil | 31.12.2016 Valor justo | 31.12.2015 Valor contábil | 31.12.2015 Valor justo |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos Financeiros** | | | | | | |
| **Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação** | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 4 | 1 | 2.569 | 2 .569 | 1.638 | 1.638 |
| **Valor justo por meio do resultado** | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários (b) | 7 | 2 | 3.707 | 3.707 | 3.322 | 3.322 |
| **Empréstimos e recebíveis** | | | | | | |
| Clientes (a) | 6 | | 2.581 | 2.581 | 2.441 | 2.441 |
| **Total dos ativos financeiros** | | | **8.857** | **8.857** | **7.401** | **7.401** |
| **Passivos Financeiros** | | | | | | |
| **Outros passivos financeiros** | | | | | | |
| Fornecedores (a) | | | 25 | 25 | 2 | 2 |
| Empréstimos e financiamentos (c ) | 9 | | 38.482 | 32.483 | 40.726 | 40.726 |
| **Total dos passivos financeiros** | | | **38.507** | **32.508** | **40.728** | **40.728** |

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir: **Nível 1:** obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e **Nível 2:** obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Apuração dos valores justos** - **a)** Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização. **b)** Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro. **c)** Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 124% do CDI para desconto do fluxo de pagamentos esperado. **16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros -** Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: **16.2.1 Risco de crédito -** Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

| Exposição ao risco de crédito | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa (a) | 2.569 | 1.638 |
| Títulos e valores mobiliários (a) | 3.707 | 3.322 |
| Clientes (b) | 2.581 | 2.441 |
| | **8.857** | **7.401** |

**a)** Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha. **b)** Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias para débitos superiores a R$ 200. **16.2.2 Risco de liquidez -** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o horizonte da projeção.

| | Juros (a) | Menos de 1 mês | 1 a 3 meses | 3 meses a 1 ano | 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Passivo Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **31.12.2016** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | 420 | 1.041 | 4.760 | 21.041 | 32.323 | 59.585 |
| Fornecedores | - | - | 25 | - | - | - | 25 |
| | | **420** | **1.066** | **4.760** | **21.041** | **32.323** | **59.610** |
| **31.12.2015** | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | NE nº 9 | - | - | 6.537 | 22.974 | 38.576 | 68.087 |
| Fornecedores | - | - | - | 2 | - | - | 2 |
| | | **-** | **-** | **6.539** | **22.974** | **38.576** | **68.089** |

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 9.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações. **16.2.3 Risco de mercado -** Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias -** Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação. **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias -** A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2016 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 9,00% e TJLP – 7,50%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2017 do Relatório Focus do Bacen de 17.03.2017. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

| Risco de taxa de juros e variações monetárias | Risco | Base 31.12.2016 | Cenários Projetados - dez/2017 Provável | Adverso | Remoto |
|---|---|---|---|---|---|
| **Ativos financeiros** | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | Baixa CDI/SELIC | 3.707 | 334 | 250 | 167 |
| **Passivos financeiros** | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos BNDES | Alta TJLP | 38.482 | 2.886 | 3.608 | 4.329 |

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2016, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente. **16.3 Gerenciamento de capital -** A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

**17. SEGUROS**

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

| Apólice | Término da vigência | Importância Segurada |
|---|---|---|
| Garantia Financeira - Extremoz (a) | 16.11.2017 | 72 |
| Riscos Operacionais (b) | 29.12.2017 | 65.749 |
| Responsabilidade Civil Geral (c ) | 29.12.2017 | 20.000 |
| Seguro D&O (d) | 28.03.2018 | 81.478 |
| Garantia Judicial - Município São Bento do Norte (e) | 14.09.2018 | 6.447 |

**a) Garantia Financeira -** Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A. O seguro de garantia contratado possui como avalista a Copel. **b) Riscos Operacionais -** Apólice contratada tipo all risks (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no parque eólico. **c) Responsabilidade Civil -** Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. **d) Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O -** Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, [illegible]

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente: PAULO SERGIO SENA
Membros: NICOLE DOMAKOSKI; FÁBIO ANTONIO DALLAZEM

**CONSELHO FISCAL**

Presidente: JOÃO ALBERTO DA SILVA
Membros Titulares: LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA; DEONILSON ROLDO
Membros Suplentes: NORBERTO ORTIGARA; HEITOR DANTAS FILHO; RICARDO VIDINICH

**DIRETORIA**

Dir. Presidente: FABIO ANTONIO DALLAZEM
Diretor de Gestão: FABIO ANTONIO DALLAZEM
Diretor de Finanças: CLAUMIR CORSI RODRIGUES

**CONTADOR**

ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS
CRC-PR-048673/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da GE Boa Vista S.A.

**Opinião**

[illegible]

**Base para opinião**

[illegible]

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

[illegible] informações, que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distor- [illegible]

Curitiba, 12 de abril de 2017.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

[illegible]

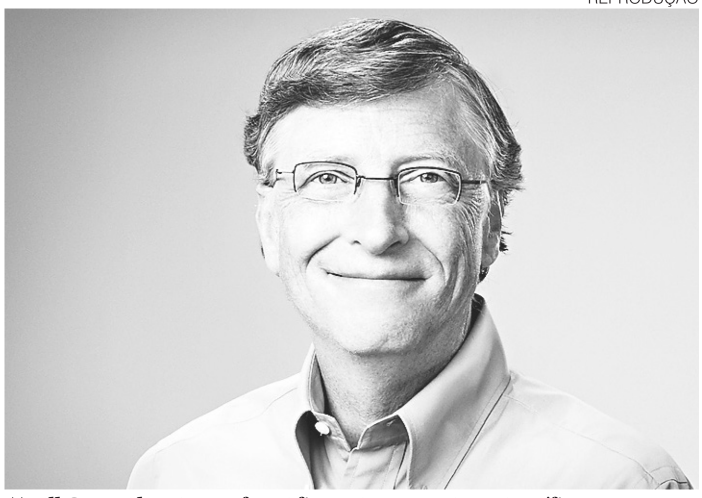
Curitiba, 12 de abril de 2017.

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

DEONILSON ROLDO
Conselheiro

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro

REPRODUÇÃO



// Bill Gates, da Microsoft, vai financiar pesquisas científicas

// Saúde

# O homem mais rico contra o Aedes aegypti

O homem mais rico do mundo - com patrimônio de US$ 29,5 bilhões segundo a revista Forbes - vai investir no combate ao Aedes aegypti, transmissor no Brasil de zika, dengue e chikungunya. O fundador da Microsoft, Bill Gates, revelou ontem em Genebra que fechou um acordo com o governo e entidades dos Estados Unidos, em 2016, para destinar US$ 18 milhões para modificar geneticamente os mosquitos, tornando-os estéreis.

Respondendo ao Estado, Gates relatou que os testes estão sendo realizados principalmente em Antioquia, na Colômbia, nos subúrbios do Rio, e também na Indonésia. O experimento ocorre depois que, na Ásia, cientistas obtiveram resultados positivos no Vietnã e em outros países tropicais. Seus assessores apontam que a iniciativa tem o potencial de ser a iniciativa de saúde de maior impacto da Gates Foundation que, ao longo dos últimos anos, destinou mais de US$ 500 milhões para tratar doenças.

A estratégia consiste em contaminar o mosquito com a bactéria Wolbachia. Como consequência, os descendentes não teriam a capacidade de transmitir doenças. A bactéria está presente em 60% dos mosquitos e insetos. Mas não no Aedes aegypti. "Essa é a novidade. Estamos realizando os testes e, até o fim do ano, saberemos se isso vai funcionar", contou Gates. Se os testes derem resultados positivos, a proteção para populações de locais com a presença endêmica do mosquito poderia aumentar em 40%.

Pesticidas. Além do experimento no Brasil, Gates revelou que está aplicando sua fortuna na busca por novos pesticidas que possam trazer melhores resultados. Entre 2005 e 2016, ele já investiu US$ 100 milhões em um projeto de pesquisa no Reino Unido. Para os próximos cinco anos, prometeu mais US$ 75 milhões "Estamos fazendo muito para lidar com o controle de vetores. Aqueles produtos que temos hoje já criaram resistência (nos mosquitos)", contou.

Segundo ele, seu financiamento passou por um debate dentro da Organização Mundial de Saúde (OMS) para garantir que os novos produtos químicos estejam dentro dos padrões aceitos pela entidade. "Queremos mais eficiência", disse Gates. Segundo a Organização das Nações Unidas e a Cruz Vermelha, o fortalecimento do mosquito em diversas regiões tropicais do mundo é uma ameaça ao combate à pobreza.

Em estudo recente, as entidades apontaram que o maior risco do zika, por exemplo, é o de reverter ganhos sociais nos últimos anos. Os dados mostram que o impacto da doença tem sido maior do que os programas de apoio que há nas regiões para lidar com a pobreza, como o Bolsa Família. "No Brasil, os custos indiretos da microcefalia foram estimados em US$ 1,7 mil por mês, seis vezes o valor do benefício adicionado ao Bolsa Família para mães de crianças com microcefalia", alertou.

Gates não deixa de ser franco ao revelar que, apesar de tentativas de encontrar parceiros no Brasil, não conseguiu fechar um acordo com institutos nacionais para apoiar o desenvolvimento de imunizantes. "Há um grande trabalho no Brasil. Mas, por enquanto, não temos uma vacina", completou.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte ADERN
AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017**

O pregoeiro oficial da Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - ADERN, no uso de suas atribuições legais, Torna público que se encontra aberto licitação na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço por ITEM, visando a Aquisição de Equipamentos de Informática para cursos de capacitação realizados na Agência de Educação para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – ADERN, tanto no interior como na capital, no exercício de 2017. A seção pública será realizada no dia 03/05/2017 às 11h00min. O Edital e anexos poderão ser examinados e adquiridos na sede da ADERN, no endereço retro no horário das 08:00 às 12:00 horas de segunda a sexta feira ou pelo e-mail agenciadedesenvolvimentorn@hotmail.com, até 01 (um) dia útil anterior à realização do certame licitatório.

Natal/RN, em 19 de Abril de 2017.

Daniel Anselmo Soares
Pregoeiro

Caern

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH**
**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN**

**PL Nº 0047/2017 – PREGÃO ELETRÔNICO (SRP)**
**PROTOCOLO NET: 962.348 / 2015-1**

**Objeto:** Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de partida de motores elétricos do tipo inversores de frequência de soft-starters para composição do almoxarifado da Estação de Tratamento de Esgotos do Baldo (SES Natal).

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

O Pregoeiro da Companhia de Águas e Esgotos do RN, designado através das Portarias nº 0472/2015-D e 0012/2017-D, com fundamento no Art. 4º, Inciso XX da Lei 10.520/02, resolve divulgar como **vencedora** do certame acima mencionado a empresa: **AF COMÉRCIO EIRELI - ME**, dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08. Outrossim, no uso de suas atribuições, **decide ADJUDICAR** o certame acima ao referido licitante, conforme as condições ofertadas em sua proposta.

Natal/RN, 19 de Abril de 2017
**Gilvan Pontes da Silva**
Pregoeiro

**SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS DO RN**
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**AVISO DE ABERTURA - PROCESSO Nº 343.250/2016-1**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

A Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos - SEARH do Poder Executivo do Rio Grande do Norte, através de seu Pregoeiro comunica aos interessados que realizará o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2017-RP/SEARH, cujo objeto consiste **registro de preços para eventual aquisição de pneus, câmaras de ar, protetores e pitos com instalação, alinhamento e balanceamento dos pneus, para suprir as necessidades de todos os Órgãos da Administração Pública Direta, Indireta, Autarquias e Fundações, Fundos Especiais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e demais Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado do Rio Grande do Norte**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na internet, nos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br ou www.rn.gov.br/licitação **Data de abertura: 04/05/2017, às 09:00hs, HORÁRIO (Brasília/Distrito Federal).** Qualquer informação será prestada pelos telefones: (84) 3232-2128 - 3232-2125, ou, pelo Correio Eletrônico: cplsearh@rn.gov.br.

Natal, 19 abril de 2017
**Francisco Fernandes de Brito**
Pregoeiro da SEARH

# ESPORTES

**Editor:** Carlos Magno Araújo **E-mail:** carlosmagno@novojonoticias.com

# Não tem tu,

**Sem interessados em assumir o clube,** eleições para presidência do América devem acontecer em nova data a ser marcada

# vai tu mesmo

HUMBERTO SALES / ARQUIVO NOVO

// **José Rocha, presidente do Conselho Deliberativo, é o interino**

O presidente do Conselho Deliberativo do América e atual presidente interino rubro, José Rocha, estuda ampliar o prazo para inscrições de candidaturas à presidência do clube. A medida está sendo debatida entre os conselheiros americanos e deve ser apresentada oficialmente nos próximos dias.

A eleição para preenchimento das vagas abertas após as renúncias de Beto Santos e José Medeiros, ex-presidente e vice, respectivamente, deveria ter sido realizada na terça-feira passada, mas acabou não acontecendo já que nenhuma chapa demonstrou intenção de participar do pleito.

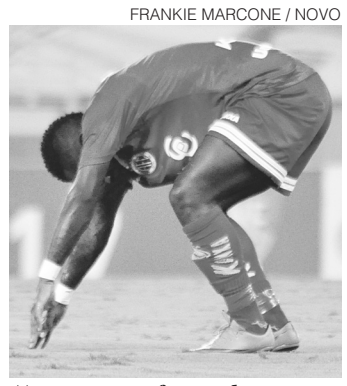
Esvaziada, a primeira e fracassada tentativa de escolher um novo presidente acabou estendendo a permanência de José Rocha à frente da agremiação da Rodrigues Alves. Agora, ele já admite a possibilidade de continuar no cargo ao longo do segundo semestre, embora garanta que deixará a cadeira mais importante da equipe assim que algum sócio-proprietário se prontificar a assumir o comando do clube.

"Eu vou continuando [na presidência] enquanto não aparecer interessados. Se amanhã aparecer alguém e o Conselho [Deliberativo] aprovar esse nome, deixarei o cargo para que essa pessoa possa administrar o clube", afirmou em entrevista ao NOVO por telefone.

Na reunião da terça, o Conselho Deliberativo homologou as renúncias de Beto Santos e José Medeiros e emitiu despacho dando legalidade ao mandato interino de José Rocha. O presidente de emergência tem atribuições legais idênticas àqueles eleitos por meio de votação direta.

Enquanto nenhum nome surge na mesa de eleições americanas, José Rocha e a comissão formada para gerir o futebol seguem fazendo a reformulação que julgam necessária ao clube, sobretudo no que diz respeito ao plantel alvirrubro, montado pela gestão anterior.

FRANKIE MARCONE / NOVO



// **Dija Baiano, foi um dos 12 dispensados pela diretoria rubra**

Desde a queda de Beto Santos, a gestão José Rocha já promoveu mudanças no comando técnico (troca de Flávio Araújo por Leandro Campos) e no grupo de jogadores da equipe. Até a manhã de ontem, 12 jogadores já haviam acertado suas rescisões contratuais com o clube, entre eles os atacantes Dija Baiano e Lúcio Curió.

Em entrevista ao NOVO na sexta-feira passada, o novo diretor de futebol do América, Eduardo Rocha, disse que as mudanças tinham como principal intuito "levantar a autoestima do torcedor", que anda descontente com os resultados obtidos pelo time dentro de campo. Além disso, segundo afirma José Rocha, as rescisões renderam ao Alvirrubro uma economia de R$ 2 milhões anuais e não geraram custos aos cofres rubros.

O cálculo do presidente americano se baseia nos salários que seriam pagos aos atletas até o fim da temporada. Com os acordos "amigáveis", conforme explicou o cartola, os jogadores receberam apenas vencimentos referentes ao mês de março, sem ser cobrada a multa por quebra de contrato. "Assim conseguimos fazer uma economia milionária, que nos permite agora trazer reforços para a Série D", aponta.

## América terá 'timaço' para a Série D, diz cartola

O América terá um grande elenco para disputar a Série D do Campeonato Brasileiro. Pelo menos é o que garante o presidente interino do clube, José Rocha. Em entrevista ao NOVO, o experiente cartola afirmou que "um timaço será montado para conquistar o acesso" para a terceira divisão nacional.

José Rocha não adiantou quais nomes estão sendo sondados pela diretoria e também não disse quando os primeiros reforços serão apresentados. O presidente adiantou apenas que a equipe de futebol, comandada por Eduardo Rocha, Paulinho Freire, Hermano Morais e Alex Padang, tem se reunido com o técnico Leandro Campos para alinhar a contratação de atletas.

Questionado sobre qual origem de recursos para aquisição de tais atletas, o mandatário rubro disse que daria um jeito. "Eu vivo futebol há muito tempo, sei como as coisas funcionam. Isso do dinheiro [para montagem do time] a gente dá um jeito. O que não pode é o América continuar nessa situação de hoje", defendeu.

No ato da sua apresentação, Leandro Campos cobrou a contratação de jogadores. Segundo o técnico Alvirrubro, o clube precisa contratar pelo menos nove jogadores para o início da Série D. José Rocha garantiu que a diretoria acatará o pedido do treinador.

## Federação define datas das finais do Estadual

O segundo jogo da final do Campeonato Potiguar será disputado no dia 1° de Maio (segunda-feira), feriado pelo Dia do Trabalhador. A partida está marcada para às 17h. A decisão foi anunciada pela assessoria da Federação Norte-riograndense de Futebo.

A princípio, o embate decisivo estava agendado para o dia 29 de abril, sábado. No entanto, o canal por assinatura Esporte Interativo, detentor dos direitos de transmissão do torneio, solicitou a mudança de data para adequação do evento à sua grade de programação. O pedido foi acatado pelo Conselho Técnico da FNF.

O primeiro jogo da final, por sua vez, segue mantido para o próximo sábado, dia 22, às 19h30. Desse modo, as equipes finalistas terão apenas dois dias e meio para organizar toda a logística necessária para o embate, incluindo a venda de ingressos para torcedores.

**O segundo jogo da final do Campeonato Potiguar**

1° de Maio, feriado pelo Dia do Trabalhador, às 17h.

// Finanças

## Clubes discutem isenção fiscal em reunião na Câmara Municipal

Representantes dos clubes de futebol da capital se reuniram com o presidente da Câmara Municipal do Natal, vereador Raniere Barbosa (PDT), para discutirem sobre um projeto que visa a isenção fiscal das instituições, além de assuntos relacionados ao esporte.

Para o vereador Paulinho Freire (SD), pelo fato de os clubes se tratarem de entidades sem fins lucrativos, havia um entendimento da lei até 2013. "Em 2014 foi mudada essa lei, prejudicando o esporte potiguar. Nos reunimos para que possamos fazer um apelo à prefeitura, já que os times da cidade não possuem a menor condição de pagar esses exorbitantes valores", disse.

Sancionada em dezembro de 2006, A Lei nº 11.438/06, ou simplesmente a Lei de Incentivo ao Esporte, é considerada como um importante instrumento para o setor.

Ela estimula pessoas e empresas a patrocinarem e fazerem doações para projetos esportivos e paradesportivos, em troca de incentivos fiscais, num trabalho conjunto entre governo e sociedade, com real aumento dos investimentos e benefícios diretos para a população.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
**7º OFÍCIO DE NOTAS - LUIS CELIO SOARES**
RUA LEÔNCIO ETELVINO DE MEDEIROS, 2935
CAPIM MACIO - NATAL/RN

**EDITAL DE INTIMAÇÃO**

Pelo presente, ficam intimados os devedores abaixo relacionados, para virem pagar títulos de suas responsabilidades ou darem as razões porque não o fazem, até o dia 26/04/2017.

| NOMES: | CNPJ/CPF: |
|---|---|
| CORPO MOLHADO MODA PRAIA E FITNESS LTDA | 22.923.964/0001-44 |
| D E F MANUTENCAO DE BOMBAS LTDA - ME | 16.416.340/0001-38 |
| F2 VIDEOS | 26.785.054/0001-01 |
| FRANCISCO CIDICLEY RIBEIRO | 012.668.364-62 |
| FRANSUILSON CORDEIRO DA SILVA | 702.324.804-86 |
| JOAO BATISTA DA SILVA | 277.809.534-91 |
| JOSE AVELINO DA SILVA FILHO | 875.491.904-53 |
| LUCIANO ALVES DE OLIVEIRA | 034.468.664-77 |
| MARIA JOSE DA SILVA | 702.053.684-09 |
| R E R ADVOCACIA ASESSORIA E CO | 06.979.552/0001-70 |
| VIVIANNE MOURA SILVA LEAND ME | 13.280.198/0001-56 |

NATAL, QUARTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2017
*Luis Celio Soares*
Oficial Titular

ATENÇÃO — Informamos que a partir do dia 02/05/2017, os títulos por editais passarão a ser publicados em nosso site www.7cartorio.com.br, de acordo com o art. 618 § 3º do código de normas do Estado do RN.



CAIXA — MINISTÉRIO DA FAZENDA — BRASIL GOVERNO FEDERAL

**AVISO DE VENDA**

**Leilão Público Nr 0008.0758/2017-RN**

**A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, por meio da Gerência de Filial – Alienar Bens Móveis e Imóveis/CE, torna público aos interessados que licitará pela maior oferta e por meio de lances, lotes dados em garantia de contratos de Penhor, podendo conter, em conjunto ou isoladamente, jóias, relógios, canetas, moedas, barras de ouro e demais objetos, vinculados a contratos de Penhor emitidos na agência CAICÓ/RN (0758), vencidos há mais de 30 dias. O Edital de Licitação, contendo as condições para habilitação, valores, prazos e demais disposições regulamentares do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados de 24/04/2017 a 12/05/2017, em horário bancário, na Agência da CAIXA situada à Av. Dr. Carlindo de Souza Dantas, 503 - Centro - Caicó/RN, na página da CAIXA na Internet HTTP://www11.caixa.gov.br/portal/public/sievj/overview/vitrine de joias na Gerência de Filial – Alienar Bens Móveis e Imóveis/CE - Representação Natal/RN, situada à Rua João Pessoa, 208, Anexo, Cidade Alta - Natal/RN. A exibição das imagens dos lotes ocorrerá no(s) dia(s) 08/05/2017 a 09/05/2017, no sítio da CAIXA na internet, no endereço HTTP://www11.caixa.gov.br/portal/public/sievj/overview/vitrine de joias, opção Vitrine de Joias. Os lances são efetuados nos terminais de autoatendimento localizados em qualquer agência da CAIXA no dia 09/05/2017, no horário de funcionamento das salas de Auto Atendimento. A divulgação do resultado da licitação será efetuada no dia 10/05/2017, nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Licitação e na página da CAIXA na Internet, no endereço HTTP://www11.caixa.gov.br/portal/public/sievj/overview/vitrine de joias, opção Resultados. Natal, 18 Abril de 2017.

**A COMISSÃO**



Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras de Serviços no Setor Elétrico do Estado do Rio Grande do Norte - SINTERN

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética e Empresas Prestadoras de Serviços no Setor Elétrico do Estado do Rio Grande do Norte – SINTERN, no uso de suas atribuições legais, conforme determina a legislação vigente e o estatuto do Sindicato, convoca os seus sócios que trabalham na Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, para se reunirem em Assembleias Gerais Extraordinárias, que serão realizadas em:

*Ceará Mirim na Av. Enéas Cavalcante, 1405 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*Açu, na Rua Augusto Severo, 78 Centro, no dia 24/04/2017 (segunda-feira) às 14h e 30min;
*Mossoró na Rua Dr. Almir de Almeida Castro, 310 Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14he 30min;
*Caraúbas na Rua Francisco Martins de Miranda, 402 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*Pau dos Ferros na Rua da Independência, 1142 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*Goianinha na Rua Abdon Grilo, 80 – Conjunto COHAB/Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*Natal na sede do SINSENAT a Rua Gonçalves Lêdo, 857 – Cidade Alta, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 17h e 30min;
*Caicó na Rua Professor José Gurgel de Araújo, 339 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*Currais Novos na Rua Coronel José Bezerra, 94 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;
*São Paulo do Potengi, na Rua General Dantas, 233 – Centro, no dia 24/04/2017 (segunda feira) às 14h e 30min;

As Assembleias serão realizadas em primeira convocação, nos locais e horários acima mencionados, com o quorum determinado pelo estatuto, e em segunda convocação, 30 (trinta) minutos após o horário estipulado, neste Edital, com qualquer número de associados, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Autorizar o Sindicato a negociar a Participação nos Lucros ou Resultados – PLR/2016 e os objetivos de 2017 cujo resultado será utilizado para pagamento da PLR em 2018 b) Definir a forma de distribuição da Participação nos Lucros ou Resultados – PLR 2016; c) Definir percentual da Contribuição Sindical sobre a PLR 2016; d) Autorizar a interposição de Reclamação Trabalhista, caso as negociações não sejam exitosas; e) Manter as Assembleias em aberto até o fechamento do Acordo, para o pagamento da participação dos Lucros e Resultados – PLR 2016.

Natal, 19 de abril de 2017.
A DIRETORIA



**EBI AFFORDABLE HOUSING INCORPORAÇÕES LTDA**
**CNPJ: 18.151.525/0001-93 - NIRE: 24200632698**
**ATA DE REUNIÃO DOS SÓCIOS DE SOCIEDADE LIMITADA**

EBI AFFORDABLE HOUSING INCORPORAÇÕES LTDA, sociedade limitada, com sede à Rua Francisco Maia Sobrinho, 1950, Sala 204, Edifício Plenarium, Lagoa Nova, CEP 59064-380, Natal/RN, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 18.151.525/0001-93, com atos constitutivos registrados na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Norte – JUCERN, sob o n.º 24200632698, com data de registro em 14.05.2013.

DATA/HORA E LOCAL - Aos 17 (dezessete) dias do mês de abril do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às dez horas, na sede desta sociedade, com sede e domicílio à Rua Francisco Maia Sobrinho, 1950, Sala 204, Edifício Plenarium, Lagoa Nova, CEP 59064-380, Natal/RN.

PRESENÇA - Foi realizada a assembleia de reunião com a presença de todos os sócios, alcançando o quórum para a realização da mesma.

COMPOSIÇÃO DA MESA – A sócia, GRUPO EBI WORLDWIDE LIMITED, ente jurídico de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 23.424.446/0001-49, empresa domiciliada no exterior, com sede e domicílio na Tigne Street No 12, Tigne Place, Office 2/1, SLM 3173, Sliema, República de Malta, foi designada como presidente da mesa, é neste ato representada por seu procurador, qual seja o Sr. DANILO BORINATO BATISTA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, nascido em 08.09.1983, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º 048.635.884-45, bem como na OAB/RN sob o n.º 6.592, domiciliado à Rua Coronel Miguel Arcanjo Galvão, 1950, Edifício Plenarium, sala 204, Lagoa Nova, Natal/RN CEP: 59064-560. A também sócia, EURO BRAZIL INVEST HOLLAND HOLDING B.V, ente jurídico de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.085.352/0001-43, empresa domiciliada no exterior, com sede e domicílio na Kabelweg 37, 1014 BA, Amsterdã, Reino dos Países Baixos (Holanda), foi designada como secretária da mesa, é neste ato representada por seu procurador, qual seja o Sr. DANILO BORINATO BATISTA, anteriormente qualificado.

ORDEM DO DIA – 1ª Designar a aceitação da redução do capital social da empresa, o qual passará do valor atual de R$100.000,00 (cem mil reais), equivalente a 100.000 (cem mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, para o valor de R$10.000,00 (dez mil reais), equivalente a 10.000 (dez mil) quotas, no valor nominal de R$1,00 (um real) cada, uma vez que o mesmo é excessivo para o seu objeto social, dispensando-se as prestações ainda devidas (CC/2002 Art. 1.082, Inciso II e Art. 1.084).

DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS – Após a leitura da indicação constante na ordem do dia, que foi posta em discussão e votação, sendo aprovado por unanimidade sem reservas e restrições.

ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO DA ATA – Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os sócios, os quais tem ciência e declaram que a presente reunião dos sócios foi instalada e conduzida respeitando o Art. 1071, inciso II, e Art. 10763, inciso 1076, todos do Código Civil e demais disposições contratuais.

GRUPO EBI WORLDWIDE LIMITED.,
neste ato devidamente representada por seu procurador,
o Sr. DANILO BORINATO BATISTA.
Presidente

EURO BRAZIL INVEST HOLLAND HOLDING B.V,
neste ato devidamente representada por seu procurador,
o Sr. DANILO BORINATO BATISTA
Secretária

LAURENT ADRIAAN VAN DER ENDE,
neste ato devidamente representado por seu procurador,
o Sr. DANILO BORINATO BATISTA
Sócio

ROSALIE ROXANNE VAN DER ENDE,
neste ato devidamente representada por seu procurador,
o Sr. DANILO BORINATO BATISTA
Sócia

DANILO BORINATO BATISTA.
Administrador

Visto do Advogado:
DANILO BORINATO BATISTA
OAB/RN n.º 6.592

# GE SÃO BENTO DO NORTE S.A.

COPEL

PARANÁ

**CNPJ Nº 12.723.384/0001-50**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**AOS ACIONISTAS**

A administração da GE São Bento do Norte S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da companhia relativos ao exercício de 2016, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa as contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

**AQUISIÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E OPERAÇÃO COMERCIAL**

Em 16 de outubro de 2014 a COPEL adquiriu 100% do empreendimento, sendo que, a partir do dia 25 de fevereiro de 2015 teve início a operação comercial do Parque Eólico. Localizado no Rio Grande do Norte, o parque possui uma capacidade instalada de 30,0 MW e garantia física de 14,6 MW médios. A energia produzida foi comercializada no 2º Leilão de Fontes Alternativas, realizado em 2010, ao preço médio de R$ 133,97/MWh.

| Complexo Eólico | Leilão [1] | Capacidade Instalada (MW) | Garantia Física (MWméd) | Geração (GWh) | Preço [2] | Vencimento da Autorização |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GE São Bento do Norte S.A. | 2º LFA (26/08/2010) | 30,0 | 14,6 | 138,6 | 205,57 | 18.05.2046 |

[1] LFA - Leilão de Fontes Alternativas/ LER - Leilão de Energia de Reserva.
[2] Preço em dezembro de 2016.

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

| Em R$ mil (exceto quando indicado de outra forma) | 2016 | 2015 | variação % |
|---|---|---|---|
| **Indicadores Contábeis** | | | |
| Ativo total | 141.808 | 142.302 | (0,3) |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6.405 | 3.938 | 62,6 |
| Dívida total | 87.275 | 92.362 | (5,5) |
| Dívida líquida | 80.870 | 88.424 | (8,5) |
| Receita operacional bruta | 25.149 | 28.731 | (12,5) |
| Deduções da receita | 926 | 1.109 | (16,5) |
| Receita operacional líquida | 24.223 | 27.622 | (12,3) |
| Custos e despesas operacionais | 11.436 | 24.275 | (52,9) |
| Resultado das atividades | 12.787 | 3.347 | 282,0 |
| EBITDA ou LAJIDA | 19.287 | 9.774 | 97,3 |
| Resultado financeiro | (7.035) | (6.686) | 5,2 |
| IRPJ/CSLL | 1.059 | 1.366 | (22,5) |
| Lucro operacional | 5.752 | (3.339) | (272,3) |
| Lucro líquido/prejuízo do exercício | 4.693 | (4.705) | (199,7) |
| Patrimônio líquido | 52.029 | 47.336 | 9,9 |

| Indicadores Econômico-Financeiros | | | |
|---|---|---|---|
| Liquidez corrente (índice) | 1,4 | 1,0 | 42,8 |
| Liquidez geral (índice) | 0,4 | 0,3 | 30,3 |
| Margem do EBITDA ou LAJIDA (%) | 79,6 | 35,4 | 125,0 |
| Dívida sobre o patrimônio líquido (%) | 167,7 | 195,1 | (14,0) |
| Margem operacional (lucro operacional/ receita operacional líquida) (%) | 23,7 | (12,1) | (296,4) |
| Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%) | 19,4 | (17,0) | (213,7) |
| Participação de capital de terceiros (%) | 63,3 | 66,7 | (5,1) |
| Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (1) | 9,9 | (13,1) | (176,0) |

(1) LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. São Bento do Norte/RN, 12 de abril de 2017.

**Fabio Antonio Dallazem**
**Diretor Presidente**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
**levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

| ATIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.405 | 3.938 |
| Clientes | 5 | 4.584 | 5.108 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 13 | 1 |
| Outros tributos a recuperar | | 45 | - |
| Partes relacionadas | 6 | 1.935 | - |
| | | **12.982** | **9.047** |
| **Não Circulante** | | | |
| **Realizável a Longo Prazo** | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 7 | 8.581 | 7.691 |
| Partes relacionadas | 6 | 10.964 | 9.660 |
| | | **19.545** | **17.351** |
| **Imobilizado** | 8 | **109.281** | **115.904** |
| | | **128.826** | **133.255** |
| **Total do Ativo** | | **141.808** | **142.302** |

| PASSIVO | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | 1.910 | 1.582 |
| Fornecedores | | 100 | 13 |
| Imposto de renda e contribuição social | | 322 | 628 |
| Outras obrigações fiscais | | 151 | 312 |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 6.713 | 6.630 |
| Outras contas a pagar | | 13 | 1 |
| | | **9.209** | **9.166** |
| **Não Circulante** | | | |
| Partes relacionadas | 6 | - | 60 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 7 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 9 | 80.562 | 85.732 |
| Provisões para litígios | 10 | 1 | - |
| | | **80.570** | **85.800** |
| **Patrimônio líquido** | | | |
| Capital social | 11.1 | 39.087 | 39.087 |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | 11.2 | 15.997 | 15.997 |
| Prejuízos acumulados | | (3.055) | (7.748) |
| | | **52.029** | **47.336** |
| **Total do Passivo** | | **141.808** | **142.302** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Receita Operacional Líquida** | 12 | **24.223** | **27.622** |
| **Custos Operacionais** | 13 | **(9.041)** | **(21.197)** |
| **Lucro Operacional Bruto** | | **15.182** | **6.425** |
| **Outras Despesas Operacionais** | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 13 | (2.317) | (3.078) |
| Outras despesas operacionais | 13 | (78) | - |
| | | **(2.395)** | **(3.078)** |
| **Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos** | | **12.787** | **3.347** |
| **Resultado Financeiro** | 14 | | |
| Receitas financeiras | | 1.698 | 1.459 |
| Despesas financeiras | | (8.733) | (8.145) |
| | | **(7.035)** | **(6.686)** |
| **Lucro (Prejuízo) Operacional** | | **5.752** | **(3.339)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | 15 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (1.060) | (1.358) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 1 | (8) |
| | | **(1.059)** | **(1.366)** |
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | | **4.693** | **(4.705)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício** | **4.693** | **(4.705)** |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| **Resultado Abrangente do Exercício** | **4.693** | **(4.705)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

| | NE nº | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | | **4.693** | **(4.705)** |
| **Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais:** | | | |
| Encargos e variação monetária de empréstimos e financiamentos | 9.2 | 8.597 | 7.936 |
| Imposto de renda e contribuição social | 15 | 1.060 | 1.366 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 7 | - |
| Depreciação do imobilizado | 8 | 6.500 | 6.427 |
| Provisão para litígios | | 1 | - |
| | | **20.858** | **11.024** |
| **Redução (aumento) dos ativos** | | | |
| Clientes | | 524 | (11.309) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (12) | 29 |
| Outros tributos a recuperar | | (45) | - |
| | | **467** | **(11.280)** |
| **Aumento (redução) dos passivos** | | | |
| Partes relacionadas | | 267 | - |
| Fornecedores | | 316 | (4.303) |
| Outras obrigações fiscais | | (161) | 270 |
| Outras contas a pagar | | 12 | - |
| | | **434** | **(4.033)** |
| **Caixa Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **21.759** | **(4.289)** |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (1.366) | (833) |
| Encargos de empréstimos e financiamentos pagos | 9.2 | (7.401) | (7.591) |
| **Caixa Líquido Gerado (utilizado) pelas Atividades Operacionais** | | **12.992** | **(12.713)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento** | | | |
| Aplicações financeiras | | (890) | (7.691) |
| Créditos concedidos a partes relacionadas | | (3.239) | - |
| Aquisições de imobilizado | | (114) | (115) |
| **Caixa Líquido utilizado pelas atividades de Investimento** | | **(4.243)** | **(7.806)** |
| **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento** | | | |
| Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos | 9.2 | (6.283) | (6.294) |
| Ingresso de obrigações com partes relacionadas | | 1 | - |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | | - | 15.997 |
| **Caixa Líquido (utilizado) Gerado pelas Atividades de Financiamento** | | **(6.282)** | **9.703** |
| **Total dos Efeitos no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **2.467** | **(10.816)** |
| Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 3.938 | 14.754 |
| Saldo final de caixa e equivalentes de caixa | 4 | 6.405 | 3.938 |
| **Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa** | | **2.467** | **(10.816)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

| | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|---|---|---|---|---|
| **Saldo em 1º de janeiro de 2015** | **39.087** | **-** | **(3.043)** | **36.044** |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 15.997 | - | 15.997 |
| Prejuízo do exercício | - | - | (4.705) | (4.705) |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2015** | **39.087** | **15.997** | **(7.748)** | **47.336** |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 4.693 | 4.693 |
| **Saldo em 31 de dezembro de 2016** | **39.087** | **15.997** | **(3.055)** | **52.029** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**
**em milhares de reais**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A GE São Bento do Norte S.A. (Companhia), é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de São Bento do Norte, estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica. O vencimento da autorização da Usina Eolioelétrica - EOL Dreen São Bento do Norte, de acordo com a Portaria MME nº 310/2011, é em 18.05.2046. Para a produção de energia, existem contratos firmados de compra e venda de energia no ambiente regulado - CCEARs, na modalidade disponibilidade de energia elétrica, na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, decorrente do resultado do 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativa de Geração, realizado em agosto de 2010. Foi vendida para distribuidoras por um prazo de 20 anos, a partir de setembro de 2013. A Companhia tem como compromisso obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei. Em 31.12.2016, a Companhia possui a licença de operação nº 2013-065374/TEC/LO-0508, emitida pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - Idema, com validade até 1º.08.2017, para operação de central geradora eólica com potência de 30 MW/h e 15 aerogeradores.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO**

**2.1 Declarações de conformidade -** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 12.04.2017. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4.1 Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e * NE nº 3.7 - Arrendamentos. **2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: * NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado; * NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos; * NE nº 3.4 - Provisões; * NE nº 3.5 - Receita não faturada; * NE nº 3.5 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e * NE nº 3.6 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

**3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

**3.1 Instrumentos financeiros -** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir. **Ativos financeiros - 3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado. **3.1.2 Empréstimos e recebíveis -** Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva. **3.1.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda -** São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício. **3.1.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento -** Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia têm intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. **Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio - 3.1.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. **3.1.6 Outros passivos financeiros -** Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.1.7 Baixas de passivos financeiros -** Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.2 Imobilizado -** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo. Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário. Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa. **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos -** Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente. **3.3.1 Ativos financeiros -** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis. **3.4 Provisões -** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.5 Apuração do resultado -** As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento. A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados (CCEARs) e a estimativa na liquidação da energia vendida na CCEE. **3.6 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo "Lucro Presumido". O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto). O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos. **3.7 Arrendamentos -** Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais. **3.8 Novas normas que ainda não entraram em vigor -** Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2016. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada. As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir: **3.8.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros -** O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida. Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado. Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre constantemente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito. No que tange as modificações relacionadas a contabilização de hedge, a IFRS 9 mantem os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade. Com a adoção inicial aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico. Com relação às mudanças ao cálculo de impairment de instrumentos financeiros, a Companhia está avaliando os eventuais impactos da adoção desta norma. **3.8.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes -** O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas. Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Em suma, pelos novos requerimentos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecer um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes. A IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento, e preliminarmente, avalia que tendem a não ser relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.8.3 IFRS 16 – Arrendamentos -** Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. Ou seja, o que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantem os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento. **3.8.4 Alterações ao IAS 12 / CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas -** Emitidas em 19.01.2016, as alterações ao IAS 12 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática. As alterações ao IAS 12 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 12 tende a não causar impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.8.5 Alterações ao IAS 7 / CPC 03 - Iniciativa de divulgação -** Emitidas em 29.01.2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento. Para tanto, o IASB exige que sejam divulgadas as seguintes variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento: (i) alterações de fluxos de caixa de atividades de financiamento; (ii) variações decorrentes da obtenção ou perda do controle de subsidiárias ou de outros negócios; (iii) efeito de variações cambiais; (iv) variações de valores justos; e (v) outras variações. O IASB define passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento". Salienta também que as novas exigências de divulgação referem-se similarmente às alterações nos ativos financeiros, caso estes atendam à mesma definição. Por último, as alterações indicam que as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das alterações de outros ativos e passivos. As alterações ao IAS 7 serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2017, sendo permitida sua adoção antecipada. Uma vez que as alterações foram divulgadas em um intervalo de tempo menor que um ano antes do período obrigatório de adoção, as entidades ficam desobrigadas de publicação de informações comparativas na adoção inicial das alterações. A Companhia avalia que a aplicação das alterações ao IAS 7 implicará em alterações na abertura de classificação de valores das demonstrações de fluxo de caixa da companhia para os períodos futuros, sem outros impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.8.6 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira -** Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contraparitda paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC, a Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **3.8.7 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento -** Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não possui propriedade para investimento, portanto não haverá impactos destas alterações em suas demonstrações financeiras.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| Caixa e bancos conta movimento | 846 | 870 |
| Aplicações financeiras de liquidez imediata | 5.559 | 3.068 |
| | **6.405** | **3.938** |

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas em 100,2% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

**5. CLIENTES**

| | Saldos vincendos | Vencidos até 90 dias | Vencidos há mais de 90 dias | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Concessionárias e permissionárias** | | | | | |
| **Suprimento de energia elétrica** | | | | | |
| Receita faturada | - | 492 | 1.991 | 2.483 | 645 |
| Receita não faturada | 2.101 | - | - | 2.101 | 4.463 |
| | **2.101** | **492** | **1.991** | **4.584** | **5.108** |

Os valores vencidos há mais de 90 dias referem-se às operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, sem risco de crédito.

**6. PARTES RELACIONADAS**

| | 31.12.2016 | 31.12.2015 |
|---|---|---|
| **Ativo circulante (a)** | | |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. | 1.924 | - |
| Entidade sob controle comum - GE Olho D'Água S.A. | 11 | - |
| Entidade sob controle comum - GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas, e estas fazem transferências financeiras entre si, visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 9). **c)** Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e não tem planos de benefícios de longo prazo. | 10.814 | 9.660 |
| | 150 | - |
| **Passivo circulante** | | |
| Entidade sob controle comum – Copel Renováveis S.A. (c) | 1.849 | 1.582 |
| Entidade sob controle comum - GE Farol S.A.(a) | 59 | - |
| Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. (a) | 2 | - |
| **Passivo não circulante (b)** | | |
| Entidade sob controle comum - GE Farol S.A. | - | 60 |

**a)** Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2017. **b)** A São Bento Energia, Investimento e Participações S.A, na qualidade de interveniente junto aos financiamentos do BNDES com as suas controladas GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., recebe e faz transferências financeiras para suas controladas, e estas fazem transferências financeiras entre si, visando manter os saldos relativos a cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas, conforme exigência contratual (NE nº 9). **c)** Em 2015 e 2016, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. A Companhia não efetuou, no exercício, nenhum pagamento a título de remuneração a seus Administradores e não tem planos de benefícios de longo prazo.

**7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por me

# Flashes do Seridó

por Carlos Magno
*cmdantas@novonoticias.com*

CEDIDA

//EM LISBOA - **Ginecologistas caicoenses Robinson Dias de Medeiros e Núbia Eleonora, no restaurante Solar dos Presuntos, em Lisboa**

## Nupcial

Maria Júlia, filha de Eliene Moura e José Gentil Fernandes de Medeiros, e Thulio Sales, filho de Ivaneide Soares e José Dantas de Araújo, trocam o sim dia 6 de maio, na Matriz de Nossa Senhora da Guia, em Acari. A recepção, que deve congregar muitos nomes conhecidos, ocorrerá na chácara Monte Alegre, nos arredores de Tenente Laurentino Cruz.

## Turismo

Diogo Vale, secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Caicó, participou em Brasilia do 3º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turistas e Patrimônio Mundial. Os ministros da Cultura, Roberto Freire e do Meio Ambiente, Sarney Filho, prestigiaram o evento. O objetivo do encontro foi planejar e consolidar ações para gestão das cidades históricas brasileiras, das quais a Capital do Seridó faz parte.

## Forró

O prefeito de Santana do Seridó, Hudson Pereira de Brito quer fazer a maior festa junina da nossa região, com 3 dias de festas, entre os dias 9 e 11 de junho. É o tradicional Santo Antonio do Povo, que chega à sua 21ª edição e foi idealizado por ele no seu segundo mandato. Sua equipe mantém contatos para a contratação das atrações.

## Acabou

O Baile dos Coroas de Caicó, que durante décadas foi o evento mais badalado do Rio Grande do Norte, reunindo sempre as figuras mais expressivas no mundo social, empresarial e político do Estado, ao que tudo indica, não mais vai rolar este ano. O evento vinha a cada ano perdendo seu prestígio e o seu glamour.

## Herdeiro

Muita gente não sabe, mas o saxofonista Carlos Guedes, que tem feito estrondoso sucesso nos principais eventos sociais do Seridó, é neto do saudoso maestro carnaubense Felinto Lúcio Dantas que em 1997 teve a sua música sacra "A Quinta Novena", executada em missa na Catedral do Rio de Janeiro, com a presença do papa João Paulo II.

## Reencontro

A Festa do Reencontro de São João do Sabugi já tem data pra acontecer. O principal evento social da festa do padroeiro São João Batista, será dia 17 de junho, na área de lazer da Maçonaria. Na animação, a fantástica banda Feras de Parelhas e a participação especial do cantor Rodolfo Lopes.

## Safadão

Wesley Safadão é a grande atração da 44ª Vaquejada de Currais Novos, dia 16 de julho. Agora de novo visual, com cabelos curtinhos, o cantor cearense vai se revezar no palco com os seridoenses Giullian Monte e Pedrinho Pegação. A turma jovem seridoense vai bater o ponto.

MIGUEL ÂNGELO

//PASSARELA - **Toda a beleza de Viviane Gomes, 17 anos, 1,74m, 55kg, candidata de Parelhas no concurso Miss Seridó 2017**

MIGUEL ÂNGELO




//A BELA - **Karinne Azevêdo, 17 anos, 1,67m, 53kg, vai tentar conquistar a terceira coroa de Miss Seridó para Carnaúba dos Dantas**

MIGUEL ÂNGELO

//MODELO - **Luiz Henrique, 17 anos, 1,80m, 73kg, candidato de Equador no concurso Mister Seridó 2017**

## Lamento

Parelhas ficou menor com o falecimento do bioquímico Manuel Marques, uma figura de muitos amigos na medicina seridoense. Deixa como legado a forma feliz como sempre encarou a vida e o amor pela família, pelos amigos e pela profissão.

## Preparativos

O trio Marileni Brito, Ítalo Vale e o decorador top Emanoel Araújo realiza a 2ª edição do ExpoFestas de Caicó, dias 10 e 11 de maio, no Cellebre Recepções. A feira vai reunir 26 profissionais em diferentes áreas no ramo de festas de casamentos, formaturas, baile de debutantes e festas infantis.

## Via Sacra

Mesmo sem o apoio do Governo do Estado, que através da Secretaria Estadual de Turismo deveria incentivar as tradições culturais no interior, a encenação da Paixão de Cristo na Praça dos Romeiros, em Carnaúba dos Dantas, foi um belíssimo espetáculo, assistido por mais de 9 mil peregrinos e visitantes de várias partes do Nordeste. O evento já está consagrado como o segundo maior do Brasil, depois de Nova Jerusalém-PE.

## TINTIM

Os parabéns pra você serão cantados hoje para a ginecologista e grande dama da sociedade caicoense, Anaíse Dias, ex-prefeito de Ouro Branco, Nilton Medeiros e o procurador Nivaldo Brum Saldanha. Amanhã é dia de parabenizar a juíza caicoense Maria Soledade Araújo Fernandes, Sílvio Augusto Freire e a médica e ex-Miss Seridó, Rita de Cássia Fausto de Azevedo. No sábado, brinda idade nova o presidente da FEMURN, Benes Leocádio e a ex-prefeita de Jardim do Seridó, Maria José Lira de Medeiros. No domingo, rasga folhinha a engenheira e ex-Miss Santa Cruz, Rafaela Thais e na segunda-feira, a caicoense Patrícia Figueiredo e o secretário municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes de Natal, o advogado currais-novense Carlson Gomes de Oliveira. Festa terça-feira, para o engenheiro agrônomo Roberto Luiz Dias Florêncio.

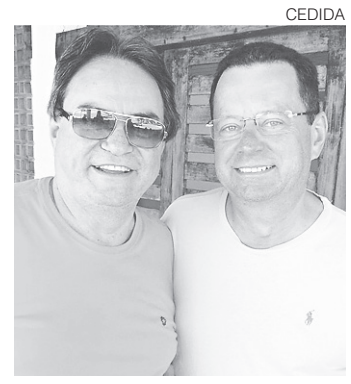
## MOVIMENTO

*O casal de ginecologistas Núbia Eleonora e Robinson Dias de Medeiros retornando de Portugal, onde passaram a Semana Santa.
***O empresário seridoense Carlos Magno Dantas de Medeiros, o mandachuva da Inaraí Tour, vai ganhar jantar de adesão quinta-feira, no Renata Motta Recepções, após receber o título de Cidadão Natalense, às 18h30, na Câmara Municipal de Natal.**
*O cantor sertanejo Pedro Lucas confirmadíssimo na 8ª edição da Noite Branca, que rola dia 21 de julho, na pousada Céu Azul, com o tema "Alice no País das Maravilhas".
***Osair Vasconcelos, um dos grandes nomes do jornalismo potiguar, será muito parabenizado, quarta-feira, quando completa idade nova. Daqui deste canto de página nosso abraço de parabéns.**
*O ex-presidente da Câmara Municipal de Caicó, Nildson de Medeiros Dantas deve disputar mandato de deputado estadual no próximo ano.
***O Ministério do Turismo, através de uma emenda parlamentar do deputado federal Walter Alves, liberou a primeira parcela no valor de R$ 195 mil que vai viabilizar a revitalização da praça Dom José Delgado, em Caicó.**
*O escritor acariense Humberto Hermenegildo de Araújo lança hoje, às 18h30, na Academia Norte-rio-grandense de Letras o seu livro "Rastejo".
***Roberto Lopes nos últimos ajustes para a festa de aclamação de Guilhermina Moura e José Paiva Lopes Neto, como Miss e Mister Ipueira 2017, agendado para o dia 20 de maio.**
*Por iniciativa do vereador Girlene Edson, a Câmara Municipal de Acari promoveu ontem, a eleição da Câmara Mirim, cuja posse dos eleitos ocorrerá no dia 26 de abril. Dezoito estudantes disputaram as nove vagas do legislativo mirim.
***O prefeito de Carnaúba dos Dantas, Gilson Dantas tem ido buscar recursos no Ministério do Turismo para viabilizar obras importantes no município, considerado um potencial turístico da nossa região.**
* O maestro seridoense Humberto de Souza, que há vários anos comanda a famosa Orquestra Los Manos, agora brilha também como comentarista esportivo da CBN e TV Tropical, onde vem dando show.
***Carlos César Medeiros Câmara e Maria Eduarda Souza de Medeiros, serão os representantes de São José do Seridó, no Miss e Mister Seridó 2017, dia 15 de julho, no Ginásio Ovídio Dantas, em Parelhas.**
*O deputado estadual Vivaldo Costa foi o único político a comparecer ao espetáculo da Paixão de Cristo, sexta-feira, em Carnaúba dos Dantas.
***A Associação dos Criadores do Seridó, presidida por Sérgio Torres, vai assumir o controle do Parque de Exposições Monsenhor Walfredo Gurgel, em Caicó.**

CEDIDA

//CARINHO - **O querido casal Mariberto Bezerra Dantas e Celi Regina, brindado o aniversário da filha Marília Dantas**

CEDIDA

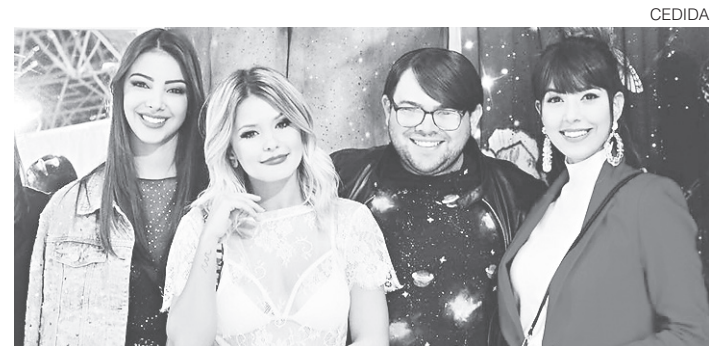


//CONTERRÂNEOS - **Júnior Gomes e o secretário de Habitação de Natal, Carlson Gomes, que aniversaria segunda-feira, durante o Moto Fest de Currais Novos**

CEDIDA

//POR AÍ - **Empresários Eider Medeiros e Jacqueline Medeiros, longe das atividades empresariais e políticas, em circulada por Peulla - Los Lagos, no Chile**

CEDIDA



//MODA - **O fashion designer cruzetense Willamy Galvão em pose com as blogueiras Gabriela Sales, Mariana Dalas e Raiza Marinari durante a 20ª edição do Minas Trend, em Belo Horizonte**

CLÍNICA DE OLHOS SANTA BEATRIZ
Visão além do alcance.
santabeatriz.com.br
(84) 3344.7788

# Daniela Freire

danielafreire@novonoticias.com

INSTAGRAM / REPRODUÇÃO

// **Deputado Rafael Motta participando da solenidade em homenagem ao Dia do Índio, nesta quarta-feira, na Câmara Federal**

## Condecorado

O deputado federal Rafael Motta (PSB) será homenageado nesta quinta-feira (20), em Brasília. O parlamentar receberá a Condecoração Ordem de Rio Branco no grau de Grande Oficial, em solenidade programada para ocorrer, às 12h, no Palácio Itamaraty.
A Ordem de Rio Branco é uma condecoração do Palácio do Itamaraty e foi instituída no ano de 1963, com o objetivo de estimular a prática de ações e feitos dignos de honrosa menção.

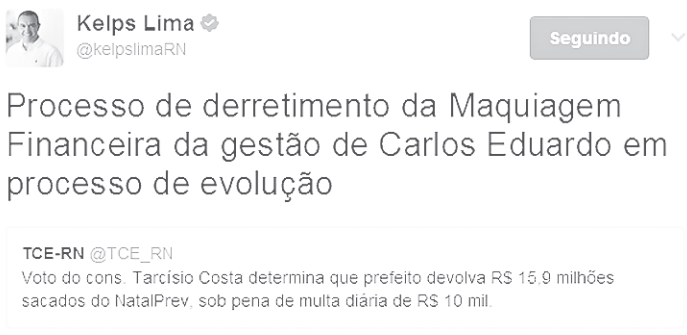
## Inelegível

O Plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (19) o Projeto de Lei do Senado (PLS) 209/2008 - Complementar, do senador Cristovam Buarque (PPS-DF), que torna inelegível o agente público denunciado por prostituição infantil.
Pelo texto, o condenado fica impedido de assumir qualquer cargo se estiver respondendo judicialmente a imputações de envolvimento direto ou indireto com tal crime quando denunciada pelo Ministério Público.

## Saúde on line

Nesta terça-feira (18), o plenário da Câmara Municipal de Natal aprovou um projeto de lei apresentado pela vereadora Nina Souza (PEN) que institui o Programa Saúde Digital. Trata-se do agendamento, em formato online, de consultas, exames e demais procedimentos médicos no âmbito do Município. De acordo com a autora da matéria, este tipo de marcação deve estar disponível para todos os cidadãos, com direito à escolha de melhor data, horário e especialidade, respeitada a ordem cronológica das requisições e as prioridades previstas em lei.

TWITTER / REPRODUÇÃO




// **O deputado Kelps Lima comemorou nas redes sociais a decisão do TCE sobre a devolução do dinheiro sacado do NatalPrev pelo prefeito Carlos Eduardo Alves**

## Derrota

O prefeito Carlos Eduardo Alves cutucou a onça com vara curta e ontem viu a Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) determinar a devolução dos R$ 15,8 milhões sacados do Fundo Capitalizado de Previdência para pagamento de aposentados e pensionistas vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência (FUNFIPRE), entre outras coisas, como o bloqueio desse valor, caso não seja comprovada a devolução, num prazo de 15 dias.
A decisão foi fruto de voto do conselheiro Tarcísio Costa, relator do processo impetrado pelo deputado estadual Kelps Lima. E o voto do relator foi acompanhado pelos demais membros da Câmara, a conselheira Maria Adélia Sales e o conselheiro Carlos Thompson Fernandes.

## Intervenção

Durante a discussão do caso, o advogado do deputado Kelps fez sustentação oral. E sugeriu a possibilidade de o TCE determinar uma intervenção na Prefeitura de Natal, no sentido de que haja uma incursão do Tribunal de Contas nos negócios do Executivo.

## Jabuticaba

O conselheiro Carlos Thompson aproveitou para comparar a prática de antecipação de receita orçamentária que o Executivo Municipal tenta praticar com "uma espécie de jabuticaba", fruta típica brasileira.

## Nunca antes da história

Já o relator, conselheiro Tarcísio Costa, foi firme ao taxar a desobediência à decisão do Tribunal de Contas como um atentado ao próprio Estado Democrático de Direito. "Nunca antes na historia desse tribunal houve um descumprimento de tamanha gravidade a uma decisão desta Corte", afirmou Tarcísio Costa.

## Opinião

"A delegada da Polícia Civil Sheila Freitas, uma mulher destemida e muito corajosa, assume hoje a pasta da Segurança Pública do RN. É um nome forte, e tenho convicção de que ela vai realizar um grande trabalho à frente da Sesed. A missão é árdua, mas juntos somos mais fortes". Do governador Robinson Faria em sua conta pessoal no Twitter, nesta quarta-feira, sobre a escolha da nova secretária de Segurança do Estado.

## CONTRÁRIO AO TRABALHADOR

**Sobre a votação, que começou nesta terça-feira à noite com derrota, na Câmara Federal, do requerimento de urgência da Reforma Trabalhista:**

**Deputado federal Jorge Solla (PT-BA):** *"Golpe escancarado na Câmara. Deputado Rodrigo Maia põe em votação de novo (nesta quarta) urgência da Reforma Trabalhista, derrotada ontem (terça). Constituição no lixo!".*

**Deputada federal Luiza Erundina:** *"Maia repete artimanha de Cunha e recoloca urgência da reforma trabalhista em votação".*

## Pressão contra

Parece que foi tensa para o deputado Rogério Marinho a tentativa de votar em regime de urgência a reforma trabalhista nesta terça-feira à noite na Câmara Federal. Relator da matéria, o parlamentar do RN viu o placar registrar 27 votos a menos do que o necessário para a aprovação.

## Golpista

Além disso, também nesta terça-feira, Rogério foi chamado de "golpista" e de "traidor" ao chegar para uma audiência pública onde ele explicaria a trabalhadores, centrais sindicais e representantes da Justiça o motivo da urgência. "Ao ser recebido em um dos plenários da Câmara, Marinho foi vaiado, inclusive por centrais sindicais próximas ao governo. 'Você me respeite', gritou o parlamentar a um dos presentes, para em seguir ouvir um coro de 'golpista'", contou reportagem da revista Carta Capital.

DIVULGAÇÃO

// **Inverno 2017: Desfile A.Niemeyer no SPFW**

CEDIDA

// **A jornalista Suzana Schott está de volta a Natal após dias românticos em Londres, onde, além de muita felicidade, exibiu óculos da nova coleção da Goose Eyewear**

# Giro pelo Twitter...

***...do repórter político George Marques:*** *"Braço direito de Temer, ministro Eliseu Padilha tratou de propinas nos governos FHC, Lula e Dilma, segundo delatores";*

***...da Revista Fórum:*** *"Marco Aurélio Garcia relembra uma frase que ouviu de Roberto Marinho, ao explicar por que a Globo apoiou Collor em 1989: 'Era filho de um amigo meu, um rapaz de boa aparência, falava línguas. Eu achei que daria um bom presidente.' Garcia adverte: as Organizações Globo podem estar empenhadas em repetir a dose de 1989 e inventar um novo Collor";*

***...do Diário do Poder:*** *"Lava Jato: STF abre sindicância para apurar vazamento da Lista de Fachin, com enrolados com a Odebrecht".*

# Chrystian de Saboya

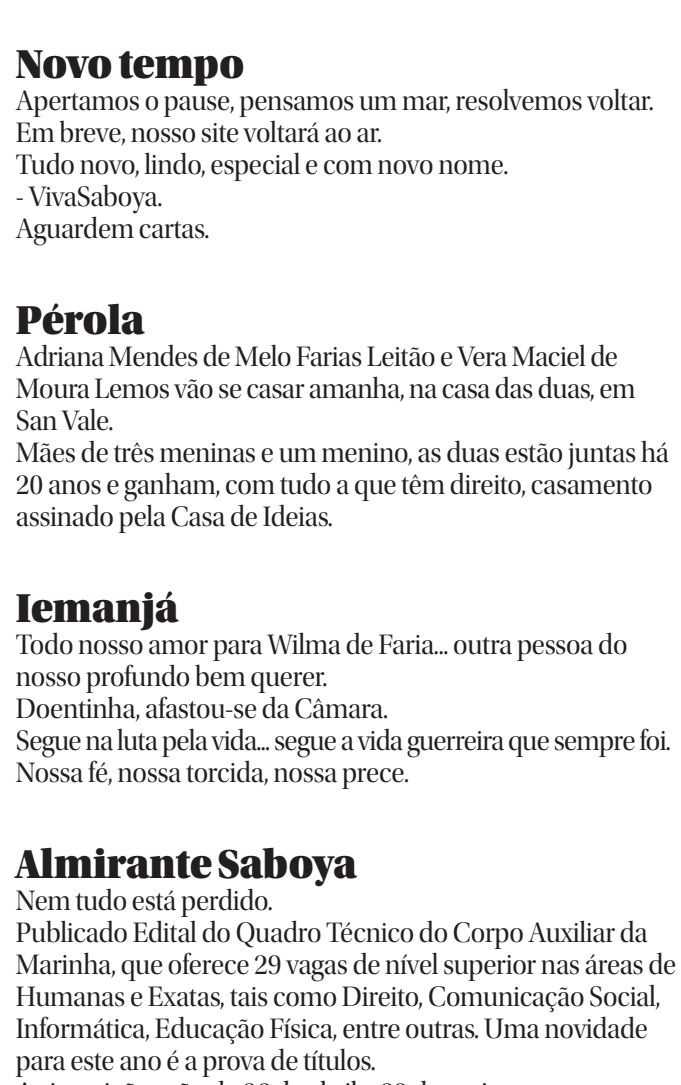
*desaboya@novonoticias.com*

*Gente do bem... não denigre ninguém!*

## MEUS OLHOS MOLHADOS INSANOS DEZEMBROS MAS QUANDO ME LEMBRO SÃO ANOS DOURADOS

Bateu saudade de Geraldo Melo e Edinólia, casa tão linda que é, tão queridos que são!
E vontade de escrever sobre a casa de frente ao, hoje, Arena das Dunas, Projeto de Geraldo José Santana, arquiteto pernambucano, coberta pelas cerâmicas de Brennand, sempre aberta para um passado lindo, glorioso.
Sem fim de gerações dos Melo, que por ali caramelo, floraram naquela casa...
Geraldo e Edinólia criaram filhos e netos, bisnetos que chegaram...
Seus jardins seguem lindos – e bem cuidados. Por anos Dona Carmita, conhecida no passado, pernambucana, que a decorava anualmente, foi a responsável pelas belezas que aconchegavam o lar dos Melo...

A Casa de Geraldo Melo, conhecida assim desde sempre, foi palco de decisões importantes da política potiguar, onde a cúpula da política do Rio Grande do Norte tomou decisões tantas. Tancredo Neves, Dr. Ulysses... muitos passaram pela linda construção da Lima e Silva, 1485.
Saudoso, Aluisio Alves gostava de reunir-se ali, de partir, dali, para os caminhares tantos.
De 1979 até hoje, a Casa de Geraldo Melo é um presente para Natal – como presentes são os dois, sua família, seus corações.



**JANE E TARZAN**
**Queridos duma vida, Olga Portela e George Issa em tarde de brindes e alegrias mis**

**SEREIA DO MAR**
**Neiva Paffetti, arrancando aplausos no Manary por sua competência e suspiros pela beleza: arra!**

**GOGÓ DE OURO**
**Potiguar também faz sucesso com música sertaneja. Metido, o talentoso Valber Fernandes se apresenta hoje, na Pink e sua banda já em carreira festejada na cidade desde 2011. Juntos abalam o público amante da música e se orgulham de tocar hits mis em eventos, bares e felicidades outras. Nós somos fãs!**

**FÃ**
**Alexandre dias e Kelly inauguram, pra ninguém botar defeito, a nova Bontempo. Evento Casa de Ideias – e festa pra ninguém botar defeito. Na Hermes, projeto de Maravilha Bezerro e... aguardem o pipouco!**

**O QUATRILHO**
**Inseparáveis, adoráveis e do bem... Gracita de Ciro, Ciro de Gracita, Ana de Antonio e Antonio de Ana: pronto!**

**BÁLSAMO**
**Ensolarada, voz linda, repertório luz: ouvir Lene Macedo é, de verdade, inebriar-se de candura e amor**

## Novo tempo

Apertamos o pause, pensamos um mar, resolvemos voltar.
Em breve, nosso site voltará ao ar.
Tudo novo, lindo, especial e com novo nome.
- VivaSaboya.
Aguardem cartas.

## Pérola

Adriana Mendes de Melo Farias Leitão e Vera Maciel de Moura Lemos vão se casar amanha, na casa das duas, em San Vale.
Mães de três meninas e um menino, as duas estão juntas há 20 anos e ganham, com tudo a que têm direito, casamento assinado pela Casa de Ideias.

## Iemanjá

Todo nosso amor para Wilma de Faria... outra pessoa do nosso profundo bem querer.
Doentinha, afastou-se da Câmara.
Segue na luta pela vida... segue a vida guerreira que sempre foi.
Nossa fé, nossa torcida, nossa prece.

## Almirante Saboya

Nem tudo está perdido.
Publicado Edital do Quadro Técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, que oferece 29 vagas de nível superior nas áreas de Humanas e Exatas, tais como Direito, Comunicação Social, Informática, Educação Física, entre outras. Uma novidade para este ano é a prova de títulos.
As inscrições vão de 26 de abril a 29 de maio.
A Marinha também está com outras 64 vagas abertas para o Corpo de Engenheiros e 146 para o Corpo de Saúde.

## Glossário

Que lindo!
Mais de 3.500 livros didáticos e paradidáticos, de ensinos Fundamental e Médio, foram doados pelo grupo do Contemporâneo à Escola Estadual Professor Anísio Teixeira, em Petrópolis.
Outras ações vão acontecer nos próximos dias, também no interior dos potiguares...
Os estudantes já arrecadaram cerca de 10 mil livros em ações realizadas dentro e fora da escola quem, de verdade, é um exemplo!

## A estrela Dalva

Nossas orações para Dalvinha, que por anos, com seu buffet, fez Natal celebrar os bons momentos da vida.
Ela nos deixou, foi ao encontro do Pai...
Ah, Dalvinha, tantas festas lindas fez aqui...
Tanta gente feliz ao seu redor, ao abraço de uma vida inteira...
Seu tempero bom, seus tons e dons farão, agora, festas nos céus.

Um abraço afetuoso para sua família.

**Baleia Azul: ensine seu filho a rezar, a respeitar, a amar ao próximo. A não guardar mágoas e desamores. Perto dele, assim, sé chegarão golfinhos, flores e passarinhos**

**E se o assunto é Deus, amor, boas vibrações... viva Micarla de Sousa, que tem dado verdadeiro banho de maravilhosas vibrações na 95 FM todas as noites**

# CULTURA

**Editor:** Jalmir Oliveira **E-mail:** jalmiroliveira@novonoticias.com

# Astronautas entram em apuros em 'Vida'

**Ficção científica estreia hoje** nos cinemas de Natal e traz o drama de uma tripulação de uma estação espacial, após uma operação em Marte, que é obrigada a enfrentar um alienígena hostil

No filme "Vida", do diretor sueco Daniel Espinosa, que estreia hoje nos cinemas, uma equipe de seis astronautas recebe a importante missão de descobrir se há vida em Marte.

Em Life, seis membros da Estação Espacial Internacional estão prestes a descobrir provas de vida extraterrestre em Marte. Entretanto, a pesquisa do grupo tem consequências inesperadas.

Rebecca Ferguson, Olga Dihovichnaya, Ariyon Bakare e Hiroyuki Sanada completam o elenco. Rhett Reese e Paul Wernick, de Deadpool, são os roteiristas.

O filme traz certas semelhanças com "Alien, o Oitavo Passageiro", de 1979, como o fato de que um extraterrestre persegue a tripulação de uma nave espacial, mas "Vida" foi pensado em transmitir uma situação mais 'plausível' da realidade. O enredo se inicia a partir da descoberta de um organismo de uma célula em Marte e o transporta para a ISS. O organismo muda de forma e se adapta ao ambiente, além de conseguir imitar qualquer coisa com a qual entre em contato, ficando cada vez maior, mais forte, hostil e mortal.

Para manter a trama dentro da "realidade científica", a produção consultou o geneticista britânico Adam Rutherford, que escreveu diversos livros sobre modificação genética e a criação de novas formas de vida. Para tornar a história mais convincente, o roteiro explica que o organismo não ficou exposto à radiação solar no planeta vermelho, e sim em hibernação.

Na película, o grupo entra em apuros quando recebe, por meio de uma cápsula, uma célula viva proveniente do planeta. Contudo, o que era para ser uma boa notícia se transforma em uma criatura aterrorizante no decorrer do longa-metragem.

A princípio, a célula é recebida com festa e até ganha o nome de Calvin. Porém, a equipe liderada por Dr. David Jordan (Jake Gyllenhaal) logo percebe que a criatura pode causar sérios problemas e até ameaçar suas vidas.

O ser evolui para uma espécie de alga, desenvolve-se com extrema rapidez e, dotado de inteligência, transforma-se em um monstro alienígena que provocará pânico na Estação Espacial Internacional.

A partir disso, começa um jogo de sobrevivência entre os astronautas e a própria criatura, que travam uma verdadeira guerra no espaço. Só que o invasor, por mais que caia em algumas das armadilhas, é mais forte e deixa os humanos totalmente acuados. A situação confere boas doses de terror ao filme. E o drama todo fica ainda pior quando eles perdem o contato que mantinham com a base na Terra.

### "VELOZES E FURIOSOS"

Desde o lançamento, Velozes e furiosos 8 já alcançou R$ 38 milhões nas bilheterias no circuito brasileiro. O novo capítulo da franquia de ação está presente em 1,4 mil salas de cinema.

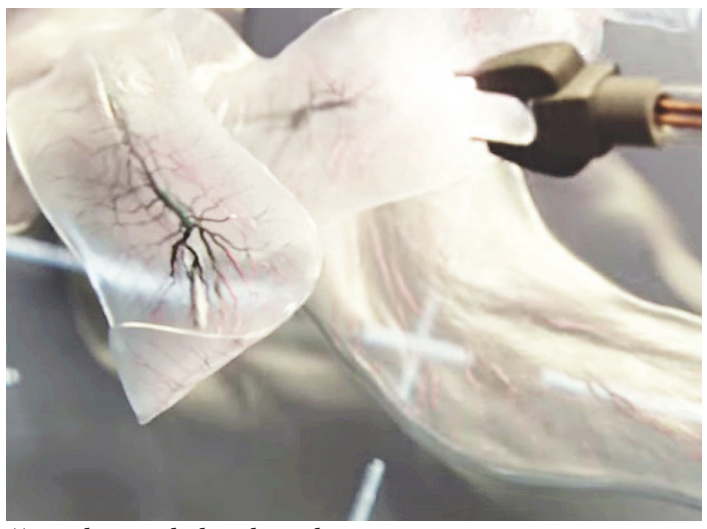
O longa traz Dom (Vin Diesel) e Letty (Michelle Rodriguez) curtindo a lua de mel em Havana, mas a súbita aparição de Cipher (Charlize Theron) atrapalha os planos do casal. Ela logo arma um plano para chantagear Dom, de forma que ele traia seus amigos e passe a ajudá-la a obter ogivas nucleares. Tal situação faz com Letty reúna os velhos amigos, que agora precisam enfrentar Cipher e, consequentemente, Dom.

Desta vez, o filme não conta com a participação do ator Paul Walker, morto em 2013, que foi um dos responsáveis pelo crescimento da franquia.

O estúdio apostou em novas adições ao time, como Charlize Theron e Helen Mirren. Também trouxe um novo diretor, F. Gary Gray (Straight outta Compton), e teve orçamento de US$ 250 milhões - o maior da franquia.

FOTOS: REPRODUÇÃO

// **Ryan Reynolds (dir.), como o astronauta Rory Adams**



// **Enredo parte da descoberta de um organismo em Marte**

// **Película foi dirigida pelo sueco Daniel Espinosa**

## E MAIS...

### Médico, reitor e imortal da ANL

FOTOS: REPRODUÇÃO

// **Daladier Pessoa Cunha Lima ocupará a cadeira nº 3 da ANL**

O professor, médico e escritor Daladier Pessoa Cunha Lima é o mais novo membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras (ANL). Ele foi eleito, com 31 votos a zero para a cadeira nº 3 da ANL, que era ocupada pelo acadêmico José de Anchieta Ferreira, falecido em novembro do ano passado. A cadeira tem como patrono o conselheiro Brito Guerra.

Nascido em Nova Cruz (RN), foi contemporâneo do professor Onofre Lopes, médico e primeiro reitor da UFRN, com quem atuou no âmbito universitário. É autor dos livros "Noilde Ramalho – uma história de amor à educação" e "Retratos da Vida", além de outras publicações. Este último livro reúne diversas crônicas do autor, publicadas entre 2009 e 2014, no jornal Tribuna do Norte.

Foi, ainda, o primeiro reitor eleito da UFRN, cargo que exerceu de 1987 a 1991. Atualmente, ele é o reitor da UNI-RN.

### Cartola ganha relançamentos

A coleção Clássicos em Vinil, da Polysom, relançou neste mês os dois primeiros álbuns de Cartola.

Originalmente de 1974 e 1976, ambos levam o nome do cantor. Cada álbum tem 12 faixas, entre as quais músicas que se tornariam clássicos do sambista e padrinho da Estação Primeira de Mangueira, como "O Mundo É um Moinho", e "As Rosas Não Falam".

As bolachas trazem as capas originais dos discos e podem ser compradas por R$ 89,90 cada uma no site da gravadora (lojapolysom.com.br).

### Inéditas de Prince são divulgadas

KEVORAK DJANSEZIAN

// **Prince morreu no dia 21 de abril de 2016**

Seis músicas inéditas de Prince serão lançadas nesta semana, após um ano da morte do cantor, informou a gravadora independente RMA. Uma delas, "Deliverance", foi liberada no iTunes e no Apple Music.

Cinco outras canções serão lançadas amanhã, dia 21, e um disco estará disponível no dia 2 de junho.

As músicas foram gravadas por Prince entre 2006 e 2008, com o auxílio e produção do músico Ian Boxill Os registros musicais foram escritas e gravadas quando Prince era um artista independente, protestando contra o que ele considerava como uma injusta indústria musical, segundo o informe.

Prince morreu no dia 21 de abril de 2016, aos 57 anos, em sua propriedade em Paisley Park, em Minnesota. A causa da morte oficial foi determinada como uma overdose acidental e autoadministrada do analgésico fentanil.